

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

IANAMARY MONTEIRO MARCONDES

RUMO À EQUIDADE DE GÊNERO NO ESPORTE PARALÍMPICO? ANÁLISE DE
PRODUÇÕES DO COMITÊ PARALÍMPICO INTERNACIONAL E DO COMITÊ
PARALÍMPICO BRASILEIRO

CURITIBA

2024

IANAMARY MONTEIRO MARCONDES

RUMO À EQUIDADE DE GÊNERO NO ESPORTE PARALÍMPICO? ANÁLISE DE
PRODUÇÕES DO COMITÊ PARALÍMPICO INTERNACIONAL E DO COMITÊ
PARALÍMPICO BRASILEIRO

Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em Educação Física, do Setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná, como requisito final à obtenção do título de Doutora em Educação Física.

Orientadora: Profa. Dra. Doralice Lange de Souza

CURITIBA

2024

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

Marcondes, Ianamary Monteiro

Rumo à equidade de gênero no esporte paralímpico? Análise de produções do Comitê Paralímpico Internacional e do Comitê Paralímpico Brasileiro / Ianamary Monteiro Marcondes. – Curitiba, 2024.

1 recurso on-line : PDF.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Biológicas, Programa de Pós-Graduação em Educação Física.

Orientador: Profa. Dra. Doralice Lange de Souza.

1. Equidade de gênero. 2. Esportes para mulheres. 3. Paralimpíadas 4. Paratletas. 5. Assessores de imprensa. I. Souza, Doralice Lange de. II. Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Biológicas. Programa de Pós-Graduação em Educação Física. III. Título.

Bibliotecária: Giana Mara Seniski Silva. CRB-9/1406

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação EDUCAÇÃO FÍSICA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **IANAMARY MONTEIRO MARCONDES** intitulada: **RUMO À EQUIDADE DE GÊNERO NO ESPORTE PARALÍMPICO? ANÁLISE DE PRODUÇÕES DO COMITÊ PARALÍMPICO INTERNACIONAL E DO COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO**, sob orientação da Profa. Dra. DORALICE LANGE DE SOUZA, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutora está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 13 de Maio de 2024.

Assinatura Eletrônica

14/05/2024 08:07:09.0

DORALICE LANGE DE SOUZA

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

14/05/2024 10:10:55.0

TATIANE HILGEMBERG FIGUEIREDO

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA)

Assinatura Eletrônica

14/05/2024 08:40:02.0

HELENA ALTMANN

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS)

Assinatura Eletrônica

14/05/2024 11:34:49.0

MARCELO DE CASTRO HAIACHI

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE)

Assinatura Eletrônica

14/05/2024 12:50:55.0

JOSEP ANTONIO SOLVES ALMELA

Avaliador Externo (UNIVERSIDAD CEU CARDENAL HERRERA)

*Dedico esse trabalho a Pedro (in memoriam),
que me apresentou Judith Butler e despertou
meu interesse em Estudos de Gênero.*

AGRADECIMENTOS

As páginas dedicadas aos agradecimentos dessa tese jamais serão capazes de acomodar toda a gratidão que tenho por todas as pessoas que passaram pelo meu caminho e, de alguma forma, participaram da minha formação humana e da construção desse trabalho.

Agradeço a minha orientadora, Doralice Lange, por toda parceria e trocas as quais nos permitimos durante essa jornada. Esse trabalho certamente tem nosso amor, suor e lágrimas. Durante esse período conheci várias faces de Dora e tenho admiração por todas elas. Gratidão eterna!

Agradeço às professoras e aos professores membros da banca que, gentilmente, aceitaram disponibilizar seu tempo e dedicação às sugestões para o enriquecimento dessa tese. Estendo estes agradecimentos aos coordenadores e professores do PPGEDF pela dedicação e ensinamentos, bem como ao secretário do curso por toda atenção e presteza. Agradeço também às/aos colegas do LEPSCEA (Laboratório de Estudos e Pesquisas Socioculturais sobre Esporte Adaptado) pela parceria e aprendizados.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 00'. Além disso, com afastamento docente para pós-graduação, concedido pelo Instituto Federal do Mato Grosso do Sul (IFMS). Agradeço à CAPES e ao IFMS.

Agradeço à minha mãe Leini e ao meu pai Eônio por terem feito o que conseguiram e me dado suporte necessário para que eu pudesse me tornar a mulher que sou. Estendo esses agradecimentos às minhas outras mães, bisa Cacilda e vó Leila. É uma honra fazer parte dessa linhagem de mulheres fortes!

Agradeço à minha amada, Bárbara Davalos, que nestes 11 anos desde que nos conhecemos sempre esteve ao meu lado, segurando minha mão em todas as quedas e me permitindo ser quem sou. Em especial, por todo o suporte para a conclusão desta tese.

Amigas, amigos e amigos, sou grata pela compreensão, bem como por cada abraço, afago, riso e brindes. Vocês certamente trouxeram leveza e amor a esse processo.

Agradeço à minha terapeuta, Valquíria Hiraoka, por todo suporte durante o período do doutorado e auxílio no processo de autoconhecimento que venho vivendo nestes anos.

A todas, todes e todos, muito obrigada!

“A normalidade é superestimada.”
(Autoria própria)

RESUMO

O esporte paralímpico, enquanto um espaço generificador e generificado, produz e reproduz um processo de inequidade de gênero existente no campo esportivo. O Comitê Paralímpico Internacional (IPC) e o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), como instituições gestoras do esporte paralímpico a nível mundial e nacional, são responsáveis pelo combate a este tipo de inequidade por meio de políticas e ações que promovam uma maior participação de mulheres no movimento paralímpico e maior visibilidade e valorização das atletas na mídia esportiva. Tendo em vista esse panorama, este estudo teve como objetivo mapear as políticas institucionais do IPC e do CPB em relação às questões de gênero durante o período de 2013 a 2021 e verificar se as coberturas das assessorias de imprensa destas instituições têm sido consistentes com estas políticas, tomando como exemplo suas coberturas das duas últimas edições dos Jogos Paralímpicos (JP) – Rio 2016 e Tóquio 2020. Para tanto, buscamos verificar: (1) se – e de que forma – o IPC e o CPB vêm tratando de questões de gênero em suas políticas institucionais e se os planejamentos estratégicos e ações da instituição têm buscado viabilizar as possíveis mudanças previstas por essas políticas; (2) as convergências e divergências nas formas de representação de atletas de homens e mulheres na cobertura do IPC e do CPB durante as edições dos JP Rio 2016 e Tóquio 2020. Realizamos uma pesquisa documental de caráter quantiquantitativo. Analisamos o conteúdo dos estatutos, planejamentos e relatórios destas instituições, bem como a cobertura de suas assessorias de imprensa durante os JP Rio 2016 e Tóquio 2020. Verificamos que estas instituições abordaram, mesmo que timidamente, questões de gênero em seus documentos e as suas assessorias de imprensa aumentaram a visibilidade das atletas em suas publicações relativas aos JP. No entanto, embora o IPC e CPB tenham buscado abordar a igualdade de gênero, não demonstraram um compromisso com equidade de gênero. Considerando que homens e mulheres partem de condições sociais desiguais, a defesa pela igualdade de gênero não é suficiente. Há uma demanda por equidade, que requer a implementação de políticas afirmativas para garantir condições para que as mulheres ocupem os espaços esportivos de maneira igualitária. Concluímos que houve uma inconsistência significativa no alinhamento entre políticas, planejamento e ações do IPC e CPB e essas inconsistências se refletiram na atuação de suas assessorias de imprensa, uma vez que não houve estruturação de nenhuma política ou ação visando uma cobertura antissexista. O IPC tem caminhado rumo à equidade de gênero em sua cobertura, aumentando progressivamente a visibilidade das atletas. O CPB ainda está mais distante de alcançar este objetivo, com as atletas ainda sendo sub-representadas e estigmatizadas. Os resultados desta pesquisa oferecem subsídios para a construção de equidade de gênero por parte de entidades gestoras do esporte paralímpico e mídia esportiva.

Palavras-chave: equidade de gênero; mulheres no esporte; movimento paralímpico; assessoria de imprensa.

ABSTRACT

The Paralympic sport, as a gendered space, produces and reproduces a process of gender inequity existing in the sports field. The International Paralympic Committee (IPC) and the Brazilian Paralympic Committee (CPB), as governing institutions of Paralympic sport at the global and national levels, are responsible for combating this type of inequity through policies and actions that promote greater female participation in the Paralympic movement and greater visibility and appreciation of female athletes in sports media. Considering this context, this study aimed to map the institutional policies of the IPC and CPB regarding gender issues during the period from 2013 to 2021 and to verify if the communication efforts of these institutions have been consistent with these policies, taking as an example their coverage of the last two editions of the Paralympic Games (PG) – Rio 2016 and Tokyo 2020. To do so, we sought to verify: (1) whether – and how – the IPC and CPB have been addressing gender issues in their institutional policies and whether the strategic plans and actions of the institution have sought to enable the possible changes foreseen by these policies; (2) the convergences and divergences in the representation of male and female athletes in the coverage of the IPC and CPB during the editions of the PG Rio 2016 and Tokyo 2020. We conducted a quantitative-qualitative documentary research. We analyzed the content of the statutes, plans, and reports of these institutions, as well as the coverage of their press offices during the PG Rio 2016 and Tokyo 2020. We found that these institutions addressed, albeit timidly, gender issues in their documents, and their press offices increased the visibility of female athletes in their publications related to the PG. However, although the IPC and CPB have sought to address gender equality, they have not demonstrated a commitment to gender equity. Considering that men and women start from unequal social conditions, advocating for gender equality is not sufficient. There is a demand for equity, which requires the implementation of affirmative policies to ensure conditions for women to occupy sports spaces equally. We concluded that there was a significant inconsistency in the alignment between policies, planning, and actions of the IPC and CPB, and these inconsistencies were reflected in the performance of their press offices, since there was no structuring of any policy or action aiming at anti-sexist coverage. The IPC has been moving towards gender equity in its coverage, progressively increasing the visibility of female athletes. The CPB is still further away from achieving this goal, with female athletes still being underrepresented and stigmatized. The results of this research provide support for the construction of gender equity by governing entities of Paralympic sport and sports media.

Keywords: gender equity; women in sports; Paralympic Movement; press office.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Projeto Alto Rendimento Atletismo 2018.....	67
Figura 2 –	Projeto Alto Rendimento Atletismo 2019.....	67
Figura 3 –	Projeto Alto Rendimento Natação 2018.....	68
Figura 4 –	Projeto Alto Rendimento Natação 2019.....	68
Figura 5 –	Progressão de atletas nos projetos de alto rendimento das disciplinas sob tutela do CPB.....	69

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Evolução do número disciplinas e percentual de atletas por gênero nos JP (1960-2020)	42
Tabela 2 –	Distribuição por gênero da equipe gestora do IPC.....	48
Tabela 3 –	Participação de gênero de atletas nos Circuitos Loterias Caixa.....	71
Tabela 4 –	Distribuição de atletas e medalhas por gênero.....	72
Tabela 5 –	Distribuição das publicações por gênero.....	86
Tabela 6 –	Distribuição de atletas citadas/citados nas publicações.....	86
Tabela 7 –	Distribuição de imagens por gênero.....	87
Tabela 8 –	Distribuição por gênero dos critérios de noticiabilidade.....	89
Tabela 9 –	Protagonistas por gênero em publicações que englobavam atletas de ambos os gêneros.....	90
Tabela 10 –	Espaço de fala por gênero.....	91
Tabela 11 –	Distribuição por gênero do total de atletas que tiveram espaço de fala.....	92
Tabela 12 –	Narrativas ligadas à deficiência.....	92
Tabela 13 –	Distribuição de publicações por gênero.....	113
Tabela 14 –	Distribuição das imagens por gênero.....	114
Tabela 15 –	Distribuição de atletas e medalhas da delegação brasileira por gênero.....	114
Tabela 16 –	Protagonistas por gênero em publicações que abrangeram homens e mulheres.....	118
Tabela 17 –	Espaço de fala.....	119

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

CND	Conselho Nacional de Desportos
CPB	Comitê Paralímpico Brasileiro
IPC	International Paralympic Committee (em português, Comitê Paralímpico Internacional)
IWG	International Working Group on Women and Sport (em português, Grupo Internacional de Trabalhos sobre Mulheres e Esporte)
JP	Jogos Paralímpicos
NA	Não se Aplica
NI	Não Identificado
NPC	National Paralympic Committee (em português, Comitê Paralímpico Nacional)
PC	Paralisia Cerebral
PCD	Pessoa com Deficiência
PE	Planejamento Estratégico
WiSC	Women in Sport Commmittee (em português Comitê Mulheres no Esporte)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	20
2	CAMINHOS TEÓRICOS.....	28
2.1	FEMINISMOS E AS MULHERES COM DEFICIÊNCIA.....	28
2.2	INEQUIDADE DE GÊNERO NO ESPORTE.....	30
2.3	INEQUIDADE DE GÊNERO MOVIMENTO PARALÍMPICO.....	32
2.4	INEQUIDADE DE GÊNERO NA COBERTURA MIDIÁTICA DO ESPORTE PARALÍMPICO.....	34
3	(IN)EQUIDADE DE GÊNERO NO MOVIMENTO PARALÍMPICO? ANALISANDO AS POLÍTICAS E AÇÕES DO COMITÊ PARALÍMPICO INTERNACIONAL EM RELAÇÃO À QUESTÕES DE GÊNERO.....	37
3.1	INTRODUÇÃO.....	37
3.1.1	(In)equidade de gênero no esporte.....	38
3.2	METODOLOGIA.....	39
3.3	RESULTADOS.....	41
3.3.1	<i>Handbook</i>	41
3.3.2	Planejamentos Estratégicos (PE)	44
3.3.2.1	Planejamentos Estratégicos do IPC.....	44
3.3.2.2	Planejamento estratégico do WiSC.....	45
3.3.3	Relatórios Anuais.....	46
3.3.3.1	WoMentoring.....	46
3.3.3.2	Programa de Apoio a Bolsas.....	46
3.3.3.3	Programa de Desenvolvimento de NPCs.....	47
3.3.3.4	Programa Caminho para os Jogos.....	48
3.3.3.5	Equipe Gestora do IPC.....	48
3.3.3.6	Jogos Paralímpicos.....	49
3.3.3.7	Outras informações relacionadas às questões de gênero no Movimento Paralímpico.....	49
3.4	DISCUSSÃO.....	50
3.4.1	A (in)visibilidade das mulheres no Movimento Paralímpico.....	50
3.4.2	Participação feminina no Movimento Paralímpico.....	51

3.4.3	Falta de equidade.....	53
3.4.4	Igualdade de oportunidades para atletas homens e mulheres de todas as regiões do mundo?	55
3.4.5	Falta de prestação de contas.....	56
3.5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
4	(IN)EQUIDADE DE GÊNERO NO MOVIMENTO PARALÍMPICO BRASILEIRO? ANALISANDO AS POLÍTICAS E AÇÕES DO COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO EM RELAÇÃO À QUESTÕES DE GÊNERO.....	59
4.1	INTRODUÇÃO.....	59
4.2	METODOLOGIA.....	61
4.3	RESULTADOS.....	62
4.3.1	Estatuto do CPB.....	62
4.3.2	Planejamentos Estratégicos Institucionais.....	64
4.3.3	Relatórios Anuais do CPB.....	65
4.3.3.1	Projetos de Alto Rendimento do CPB.....	65
4.3.3.2	Competições Oficiais.....	69
4.3.3.3	Esporte para Estudantes.....	73
4.3.3.4	Outros Projetos.....	73
4.4	DISCUSSÃO.....	74
4.5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
5	(IN)EQUIDADE DE GÊNERO NA COBERTURA DO COMITÊ PARALÍMPICO INTERNACIONAL DOS JOGOS PARALÍMPICOS RIO 2016 E TÓQUIO.....	77
5.1	INTRODUÇÃO.....	77
5.2	CONTEXTUALIZAÇÃO.....	78
5.2.1	Equidade de gênero e esporte.....	78
5.2.2	Inequidade de gênero no esporte Paralímpico.....	79
5.2.3	Cobertura do esporte Paralímpico.....	80
5.2.3.1	Critérios de noticiabilidade.....	80
5.3.3.2	Narrativas comumente associadas à deficiência na cobertura do esporte Paralímpico.....	81
5.3	METODOLOGIA.....	82

5.4	RESULTADOS.....	85
5.4.1	Distribuição das publicações e imagens por gênero.....	85
5.4.2	Critérios de noticiabilidade.....	88
5.4.3	Aspectos da composição textual.....	89
5.4.3.1	Protagonismo.....	89
5.4.3.2	Espaço de fala.....	90
5.4.3.3	Narrativas comumente ligadas à deficiência e gênero.....	92
5.5	DISCUSSÃO.....	96
5.5.1	A representação feminina acima da proporção de participação de mulheres nos JP.....	96
5.5.1.1	Representação feminina nas publicações, imagens e nos critérios de noticiabilidade.....	96
5.5.1.2	A progressão do protagonismo e do espaço de fala das mulheres.....	98
5.5.2	As intersecções entre narrativas ligadas à deficiência e estereótipos de gênero.....	99
5.5.3	Rumo à equidade de gênero?	101
5.6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
6	(IN)EQUIDADE DE GÊNERO NA COBERTURA DOS JOGOS PARALÍMPICOS PELO COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO....	104
6.1	INTRODUÇÃO.....	104
6.2	CONTEXTUALIZAÇÃO.....	106
6.2.1	Participação de mulheres nos Jogos Paralímpicos.....	106
6.2.2	Critérios de noticiabilidade e tendências narrativas geralmente associadas à deficiência.....	107
6.2.3	A cobertura brasileira dos Jogos Paralímpicos.....	109
6.3	METODOLOGIA.....	109
6.3.1	Coleta de dados.....	109
6.3.2	Análise de dados.....	110
6.4	RESULTADOS.....	113
6.4.1	Distribuição das publicações por gênero.....	113
6.4.2	Critérios de noticiabilidade.....	115
6.4.2.1	Critério expectativa de medalhas.....	115
6.4.2.2	Critério número de medalhas.....	116

6.4.2.3	Critério resultados.....	117
6.4.3	Aspectos da composição textual.....	117
6.4.3.1	Protagonismo.....	118
6.4.3.2	Espaço de fala.....	119
6.4.3.3	Narrativas comumente associadas à deficiência.....	120
6.4.3.4	Destaque de resultados inéditos femininos.....	121
6.5	DISCUSSÃO.....	121
6.5.1	(In)equidade na Distribuição das Publicações e Imagens.....	122
6.5.2	(In)equidade nos Critérios de Noticiabilidade e Papéis de Protagonista.....	123
6.5.3	Narrativas comumente associadas à deficiência: infantilização, trivialização, vitimização e supercrip.....	124
6.5.4	Rumo à equidade na cobertura paralímpica do CPB?	125
6.6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	126
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	128
	REFERÊNCIAS.....	135

PRÓLOGO

O feminismo em mim e para mim

Peço licença, mas antes de iniciar as formalidades, gostaria de me colocar. Todo o texto dessa tese tem a minha voz, mas gostaria de nessas páginas iniciais contar o caminho que trilhei para encontrá-la. Parafraseando Eve Ensler (2018, p. 13), “quando você rompe o silêncio, descobre quantas outras pessoas viviam esperando permissão para fazer o mesmo”. O feminismo me mostrou que eu tinha permissão para falar, para ser, para transbordar. Espero que minhas palavras algum dia possam fazer o mesmo por outras mulheres.

Gostaria de compartilhar alguns acontecimentos e seus respectivos desenrolares. Eles certamente me trouxeram até o dia de hoje. Como o tema dessa tese se formou em mim, ficará mais claro na introdução. Esse prólogo representa a introdução da introdução, a história de como eu me tornei uma mulher pesquisadora feminista. Em todos os momentos que compartilharei aqui, existem tensionamentos entre papéis de gênero. Já peço desculpas antecipadas, pois essas histórias não seguirão uma ordem cronológica, mas de alguma forma, a ordem que escolhi faz sentido para mim, na construção da mulher pesquisadora que sou hoje. Talvez algumas coisas pareçam conflituosas e contraditórias, mas é assim que acredito que preciso escrevê-las, frente a todas as contradições que vivi até chegar ao dia de hoje, no qual escrevo esse humilde prólogo.

Quando começa e ser formada uma pesquisadora? Quando eu descobri que queria ser uma pesquisadora? Certamente, a resposta mais óbvia e simples que sempre me veio à mente era: quando entrei no Programa de Educação Tutorial (PET) do curso de Educação Física da UFMS. Lá eu descobri o que era pesquisa, o que era mestrado e doutorado e o que era carreira acadêmica (inclusive, gratidão à Profa. Dra. Claudia Steffani que me mostrou essa possibilidade). Foi no ano de 2009 que descobri esse universo e que tracei a meta de me tornar uma Doutora, uma Professora e Pesquisadora em alguma instituição pública brasileira. Mas na verdade, várias/vários colegas passaram por esse mesmo grupo e não construíram esse mesmo sonho. Então comecei a me questionar, será mesmo que essa trajetória se iniciou há 15 anos atrás? Se não, onde ela teve início?

Rememorando algumas coisas na terapia, me dei conta de que tudo começou desde pequena na casa de minha avó Leila e meu avô Monteiro. Anualmente minha vó adquiria uma coletânea atualizada de Enciclopédias Barsa. Cresci apaixonada por aquele armário gigantesco de livros vermelhos, nos quais eu realizei minhas primeiras pesquisas escolares no final dos anos 1990 e começo dos anos 2000. Gratidão eterna por minha avó e meu avô terem me

proporcionado essa experiência. Eu era apaixonada pelas horas que passava fazendo buscas pelos mais diversos assuntos. Das Barsas eu passei para a internet, mas nunca perdi o apego emocional que tenho por elas. Cada momento que passei naqueles livros, representa minhas primeiras inquietações, minhas primeiras perguntas de pesquisa e minhas primeiras respostas. Quando eu não tinha perguntas para fazer para os livros, eu simplesmente os abria em uma página e via o que eles tinham para me dizer. Até hoje, quando tenho dificuldades e dúvidas no processo de pesquisa, eu sempre de alguma forma, recorro a estes livros. Não pelo conteúdo, pois certamente muita coisa está obsoleta, mas pela paz que eles me trazem.

As Barsas representam a história de uma menina que, por um lado foi ensinada a ser comportada, a lavar, cozinhar e fazer crochê, a ser uma futura esposa e dona de casa. Mas por outro foi ensinada a buscar, a questionar, a escolher e trilhar seu próprio caminho. Penso que o feminismo que pairava no ar do final dos anos 1990 e começo dos anos 2000, com as conquistas que vinham sendo vividas pelas mulheres brasileiras¹, levaram a minha mãe e minha avó me ensinarem a ser a mulher que elas aprenderam a ser, ao mesmo tempo que as fizeram me ensinar a ir além. Os tensionamentos entre esses ensinamentos, foram os primeiros de diversos momentos em que vivi situações que, por um lado conformavam as expectativas ligadas ao meu gênero, mas por outro as questionava.

Outro fato que certamente não pode ser esquecido, é minha aproximação com o universo da Educação Física. Iniciei meu contato com os esportes e práticas corporais aos 7 anos de idade. Eu me dividia entre ser bailarina/dançarina e ser carateca e amava profundamente ambas as coisas. Talvez isso já representasse algumas inquietações frente a papéis de gênero, mais uma vez, de um lado eu os conformava, de outro os provocava. Fazer ballet e dança me colava em um local cômodo, de atender as expectativas ligadas ao meu gênero. Por outro lado, praticar karatê era desafiador, me levou a viver muitas piadas e questionamentos sobre minha feminilidade e sexualidade. Abandonei a dança e escolhi me especializar no karatê e, mesmo frente a muitos questionamentos à minha sexualidade, sempre me mantive firme na convicção da minha heterossexualidade. Acredito que naquela época foi o meio que encontrei de conformar as expectativas de gênero ligadas ao meu corpo, uma vez que minha prática corporal as provocava.

Essa convicção da minha heterossexualidade me levou a um relacionamento longo que culminou em um casamento, que é outro momento que certamente preciso compartilhar nestas

¹ Como, por exemplo, a “Lei do Planejamento Familiar” (1996), a “Lei Maria da Penha” (2006).

páginas. Foram 7 anos de relacionamento, sendo 2 de um casamento heteronormativo. Durante esse período cumpri os papéis aos quais fui ensinada a desempenhar, de esposa e dona de casa e, ao mesmo tempo, fiz Especialização e fui Professora substituta da UFMS. Depois de algum tempo, iniciei em 2014 o Mestrado em Educação na UFMS. Lembro-me de uma professora dizer no primeiro dia de aula que metade dos relacionamentos das pessoas que estavam naquela sala, terminariam até o fim do mestrado. E não é que a profecia dela se cumpriu?! O que ela não contou naquele dia é que, boa parte dos relacionamentos que terminariam, era das mulheres mestrandas. Isso porque ainda no século 21 muitos homens não querem mulheres que os façam se sentir menos inteligentes, ou que ganhem mais do que eles.

Vocês se lembram da menina que foi ensinada a ser mulher, esposa e feminina, mas que ao mesmo tempo foi ensinada a questionar? Pois bem, um destes papéis manteve o meu casamento por um tempo, o outro me levou a findá-lo e então conhecer o feminismo e os estudos de gênero. O feminismo emerge em mim de forma bem corriqueira, no momento que eu entendo que eu não quero ter duas profissões esposa/dona de casa e pesquisadora, no momento que eu decido que não quero mais me conformar, que eu quero questionar. Passei então a questionar os papéis de gênero daquele casamento e, depois dele passei questionar minha sexualidade. Assim como Simone de Beauvoir nos ensina, entendi que não nasci mulher, me tornei.

Mas, e a sexualidade, nasci heterossexual ou fui compulsoriamente ensinada a viver dessa forma? Resolvi buscar essa resposta e descobri que a caixa da heterossexualidade não me servia. Contudo, como todas/todes/todos aprendemos a viver uma heteronormatividade compulsória, antes mesmo de conhecer Monique Wittig², descobri que mesmo em relações homoafetivas ainda reproduzimos papéis heterossexuais de gênero. Ainda pode existir o marido e a esposa nestas relações. Ainda podem existir abandonos por não concordarem com a vida que escolhi ter. Ainda podem existir agressões físicas e psicológicas por não cumprimos as expectativas de gênero que a outra pessoa coloca em nós.

Em meio a esse turbilhão, comecei a estudar gênero e sexualidade, a fim de encontrar uma resposta sobre quem eu era e como gostaria de viver. O feminismo sempre esteve em mim em todas as provocações e contradições que vivi. Para mim, ele representou meu despertar, minha escolha pelo caminho que queria trilhar e pela mulher que gostaria de ser. Hoje eu sou uma mulher, cisgênero, lésbica, professora, pesquisadora. Todas essas faces, transbordam em mim e atravessam cada palavra que escrevo. Foi todo esse caminho de despertar que me levou

² Uma das autoras do feminismo lésbico.

a querer ser uma pesquisadora feminista. A querer lutar para que mais mulheres consigam enxergar (e ter) cada vez mais possibilidades em suas vidas.

Faço dos ensinamentos de Chimamanda Adichie os meus: sejamos todas/todes/todos feministas! Espero que façam uma boa leitura e que, minhas palavras as/os provoquem assim como o feminismo me provocou!

1 INTRODUÇÃO

“O homem representa há um tempo o positivo e o neutro, a ponto de dizermos “os homens” para designar os seres humanos.” (Beauvoir, 2016, p. 11)

As palavras de Simone de Beauvoir ressoam na minha³ mente desde a primeira vez que as li. Elas me tocaram abrindo meus horizontes de tal maneira que, muitas coisas que vivi passaram a ter um novo sentido para mim, pois esse novo entendimento transformou minha forma de ver e pensar o mundo. Durante toda minha vida, cresci com diferentes reforços de que o homem representava a raça humana, vivificando um processo que autoras como Beauvoir (2016) e Teresa de Lauretis (2019) denominaram de “universalização do masculino”. Neste contexto, o homem representa o sujeito essencial e a mulher o segundo sexo, o “outro” sujeito em um mundo produzido por homens, para ser dominado por eles (Beauvoir, 2016). Essa dinâmica perpassa as relações sociais e influencia o processo de produção dos conhecimentos e estruturação dos discursos sociais.

Sandra Harding (1987), ao pensar uma epistemologia feminista, nos faz refletir sobre quem historicamente tem direito de ser o sujeito do conhecimento, que perguntas esse sujeito faz e a quem os resultados encontrados servem. As respostas para essas reflexões parecem até óbvias quando já estamos imersas/imersos nos estudos feministas. Entretanto, dia desses ouvi um professor de uma universidade pública brasileira – homem, heterossexual e branco – dizer que as pautas de gênero e raça “contaminam” o texto acadêmico. As aspas duplas foram propositais para enfatizar a escolha de palavras feita por ele. Esse é um exemplo desse mundo universalmente masculino, no qual os homens produzem os conhecimentos, com perguntas supostamente neutras e sem vieses de gênero, raça ou classe social, mas que na verdade auxiliam na manutenção do *status quo*. Nesse sentido, fazer uma pesquisa feminista sobre mulheres, é ir na contramão dessa lógica. Estudar as mulheres significa estudar “o outro” sujeito, o sujeito não homem dentro dessa realidade masculina e generificada.

Desde que nascemos aprendemos a ser sujeitos generificados e, mesmo sem percebermos, os espaços que ocupamos são orientados por uma lógica silenciosa – algumas vezes não tão silenciosa – de gênero (Pelúcio, 2014). Este processo se pauta em uma oposição binária fixa, construindo significados de homem e mulher, determinando o que é masculino e o

³ Utilizo nesse texto a primeira pessoa do singular nos momentos que relato minhas vivências que me levaram a estudar esse tema. O restante do texto estará na primeira pessoa do plural, considerando que o trabalho não é individual, conta com o apoio e colaboração inerentes ao processo de orientação.

que é que feminino (Hartmann-Tews; Pfister, 2003; Scott, 1995). Trata-se de um pensamento classificatório que cria expectativas de gênero, no qual homens devem possuir características ligadas à virilidade e as mulheres características ligadas à sensibilidade e fragilidade (Goellner, 2021). Essa lógica se aplica a diferentes campos sociais, determinando espaços masculinos e femininos. O esporte, tal como outros fenômenos socioculturais, se constituiu historicamente como uma área hegemonicamente masculina (Smith; Wrynn, 2014). Ele é um espaço generificado e generificador. Ao mesmo tempo em que reproduz normas de gênero, ele as produz (Goellner, 2007, 2021). Um exemplo disso é a forma como se considera determinadas práticas corporais e esportivas como essencialmente masculinas ou femininas.

Quando revisito minhas memórias, lembro-me de todas as vezes que questionaram minha feminilidade – e tentaram definir minha sexualidade – com base na minha prática de artes marciais. As lutas são exemplos de esportes considerados masculinos e masculinizantes, o que significaria que praticá-las me tornaria menos feminina, menos mulher. Lembro-me também, de quando era professora de ballet em uma escola privada. Minhas aulas aconteciam na quadra e apenas meninas participavam. Entretanto, notei que um menino ficava na arquibancada assistindo e algumas vezes reproduzindo o que eu ensinava nas aulas. Entrei em contato com a coordenação solicitando que conversássemos com a família dele para que ele participasse efetivamente das aulas. A resposta que obtive foi que o pai dele não permitia que ele se envolvesse em nenhuma atividade com dança, nem mesmo quadrilha de festa junina que tem os papéis heteronormativos de gênero muito bem demarcados.

Fatos como os supracitados demonstram que no processo de generificação são estabelecidas expectativas ligadas aos corpos femininos e masculinos no contexto das práticas corporais e esportivas (Fitzgerald; Drury; Stride, 2017). Mais do que isso, o esporte enquanto um espaço hegemonicamente masculino determina um corpo ideal esportivo, que está ligado a características socialmente consideradas masculinas, tais como: virilidade, agressividade, força, independência e coragem (Ayvazoglu, 2017; Buysse; Borcharding, 2010a; Fitzgerald; Drury; Stride, 2017; Pearson; Misener, 2022). Isso limita a participação de mulheres nas diferentes áreas e manifestações esportivas (Cardoso; Sampaio; Santos, 2015; Seth; Dhillon, 2020; Smith; Wrynn, 2014).

Ser mulher em uma área hegemonicamente masculina apresenta diferentes barreiras, que ainda podem ser agravadas por outros fatores como raça e deficiência. Isso significa admitir que eu enquanto mulher branca e sem deficiência enfrentei sim muitas barreiras no campo esportivo, contudo, os privilégios ligados à minha cor e condição física me possibilitaram vivenciar menos limitadores que mulheres pretas e/ou com deficiência.

Há alguns anos venho me aproximando dos estudos sobre deficiência. Já em minha primeira experiência profissional após me tornar licenciada em Educação Física, me deparei com os desafios de trabalhar com alunas/alunos com deficiências físicas, desde graus leves até deficiências severas que comprometiam a mobilidade quase que por completo. Possuindo apenas as vivências de uma disciplina de 60h sobre esportes adaptados na graduação, me senti descapacitada para essa prática e iniciei meus estudos sobre a atividade motora para pessoas com deficiência (PCD).

As inquietações sobre as intersecções de gênero e deficiência surgiram em meio a minha vivência enquanto docente em um curso de graduação em Educação Física em uma universidade privada. Durante uma das aulas iniciais da disciplina de Educação inclusiva e esporte adaptado, um aluno afirmou acreditar que as pessoas nascem com deficiência como punição para as mães por seus pecados. Ele também afirmou acreditar que para as mulheres deve ser mais fácil ser uma PCD, pois para os homens, a deficiência os torna dependentes e os priva de coisas que os tornam homens. Além de responsabilizar as mulheres pela deficiência de suas/seus filhas/filhos, a fala desse aluno demonstra uma demarcação de estereótipos ligados à masculinidade, feminilidade e deficiência.

O exemplo acima nos ajuda a entender como o estereótipo de masculinidade se opõe ao de deficiência, enquanto os estereótipos de feminilidade e deficiência se complementam (Hardin; Hardin, 2005). Assim, as intersecções entre gênero e deficiência, geram uma dupla estigmatização da mulher tanto na sociedade como um todo (Traustadottir, 1990) como no campo esportivo (Figueiredo, 2014; Haiachi *et al.*, 2018; Hardin; Hardin, 2005). Considerando que o esporte pode desempenhar um papel importante para o processo de empoderamento de mulheres com deficiência (Houghton; Pieper; Smith, 2017), julgamos ser relevante analisar e endereçar as barreiras que limitam a participação delas neste campo.

A inserção e permanência das mulheres com deficiência no campo esportivo depende de múltiplos fatores tais como: políticas que favoreçam a sua iniciação e permanência no esporte enquanto atletas e gestoras (Brauner, 2015); apoio de treinadoras/treinadores, de clubes e associações esportivas e de instituições gestoras do esporte Paralímpico (Cardoso *et al.*, 2020; Krahenbühl *et al.*, 2022); contato com mulheres atletas já consagradas no esporte Paralímpico (Cardoso *et al.*, 2020; Haiachi *et al.*, 2018); socialização com PCD com histórias semelhantes (Krahenbühl *et al.*, 2022).

Dentre os fatores que influenciam a manutenção do *status quo* e que perpetuam as desigualdades de gênero no esporte Paralímpico destacamos a falta de políticas para endereçar equidade de gênero e demandas de mulheres (Peers *et al.*, 2023), a ausência de equilíbrio na

distribuição de poder na gestão de instituições esportivas (Lebel *et al.*, 2021; Ordway, 2023; Peers *et al.*, 2023), a ausência de paridade no Programa Paralímpico (Dean *et al.*, 2022, 2023), bem como a baixa visibilidade de atletas Paralímpicas na mídia (Ayvazoglu, 2015; Fitzgerald; Drury; Stride, 2017; Pappous; Marcellini; De Léséleuc, 2011).

A estruturação de políticas para a equidade de gênero deve retomar e considerar a premissa apontada por Hanisch (1969) entoada na segunda onda feminista: o pessoal é político. Isso significa que problemas que impedem as mulheres de ocuparem determinados espaços não podem ser considerados questões pessoais e/ou responsabilidades individuais. Pelo contrário, considerando que homens e mulheres partem de condições sociais desiguais (Peers *et al.*, 2023), para que as políticas atuem na transformação da realidade social, é necessário que as demandas específicas de mulheres sejam consideradas e endereçadas. As políticas e ações de instituições gestoras do esporte tem papel fundamental nesse processo.

O empoderamento de mulheres por meio do esporte demanda uma alteração das estruturas de poder no campo esportivo de forma a possibilitar a construção de políticas que favoreçam a iniciação e permanência delas na carreira esportiva (Brauner, 2015). A presença de mulheres na gestão esportiva pode exercer influência na estruturação de políticas que venham a combater a ordem vigente de gênero no esporte (Evans; Pfister, 2021; Lebel *et al.*, 2021).

A oferta de vagas em eventos oficiais e a visibilidade midiática de atletas mulheres são frentes determinantes para a promoção de equidade no esporte Paralímpico. Esses dois elementos funcionam em uma simbiose que pode influenciar diretamente na alteração ou manutenção do *status quo*. Por exemplo, atualmente a equação entre número de vagas oferecidas para as modalidades femininas nos Jogos Paralímpicos (JP) – que ainda é menor do que o número de vagas para as masculinas – e a menor visibilidade dada às atletas na mídia, reproduz um ciclo vicioso e inequitativo de gênero. Ou seja, o menor número de mulheres em eventos esportivos é um dos elementos que determinam a sub-representação da atleta paralímpica na mídia (Cheong *et al.*, 2020; Pappous; Marcellini; De Léséleuc, 2011). Além disto, a falta de visibilidade das atletas paralímpicas na mídia dificulta que mais mulheres conheçam e ingressem no esporte Paralímpico (Abajo *et al.*, 2020). O aumento no número de vagas e uma maior visibilidade delas na mídia pode influenciar que mais mulheres conheçam o esporte Paralímpico e talvez se interessem por se envolver no Movimento Paralímpico.

Um dos legados dos JP é a representação de PCD na mídia (Souza; Brittain, 2020). Contudo, a relação entre número de vagas e visibilidade midiática pode determinar que esses legados atinjam de maneira distinta homens e mulheres com deficiência. Trago como um

exemplo disso meu primeiro contato com os JP, que se deu acompanhando a natação Paralímpica durante os JP Londres 2012. Durante as transmissões do evento conheci os multimedalhistas Daniel Dias, Clodoaldo Silva e André Brasil que ganharam destaque na mídia devido sua gama de resultados expressivos. Fui conhecer as atletas Joana Neves e Edênia Garcia (únicas nadadoras medalhistas naquela edição), apenas quando comecei a estudar as atletas paralímpicas brasileiras.

A visibilidade da deficiência e a representação dela durante os JP demonstra um universo de possibilidades, transcendendo a ideia unilateral de que deficiência é sinônimo de limitações (Pearson; Misener, 2022; Souza; Brittain, 2020). Assim, a visibilidade conferida às atletas com deficiência durante os JP possibilita a expansão do universo de outras mulheres que podem passar a enxergar a prática esportiva como uma possibilidade para suas vidas (Abajo *et al.*, 2020).

A representação da atleta paralímpica na mídia pode também influenciar na forma como a sociedade compreende a deficiência e as relações hierárquicas de gênero dentro do esporte (Brooke, 2019; Figueiredo, 2014; Hardin; Hardin, 2005; Quinn; Yoshida, 2016). Essas relações são construídas dentro do discurso social e a mídia enquanto produtora, reprodutora e disseminadora de discurso, ocupa um papel privilegiado na sua legitimação ou desmistificação (John, 2014). Nesse contexto, narrativas sobre gênero e deficiência no esporte são perpetuadas, levando as atletas paralímpicas a serem mais estigmatizadas que as suas contrapartes (Pappous; Marcellini; De Léséleuc, 2011; Pearson; Misener, 2022).

As informações veiculadas pelas assessorias de imprensa de instituições gestoras esportivas se constituem em importantes fontes de informação para jornalistas. Por exemplo, como constatado pelo estudo de Santos, Solves e Souza (2020a) sobre a cobertura de jornalistas brasileiras/brasileiros nos JP 2016, e o resultados do estudo de Meléndez-Labrador (2022) sobre a cobertura de jornalistas das “Aliança Latino-Americana de Jornalismo e Paralimpismo” (Argentina, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, México, Peru e Venezuela) também durante os JP Rio 2016. Além de se constituírem em importantes difusores de informação sobre o esporte Paralímpico e sobre as/os atletas, a posição ocupada pelas instituições garante legitimidade ao seu discurso. Consequentemente, a forma com que retratam atletas homens e mulheres e a visibilidade – ou falta de visibilidade – das atletas mulheres em sua cobertura pode influenciar os discursos de outros veículos de mídia.

As instituições gestoras do esporte Paralímpico possuem grande poder em suas mãos no que tange a relação entre o número de vagas e a visibilidade midiática. Além de serem responsáveis pelo aumento do número de vagas para as atletas nos JP e no número de atletas

nas delegações nacionais, elas se constituem como fonte de informação para veículos de comunicação mundialmente. Ou seja, elas podem traçar estratégias para a busca da equidade de gênero no esporte Paralímpico, impactando diretamente nestas duas frentes que funcionam em simbiose na manutenção ou transformação da realidade das mulheres no esporte Paralímpico. Suas políticas institucionais podem tanto trabalhar no aumento de vagas para no esporte Paralímpico como também na estruturação de diretrizes para suas assessorias de imprensa, visando o aumento de visibilidade das mulheres no esporte.

Considerando o contexto acima, realizamos este trabalho com o objetivo de mapear as políticas institucionais do IPC e do CPB em relação às questões de gênero durante o período de 2013 a 2021 e verificar se as coberturas das assessorias de imprensa destas instituições têm sido consistentes com estas políticas, tomando como exemplo a cobertura delas das duas últimas edições dos JP – os JP Rio 2016 e Tóquio 2020⁴. Nossos objetivos específicos foram:

(a) Verificar se – e de que forma – o IPC vem tratando de questões de gênero em suas políticas institucionais e se os planejamentos estratégicos e ações da instituição têm buscado viabilizar as possíveis mudanças previstas por essas políticas.

(b) Verificar se – e de que forma – o CPB vem tratando de questões de gênero em suas políticas institucionais e se os planejamentos estratégicos e ações da instituição têm buscado viabilizar as possíveis mudanças previstas por essas políticas.

(c) Verificar as convergências e divergências nas formas de representação de atletas de homens e mulheres na cobertura do IPC durante as edições dos JP Rio 2016 e Tóquio 2020.

(d) Verificar as convergências e divergências nas formas de representação de atletas de homens e mulheres na cobertura do CPB durante as edições dos JP Rio 2016 e Tóquio 2020.

As questões de gênero apesar de amplamente debatidas em algumas áreas, ainda são insipientes em outras. Exemplo disso é a baixa quantidade de estudos que analisem e debatam as questões de gênero no esporte Paralímpico, seja na gestão, na participação e/ou na sua divulgação. Até o momento apenas dois estudos analisaram algumas políticas do IPC ligadas a gênero (Dean *et al.*, 2022, 2023). Não encontramos nenhum que analisasse a posição de Comitês Nacionais, como o CPB, frente a questão da equidade de gênero no esporte Paralímpico. Também não encontramos nenhum estudo que tratava da cobertura realizada pela assessoria de imprensa do IPC sobre os JP. Localizamos quatro estudos que analisaram as relações de gênero e deficiência na cobertura dos JP pelas mídias brasileiras (Carlos, 2021;

⁴ Por conta da pandemia de covid-19, os Jogos Paralímpicos Tóquio 2020 foram adiados, tendo ocorrido em 2021. Contudo, a marca do evento foi mantida como Tóquio 2020.

Figueiredo, 2014; Hilgemberg; Araújo; Lima, 2019; Marcondes; Hilgemberg; Souza, 2023). Apenas um deles analisou a cobertura destes eventos por parte do CPB (Marcondes; Hilgemberg; Souza, 2023).

O IPC desempenha um papel fundamental como órgão gestor do Movimento Paralímpico por meio de suas políticas e ações. Sob sua jurisdição, os Comitês Paralímpicos Nacionais, como o CPB, têm a responsabilidade de organizar o movimento em seus respectivos países (IPC, 2019a). É importante compreender como o IPC promove a participação das mulheres no Movimento Paralímpico, visto que suas perspectivas sobre questões de gênero têm um impacto significativo nas políticas e ações desses comitês. Além disso, torna-se relevante analisar o alcance de suas políticas e ações em Comitês Nacionais, como o CPB, por exemplo. Este estudo oferece subsídios tanto para o IPC quanto para o CPB, bem como para outros Comitês Paralímpicos Nacionais, para melhor compreenderem os avanços e limitações de suas políticas e ações.

Este estudo também revela possíveis consistências e/ou inconsistências entre as políticas institucionais e a ação das assessorias de imprensa do IPC e do CPB que impactam a implementação de equidade de gênero no Movimento Paralímpico. Ele oferece insights sobre como as políticas e ações destas instituições podem influenciar o aumento, a estagnação ou até mesmo a diminuição da participação das mulheres nos esportes Paralímpicos.

Esta pesquisa também destaca áreas específicas que requerem atenção para buscar a equidade de gênero tanto dentro do Movimento Paralímpico Global, quanto no contexto específico do Movimento Paralímpico no Brasil e em outros contextos similares. Além disso, nossos achados revelam características das publicações que outras assessorias de imprensa de Comitê Paralímpicos Nacionais podem estar reproduzindo. Elas podem ajudar estes Comitês e outros meios de comunicação que contam com eles para suas coberturas a melhorar questões que ainda impedem a equidade de gênero em sua cobertura dos esportes Paralímpicos.

Estruturamos esta tese em formato *multipaper* (Oliveira, 2021). Escrevemos quatro artigos, cada um deles dedicados a um dos objetivos específicos supracitados. Descrevemos a metodologia da pesquisa diretamente em cada um destes artigos. Seguindo as normativas do Programa de Pós-Graduação em Educação Física/UFPR, escrevemos também um capítulo teórico, que aparece logo na sequência desta introdução. As considerações finais reúnem e dialogam com todos os elementos do trabalho endereçados anteriormente, atendendo e respondendo ao objetivo geral do estudo. Temos ciência que o formato *multipaper* gera a repetição de algumas ideias, o que pode tornar a leitura do trabalho como um todo cansativa. Por outro lado, este formato facilita a submissão de artigos durante a produção da tese. Optamos

por este modelo, apesar de suas limitações, para acelerarmos o processo de publicação de nossos resultados, a fim de atendermos a demanda do Programa de Pós-Graduação em Educação Física da UFPR que exige o aceite de dois artigos sobre o tema da tese em revistas com JCR e/ou SJR acima de determinados índices para que a defesa do trabalho final possa ser marcada.

2 CAMINHOS TEÓRICOS

“A mulher não é uma realidade imóvel, e sim um vir a ser; é no seu vir a ser [...] que deveria se definir suas possibilidades.” (Beauvoir, 2016, p. 62).

Simone de Beauvoir nos instiga a pensar sobre a forma como nos tornamos mulheres a partir dos discursos produzidos sobre “ser mulher”. O entendimento de que a mulher não é uma realidade imóvel deve perpassar as diferentes formas de se tornar e vir a se identificar como mulher, não havendo uma única forma, produzida a partir de um discurso único. Nesse sentido, vários tipos de feminismos emergem perpassando as várias formas de ser mulheres. Apresentamos a seguir os caminhos dentro dos feminismos os quais escolhemos trilhar para então refletirmos sobre a realidade das mulheres com deficiência no esporte paralímpico.

2.1 FEMINISMOS E AS MULHERES COM DEFICIÊNCIA

A dissimetria presente nas relações de gênero na sociedade é tema recorrente dos estudos feministas, seja no campo antropológico, sociológico ou político (Miguel; Biroli, 2014; Tomazetti, 2020). Visando desconstruir o caráter opressivo de uma sociedade edificada e narrada por – e para – homens, o movimento feminista vai além de um estilo de vida, é uma luta política e social para o fim dos sexismos (hooks, 2020). Beauvoir (2016, p. 17) afirma que “o presente envolve o passado, e no passado toda história foi feita pelos homens”, essa ideia é enfatizada por Scott (1995, p. 75) asseverando que “o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, ele é criado nesse e por esse mundo masculino”. Inferimos que o homem assume uma posição de sujeito universal exacerbando as diferenças biológicas e delimitando ao longo da história espaços generificados, femininos e masculinos.

Gênero enquanto construção social do sexo, representa a relação entre homens e mulheres, enfatizando o caráter fundamentalmente social de hierarquias pautadas em distinções biológicas entre ambos os sexos⁵ (Lauretis, 2019; Mariano, 2005; Scott, 1995). Significados culturais são construídos e atribuídos ao corpo sexuado para atender necessidades sociais específicas, desenhando ideias naturalizadas de gênero (Mariano, 2005; Adelman, 2016) e expectativas ligadas aos corpos, como, por exemplo, a virilidade masculina e a fragilidade e sensibilidade feminina (Goellner, 2021). Os estudos feministas convergem ao negar os

⁵ Em uma perspectiva de gênero que atende a uma lógica binária.

determinismos biológicos relegados aos corpos. Isso não significa ignorar os dados e informações sobre o corpo sexuado, mas sim questionar a hierarquia de gênero que se limita a uma explicação biológica e designa um destino imutável para as mulheres (Beauvoir, 2016; Lauretis, 2019; Rago, 1998; Rubin, 1993; Saffioti, 2015; Scott, 1995).

Tal como os estudos feministas rejeitam o determinismo biológico para explicar a opressão de mulheres e os privilégios masculinos, os estudos sobre a deficiência partem desse mesmo pressuposto. Nessa perspectiva, a deficiência é uma expressão da desvantagem social sofrida pelas pessoas que possuem um comprometimento – físico, visual, auditivo ou intelectual (Campbell, 2009; Goodley, 2014; Susman, 1994; Wolbring, 2008). Portanto, mesmo que o comprometimento gere a deficiência, ela é agravada pela falha da sociedade em garantir direitos sociais às pessoas com deficiência (PCD).

Ao pensar quais seriam os rumos de uma perspectiva feminista sobre a deficiência Susan Wendell (2020) pontua que é preciso compreender como as experiências de deficiência, gênero, raça e classe se relacionam, logo, como elas se interseccionam. Essa análise interseccional é importante para que a equidade social defendida pelo movimento feminista seja, de fato, para todas as mulheres, e não apenas para um grupo dominante. Compreendendo a interseccionalidade enquanto categoria analítica das relações sociais, autoras como Audre Lorde (2019a, 2019b), bell hooks (2020), Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2021), entre outras, apontam sua importância para que seja possível entender as individualidades e demandas de diferentes grupos sociais.

Da interseccionalidade entre gênero, raça, classe e deficiência, emergem necessidades diferentes a partir das subjetividades. Nas palavras de Avtar Brah (2006, p. 341), “vidas reais são forjadas a partir de articulações complexas dessas dimensões”. Logo, as pautas das lutas feministas vêm sendo ampliadas, pensando em uma luta justa e igualitária que atenda as demandas de todas as mulheres. As autoras do feminismo negro pontuaram a dificuldade do movimento feminista reformista em atender as pautas das mulheres negras e de classes baixas (hooks, 2020; Lorde, 2019a, 2019b). Da mesma forma, Jenny Morris (1991, 2019) apresenta o panorama da luta feminista e o quanto, em diferentes momentos, o feminismo nem sempre abrangeu as pautas e demandas das mulheres com deficiência – ou mesmo as oprimiu.

Autoras como Lorde (2019b) e hooks (2020), defendem que mulheres em posições consideradas socialmente privilegiadas devem usar suas condições sociais e privilégios para lutar pelo direito de que todas as mulheres tenham suas vozes ouvidas e seus direitos garantidos. A ausência, por exemplo, de um comprometimento físico, visual ou intelectual não nos torna menos responsáveis por essa luta, pelo contrário. Além disso, Wendell (2020) pontua que os

padrões de normalidade ligados ao corpo oprimem toda a sociedade. A autora afirma que uma teoria feminista sobre a deficiência, que busque questionar e transformar estes padrões, é interesse coletivo e não apenas de PCD.

2.2 INEQUIDADE DE GÊNERO NO ESPORTE

A luta de mulheres para ocupação de espaços hegemonicamente masculinos, também ocorreu no esporte que, ao longo da história, teve diferentes marcos das lutas pela representação feminina (Goellner, 2005, 2007). Conforme defendido pelo *International Working Group on Women and Sport* (IWG, 2022), toda mulher tem direito à igualdade de oportunidades de participação e envolvimento em esportes e atividades físicas, em suas diversas formas. Entretanto, as mulheres percorreram um longo caminho entre serem proibidas de participar ou mesmo de assistir os esportes na antiguidade (Cidade, 2004), até esse atual reconhecimento de seus direitos no esporte. As mulheres participaram pela primeira vez dos Jogos Olímpicos no ano de 1900, em que elas representaram 1,9% de participantes (Cidade, 2004; Houghton; Pieper; Smith, 2022). Em sua última edição, Tóquio 2020, as mulheres representaram 48,8% do total de atletas (Houghton; Pieper; Smith, 2022). Foram necessários 121 anos para que as mulheres atingissem esse contingente de atletas, mas ainda não foi o suficiente para o alcance da equidade de gênero.

No cenário esportivo brasileiro as oportunidades conferidas a homens e mulheres foram e ainda são diferentes. Exemplo disso é Maria Lenk, a primeira mulher brasileira (e sul-americana) a participar de Jogos Olímpicos em 1932 (Goellner, 2007; Rocha, 2020) e a primeira mulher a ser convidada a atuar na gestão esportiva brasileira, sendo membro no Conselho Nacional de Desportos (CND) na década de 1960 (Gomes, 2008). Mesmo com as conquistas perpetradas por Lenk desde a década de 1930, as mulheres ainda tinham muitas restrições legais para participação no esporte brasileiro. Dentre elas, o Decreto Lei 3199/41 e a Deliberação n. 7 de 1965 do CND que, até 1975, proibiam as mulheres da participação em esportes como futebol, levantamento de peso e lutas – entre outros – pois, estes não condiziam com o que estes documentos denominavam de “natureza feminina” (Goellner, 2007; Gomes, 2008; Rocha, 2020).

Esse cenário de desigualdades se repete também na realidade esportiva das mulheres com deficiência. Estas tendem a ser mais discriminadas do que mulheres sem deficiência e do que os homens, reflexo de sua dupla estigmatização (Figueiredo, 2014; Haiachi *et al.*, 2018; Hardin; Hardin, 2005). Mesmo que a participação de mulheres nos esportes paralímpicos esteja

aumentando, as mulheres ainda têm menos oportunidades enquanto atletas e gestoras, além de receberem menor visibilidade na mídia (Houghton; Pieper; Smith, 2017). A participação de mulheres em JP chegou aos 42% nos JP Tóquio 2020 (IPC, 2024). Foi a primeira vez que esse percentual ultrapassou a marca dos 40%.

As primeiras mulheres brasileiras a participarem de JP foram Beatriz Siqueira (lawnbowls) e Maria Alvarez (tênis de mesa e atletismo) em Toronto 1976 (Brandolin; Barreto, 2020; IPC, 2024). Já as primeiras medalhas femininas brasileiras vieram em Nova York/Stoke Mandeville 1984 que caracterizam um marco histórico na participação das brasileiras. Nesta edição o Brasil conquistou 28 medalhas, sendo sete ouros (CPB, 2023a). A delegação brasileira naquela edição possuiu 29 atletas sendo seis mulheres (20,7%) (CPB, 2023b). Destas, cinco juntas conquistaram 18 medalhas (5 ouros/11 pratas e 2 bronzes) (IPC, 2024). Isso representa 64,3% das medalhas brasileiras naquela edição. Destacamos ainda a atuação de Miracema Ferraz, que foi a primeira atleta brasileira a conquistar seis medalhas em uma edição de JP. Mesmo com resultados tão significativos nos Jogos de Nova York/Stoke Mandeville 1984, a participação de mulheres brasileiras no evento tem subido lentamente. Apesar de terem ultrapassado os 30% em Atlanta 1996, o percentual de mulheres cai drasticamente para 17% em Sidney 2000. Esse percentual só ultrapassa a marca dos 30% novamente em Londres 2012. Em Tóquio 2020 as mulheres representaram 37% da delegação brasileira (CPB, 2023a).

Para que esses percentuais de participação de atletas olímpicas e paralímpicas em Tóquio 2020 fossem possíveis, diferentes grupos e organizações de mulheres emergiram ao longo dos anos na luta pelos direitos das mulheres no esporte. Em especial, desde o início dos anos 1990 a temática tem sido objeto de crescentes discussões mundialmente. Em maio de 1994, a I Conferência Mundial sobre a Mulher e o Esporte em Brighton, marcou um ponto de viragem histórico, resultando na Declaração de Brighton. Esta declaração estabeleceu princípios para promover a participação e o envolvimento das mulheres no esporte, sendo revisada e celebrada nas conferências mundiais subsequentes do Grupo (Cidade, 2004). Em 2014 na VI Conferência Mundial sobre a Mulher e o Esporte, a Declaração de Brighton é reafirmada e sofre algumas reformulações. Este tratado global delineia um roteiro para apoiar o desenvolvimento de um sistema esportivo mais justo, plenamente inclusivo para meninas e mulheres. O Comitê Olímpico Internacional e o IPC são signatários da Declaração de Brighton, juntamente com a *Helsinki 2014 Declaration on Women & Sport* (Iwg, 2022).

Marcos como os supracitados influenciaram e ainda hoje influenciam a entrada e a permanência de meninas e mulheres no campo esportivo. Entretanto, a busca por igualdade e inclusão nem sempre consegue dar conta da estrutura que produz as inequidades de gênero. O

entendimento de que o “pessoal é político” (Hanisch, 1969) é crucial para o alcance da equidade de gênero no esporte. Discursos meritocráticos tendem a alocar as inequidades na esfera individual, responsabilizando as mulheres por não alcançarem certos feitos e espaços, não abrangendo a característica estrutural e sistêmica das relações de gênero (Evans; Pfister, 2021).

A inequidade de gênero diz respeito às assimetrias de gênero pautadas na valorização desigual de atributos considerados masculinos (Goellner, 2021). No contexto esportivo, por exemplo, isso se traduz na valorização de atributos associados à masculinidade, como força, virilidade e coragem, representando o ideal esportivo (Fitzgerald; Drury; Stride, 2017; Goellner, 2021). Considerando as hierarquias de gênero construídas a partir de um sistema de valores que privilegia os homens no contexto esportivo, condições de igualdade ainda podem gerar inequidade (Peers *et al.*, 2023).

Para o alcance da equidade de gênero se faz necessário compensar desvantagens históricas vividas por mulheres. A equidade de gênero consiste em tratar os desiguais como desiguais, a fim de realizar ajustes para reparar as desigualdades de gênero (Lisboa; Mafrini, 2005). Nesse sentido, as desigualdades são aceitas quando ocorrem a favor dos grupos desfavorecidos (Rawls, 1971). Contudo, ações isoladas, são insuficientes para endereçar o problema sistêmico da inequidade de gênero no esporte (Evans; Pfister, 2021). O conceito de equidade pressupõe o enfrentamento de condições desiguais e requer políticas e/ou ações afirmativas adaptadas às necessidades específicas de cada grupo social. As instituições gestoras esportivas possuem papel fundamental nesse processo (Ordway, 2023; Peers *et al.*, 2023).

2.3 INEQUIDADE DE GÊNERO MOVIMENTO PARALÍMPICO

Os Jogos de Stoke Mandeville, realizados em 1948, marcam o início do Movimento Paralímpico e, desde este primeiro evento há registros da participação de mulheres (IPC, 2024). Entretanto, a presença das mulheres nos JP tem sido historicamente menor que a dos homens (Ogoura, 2022a). O caráter inicial do evento, que buscava atender homens militares em recuperação de lesões pós-guerra, é um fator que influenciou esse processo (Brittain; Beacom, 2018). Conforme os dados disponibilizados pelo IPC sobre a participação de homens e mulheres nos JP (IPC, 2024), a participação de mulheres em JP passou de 22% em Roma 1960 para 42% em Tóquio 2020. De Roma 1960 até Sydney 2000, a participação das mulheres foi inferior a 30% (Brittain; Beacom, 2018). Esse percentual só extrapolou os 30% a partir de Atenas 2004 (Houghton; Pieper; Smith, 2017) e tem aumento gradativamente desde então. Destacamos como exemplo as duas últimas edições do evento. Os JP Rio 2016 tiveram 4.328

atletas, sendo 2.657 homens (61%) e 1.671 mulheres (39%). Em Tóquio 2020 o evento reuniu 4.403 atletas, com 2.550 homens (58%) e 1.853 mulheres (42%) (IPC, 2024).

A inequidade de gênero dentro do Movimento Paralímpico influencia e é reforçada pelo programa esportivo dos JP, que têm historicamente priorizado disciplinas masculinas. Em Roma 1960 o Programa Paralímpico possuía 8 modalidades masculinas e 6 femininas (IPC, 2024). Os JP Seul 1988 tiveram a maior diferença entre o quantitativo de modalidades, contendo 18 masculinas e 11 femininas (IPC, 2024). O Programa Paralímpico Rio 2016 continha 22 modalidades, sendo duas delas exclusivamente masculinas – Futebol para Cegos e Futebol PC⁶ (Houghton; Pieper; Smith, 2017; Ogoura, 2022a). Os JP Tóquio 2020 registraram a menor diferença entre o quantitativo de disciplinas no Programa Paralímpico, contendo 22 modalidades, com apenas uma – Futebol para Cegos – exclusivamente masculina (Houghton; Pieper; Smith, 2022; Ogoura, 2022a).

Além da distribuição de disciplinas no Programa Paralímpico, Dean *et al.* (2023) e Houghton, Piper e Smith (2022) afirmam que a menor participação de mulheres em disciplinas mistas, também é um fator que mantém a inequidade de gênero nos JP. Por exemplo, no rúgbi em cadeira de rodas nos JP Rio 2016, as mulheres representaram apenas 2,1% (Houghton; Pieper; Smith, 2017), e em Tóquio 2021, foram apenas 4,3% do total de atletas (Houghton; Pieper; Smith, 2022). No Brasil, a equipe de rúgbi em cadeira de rodas dos JP Rio 2016⁷ foi composta exclusivamente por homens (IPC, 2016).

Embora o rúgbi em cadeira de rodas seja misto, não há obrigatoriedade da presença de mulheres nas equipes. Em vez disso, há um bônus no sistema de classificação. Para cada mulher em quadra, a equipe pode adicionar mais 0,5 à soma máxima de funcionalidade permitida para atletas em quadra (Dean *et al.*, 2023). A organização de eventos mistos no Programa Paralímpico é uma ação do IPC visando aumentar a participação de mulheres nestas modalidades, na tentativa de alcançar a paridade de gênero no evento. No entanto, esse tipo de iniciativa tem se mostrado ineficiente e dificultado inclusive a criação da categoria feminina nas modalidades (Dean *et al.*, 2023).

A inequidade de gênero no Movimento Paralímpico também ocorre – e é intensificada – na gestão. Estudos sobre gênero e gestão esportiva indicam que a presença de mulheres em cargos de decisão é essencial para mudanças no *status quo* (Burton, 2015; Lebel *et al.*, 2021;

⁶ Futebol para pessoas com paralisia cerebral.

⁷ A seleção brasileira de rúgbi em cadeira de rodas não alcançou o índice no ranking para se classificar para os JP Tóquio 2020.

Ordway, 2023; Peers *et al.*, 2023). No entanto, inúmeras barreiras precisam ser transpostas para que isso aconteça. Exemplos dessas barreiras incluem a percepção de tratamento não igualitário em comparação com os homens (Hanlon; Taylor, 2022), além das dificuldades enfrentadas para conciliar o trabalho na gestão com as responsabilidades familiares (Itoh; Bower; Hums, 2017).

Dean *et al.* (2022) verificaram que algumas políticas do IPC para paridade de gênero na gestão não têm atingido o resultado esperado e nem sempre alcançam os Comitês Paralímpicos Nacionais (em inglês *National Paralympic Committee* – NPC). As mulheres ainda representam apenas 16% de presidentes em NPCs (Dean *et al.*, 2022). Buscar a paridade se refere à busca da igualdade numérica na participação de homens e mulheres, sem garantir os meios necessários para que isso ocorra. A igualdade e a paridade exigem equidade (Smith; Wrynn, 2014), uma vez que homens e mulheres partem de condições sociais desiguais. Somente por meio desses esforços as disparidades podem ser efetivamente resolvidas e a justiça social e divisão igualitária alcançadas.

2.4 INEQUIDADE DE GÊNERO NA COBERTURA MIDIÁTICA DO ESPORTE PARALÍMPICO

As questões ligadas à deficiência, tendem a ganhar maior atenção na mídia durante os JP (Flindall, 2020; Pearson; Misener, 2022; Rees; Robinson; Shields, 2019). A cobertura que a mídia faz dos JP pode influenciar na redução ou na perpetuação de estigmas sociais ligados à deficiência (Brittain; Beacom, 2016; McGillivray *et al.*, 2019; Pappous; Marcellini; De Leséleuc, 2011). Considerando o papel significativo da mídia na formação de cultura e na manutenção de padrões hegemônicos, a representação das atletas paralímpicas na mídia influencia diretamente a compreensão da sociedade sobre a deficiência e as dinâmicas de gênero no esporte (Brooke, 2019; Hardin; Hardin, 2005).

A ausência de equidade de gênero no esporte influencia a manutenção de uma cobertura esportiva inequitativa e mantém as mulheres confinadas a uma realidade de menor visibilidade que os homens. A visibilidade das atletas com deficiência na mídia pode ampliar as perspectivas de outras mulheres, mostrando-lhes uma nova possibilidade para suas vidas (Abajo *et al.*, 2020). Entretanto, para pensar na equidade de gênero na cobertura paralímpica, precisamos refletir sobre os critérios de noticiabilidade, ou seja, sobre os diferentes fatores que influenciam a noticiabilidade do esporte feminino.

A noticiabilidade refere-se ao valor potencial de uma informação, influenciando diretamente na escolha de quais fatos e eventos são considerados noticiosos e devem ser

priorizados (Wolf, 2018). Eles caracterizam como um dos principais fatores que influenciam a seleção e produção de notícias (Alves, 2018; Wolf, 2018). O conteúdo veiculado pelas fontes de informação e a relação entre estas e os veículos de comunicação são exemplos de fatores que influenciam diretamente esse processo (Silva, 2005). Estes critérios não são estáticos, podendo variar dentro dos diferentes contextos e tempos históricos e sociais, entrando em consenso com os valores de uma comunidade (Santos, 2018). Nesse sentido, além do percentual de participação de mulheres no evento, o fato de o esporte ser um espaço hegemonicamente masculino pode influenciar na noticiabilidade dos esportes femininos.

A inequidade de gênero na cobertura do esporte paralímpico pode não apenas interferir na noticiabilidade de atletas homens e mulheres, mas também na forma com que as narrativas são construídas. A cobertura do esporte paralímpico como trivialização (Hardin; Hardin, 2005; Léséleuc; Pappous; Marcellini, 2010; Pappous; Marcellini; De Léséleuc, 2011; Poffo *et al.*, 2017), infantilização (Duncan, 2006; Léséleuc; Pappous; Marcellini, 2010; Pappous; Marcellini; De Léséleuc, 2011; Poffo *et al.*, 2017), vitimização (Hardin; Hardin, 2005; Oliveira; Poffo; Souza, 2018; Poffo *et al.*, 2017) e *supercrip* (Hardin; Hardin, 2004; Oliveira; Poffo; Souza, 2018; Pappous; Brown, 2018; Poffo *et al.*, 2017; Silva; Howe, 2012a).

A trivialização ocorre quando as narrativas desviam a atenção das conquistas esportivas das/dos atletas para explorar aspectos de suas vidas pessoais, como escolhas de roupas, relacionamentos pessoais e atividades recreativas (Hardin; Hardin, 2005; Pappous; Marcellini; De Léséleuc, 2011). A infantilização diz respeito à prática de tratar PCD como crianças, chamando as/os atletas de meninas/meninos, utilizando adjetivos infantis e termos diminutivos (Duncan, 2006; Léséleuc; Pappous; Marcellini, 2010; Oliveira; Poffo; Souza, 2018; Poffo *et al.*, 2017). A vitimização reforça um senso de tragédia pessoal ligado à deficiência, tendem a se concentrar nas histórias de vida supostamente tristes das/dos atletas (Hardin; Hardin, 2005; Oliveira; Poffo; Souza, 2018; Poffo *et al.*, 2017). A narrativa *supercrip* consiste em tratar as/os atletas como super-heróis/super-heroínas que superaram suas deficiências. Ao mesmo tempo que isso pode combater a imagem de vítima, pode criar uma crença de que todas as PCD podem alcançar estes feitos, bastando que se esforcem (Hardin; Hardin, 2004; Poffo *et al.*, 2017; Silva; Howe, 2012a).

Estudos anteriores já constataram que alguns destes estigmas tendem a ocorrer mais com as mulheres do que com os homens, como trivialização (Figueiredo, 2014; Pappous; Marcellini; De Léséleuc, 2011), infantilização (Marcondes; Hilgemberg; Souza, 2023) e vitimização (Carlos, 2021; Pappous; Marcellini; De Léséleuc, 2011). Esse panorama pode ser reflexo das expectativas ligadas aos corpos femininos e masculinos, em que a masculinidade

está associada à virilidade e a feminilidade à fragilidade (Goellner, 2021), como também a noção de corpo esportivo, que está ajustado aos ideais de masculinidade (Fitzgerald; Drury; Stride, 2017; Hardin; Hardin, 2005). Nesse sentido, a narrativa *supercrip* converge com as ideias de masculinidade ligadas ao corpo esportivo e, a vitimização e a infantilização, com a ideia de fragilidade constantemente associada ao corpo feminino. Considerando que a equidade de gênero ajuda a desafiar estas noções hegemônicas, atendendo às necessidades específicas de cada grupo (Peers *et al.*, 2023), o endereçamento de equidade de gênero na cobertura do esporte paralímpico requer que se pense tanto no número de publicações destinadas a ambos os gêneros, quanto nas formas de retratação de atletas homens e mulheres.

3 (IN)EQUIDADE DE GÊNERO NO MOVIMENTO PARALÍMPICO? ANALISANDO AS POLÍTICAS E AÇÕES DO COMITÊ PARALÍMPICO INTERNACIONAL EM RELAÇÃO A QUESTÕES DE GÊNERO

3.1 INTRODUÇÃO

O esporte é comumente associado a características socialmente consideradas como masculinas, como coragem e virilidade, criando obstáculos para o envolvimento das mulheres (Claringbould; Knoppers, 2012; Ryan; Dickson, 2018). Isso também perpetua relações hierárquicas de gênero existentes no esporte, contribuindo para a manutenção de uma realidade hegemonicamente sexista (Peers *et al.*, 2023). O contexto Paralímpico tem reproduzido historicamente essa realidade. Embora o número de atletas e gestoras tenha aumentado recentemente, a representação de mulheres no Movimento Paralímpico ainda segue aquém à dos homens (Houghton; Pieper; Smith, 2017, 2022; Smith; Wrynn, 2014).

O objetivo deste estudo foi descrever e analisar os documentos institucionais oficiais do Comitê Paralímpico Internacional (em inglês International Paralympic Committees – IPC), buscando verificar as políticas e ações relacionadas à participação de mulheres nos últimos dois Ciclos Paralímpicos concluídos. Nossos objetivos específicos foram: a) determinar se o IPC abordou questões de gênero em suas políticas institucionais e, em caso afirmativo, como o fez; b) avaliar se os planejamentos estratégicos do IPC foram estruturados buscando viabilizar as mudanças delineadas em suas políticas; c) investigar se as ações institucionais desenvolvidas pelo IPC estão alinhadas com os objetivos e metas especificados em seus planejamentos estratégicos.

Alguns estudos têm abordado a questão das mulheres com deficiência no esporte como atletas (Dean *et al.*, 2023; Haiachi *et al.*, 2018; Houghton; Pieper; Smith, 2017, 2022; Krahenbühl *et al.*, 2022; Seth; Dhillon, 2020; Smith; Wrynn, 2014) e também como gestoras (Dean *et al.*, 2022; Hanlon; Taylor, 2022; Itoh; Bower; Hums, 2017). Entretanto, de acordo com nossa revisão de literatura, apenas dois estudos, ambos conduzidos por Dean *et al.* (2022, 2023), analisaram algumas iniciativas do IPC ligadas à paridade de gênero. De acordo com esses estudos, a instituição não alcançou a paridade de gênero e, em alguns casos, chegou a dificultar a participação das mulheres. Um desses estudos também apontou que os Comitês Paralímpicos Nacionais (em inglês National Paralympic Committees – NPC) nem sempre absorvem as propostas do IPC para endereçar questões de gênero (Dean *et al.*, 2022).

O IPC é o órgão gestor do Movimento Paralímpico mundialmente, responsável por moldar suas principais políticas e ações. Os NPCs estão sob sua jurisdição e devem organizar o movimento em seus países, aderindo às regras e valores estabelecidos pela instituição (IPC, 2019a). Entender como o IPC promove a participação das mulheres no Movimento Paralímpico é essencial, pois suas normativas sobre as questões de gênero influenciam as políticas e ações dos NPCs. Por meio de nossa pesquisa, buscamos fornecer *insights* sobre áreas que requerem atenção para almejar a equidade de gênero dentro do Movimento Paralímpico.

3.1.1 (In)equidade de gênero no esporte

Como indica Beauvoir (2016, p. 17), “o presente envolve o passado, e no passado toda história foi feita pelos homens”. Ainda como afirma Scott (1995, p. 75), “o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, ele é criado nesse e por esse mundo masculino”. A compreensão social das supostas diferenças entre homens e mulheres vem historicamente definindo espaços considerados masculinos e femininos. Essa dinâmica perpassa diversas esferas sociais, deslegitimando a ação das mulheres em campos tradicionalmente vistos como masculinos. O esporte reflete essa dinâmica (Camargo; Altmann, 2021; Figueiredo, 2014).

Conforme defendido pelo International Working Group on Women and Sport (IWG, 2022), toda mulher tem direito à igualdade de oportunidades de participação em esportes e atividades físicas, em suas diversas formas, independentemente de sua raça, cor, idioma, religião, orientação ou identidade sexual, idade, estado civil, habilidade/deficiência, crenças políticas ou afiliação, origem nacional ou social. Entretanto, condições iguais não são suficientes, pois ainda podem resultar em desigualdade, uma vez que diferentes grupos sociais partem de realidades diferentes (Alves, 2016; Azevedo, 2013). A igualdade exige equidade (Smith; Wrynn, 2014). O conceito de equidade pressupõe que o enfrentamento de condições desiguais requer políticas e/ou ações afirmativas adaptadas às necessidades específicas de cada grupo social (Ordway, 2023; Peers *et al.*, 2023). Somente por meio desses esforços as inequidades podem ser efetivamente endereçadas e a justiça social alcançada.

A inequidade de gênero nos esportes Paralímpicos pode ser observada nos Jogos Paralímpicos (JP). Por exemplo, na última edição dos JP – Tóquio 2020 – as mulheres representaram 42% do total de atletas participantes do evento (Houghton; Pieper; Smith, 2022). Alguns fatores que contribuem para esse cenário incluem a presença de disciplinas exclusivamente masculinas no Programa Paralímpico e a baixa participação de mulheres em disciplinas mistas (Dean *et al.*, 2023; Houghton *et al.*, 2022).

A inequidade de gênero também é evidente na gestão do Movimento Paralímpico (2022), as mulheres ainda representam apenas 16% de presidentes dos NPCs. Estudos sobre gênero e gestão esportiva indicam que a presença de mulheres em cargos de decisão é essencial para mudanças no *status quo* (Burton, 2015; Lebel *et al.*, 2021; Ordway, 2023; Peers *et al.*, 2023). No entanto, inúmeras barreiras precisam ser superadas para que isso aconteça. Exemplos dessas barreiras incluem a percepção e tratamento desigual das mulheres em comparação com os homens (Hanlon; Taylor, 2022), além das dificuldades enfrentadas por elas ao equilibrar o trabalho na gestão com as responsabilidades familiares (Itoh; Bower; Hums, 2017).

3.2 METODOLOGIA

Realizamos uma pesquisa documental com abordagem qualitativa, com foco nos dois últimos ciclos Paralímpicos concluídos: Rio 2016 e Tóquio 2020. Examinamos os documentos institucionais do IPC que eram válidos no período de 2013 a 2021. Excluimos o ano de 2012 de nossa análise uma vez que durante esse período os esforços do IPC foram direcionados principalmente para a conclusão do ciclo Paralímpico de Londres 2012. Analisamos até o ano de 2021, por conta do adiamento dos JP Tóquio 2020 para 2021 devido à pandemia de covid-19.

Nosso critério para a inclusão dos documentos no estudo foi sua relevância como diretriz para ações institucionais e potencial de influência direta nas questões de gênero no Movimento Paralímpico. Selecionamos documentos que nos permitissem analisar o panorama das ações institucionais, desde o estabelecimento de políticas até relatórios sobre as ações realizadas pela instituição nesse período. Considerando esses critérios, selecionamos os seguintes documentos, considerando os conteúdos válidos para os anos de 2013 a 2021:

- (1) *IPC Handbook*⁸.
- (2) Planejamentos Estratégicos do IPC.
- (3) Planejamento estratégico do Comitê Mulheres no Esporte (em inglês *Women in Sport Committee – WiSC*).
- (4) Relatórios Anuais do IPC.

Fizemos a busca pelos documentos no site do IPC. Contudo, nem todos os documentos referentes a nossa análise estavam disponíveis no site ou públicos em qualquer outro lugar na

⁸ Este documento equivale ao estatuto da instituição, contendo todas as normas, regras e políticas institucionais.

web. Por isso, entramos em contato com o setor de arquivos do IPC por e-mail para solicitar os documentos faltantes. Coletamos algumas informações extras sobre a participação de mulheres nos JP e na gestão do IPC em sites oficiais para apoiar a apresentação, análise e discussão dos dados. A coleta de dados ocorreu entre junho de 2021 e outubro de 2022.

Após a coleta de dados, realizamos uma análise de conteúdo (Bardin, 2009). O processo de análise documental envolveu várias etapas. Inicialmente, realizamos uma leitura minuciosa de todos os documentos. Destacamos elementos que abordam questões de gênero e fatores que afetam o envolvimento das mulheres no esporte, incluindo: a) a participação direta das mulheres em qualquer instância do Movimento Paralímpico; b) o processo de inclusão/exclusão de esportes e eventos no Programa Paralímpico; c) o processo eleitoral para participação em cargos institucionais. Além disso, realizamos buscas nos documentos utilizando palavras-chave como equidade, equitativo, gênero, sexo, mulher/mulheres, homem/homens, masculino/feminino, ela/ele. Verificamos a presença – ou ausência – dessas palavras e a frequência com que elas ocorreram. Também destacamos casos em que essas palavras apareceram nos textos.

Após a extração de trechos relevantes relacionados às questões de gênero, categorizamos essas informações por tipo de documento (estatutos, planejamentos estratégicos e relatórios). Durante a análise dos relatórios, compilamos as informações sobre os projetos e ações listados ao longo dos anos, destacando se – e quais deles – ofereciam informações sobre o gênero das/dos atletas e sobre a participação feminina. Nos casos em que essas informações estavam disponíveis, extraímos e organizamos.

Em seguida, cruzamos essas informações para verificar se as normas previstas nos estatutos foram cumpridas durante as ações da instituição. Em outras palavras, verificamos se as políticas institucionais eram coerentes com seus objetivos, planejamento e ações relatadas nos documentos. Para cada política relacionada à participação das mulheres, investigamos se ela estava contemplada no planejamento e nas metas da instituição e se os relatórios revelavam se – e como – a instituição as abordava por meio de seus projetos e ações.

Durante todo esse processo, permanecemos vigilantes na identificação de quaisquer outras informações que pudessem potencialmente influenciar aspectos relacionados a questões de gênero dentro do Movimento Paralímpico. Catalogamos, classificamos e categorizamos as informações de acordo com suas convergências e divergências. Não utilizamos categorias pré-determinadas para a organização e interpretação dos dados. Criamos as categorias com base no processo analítico.

3.3 RESULTADOS

Dividimos a apresentação dos resultados em três tópicos: (1) *Handbook*; (2) Planejamentos Estratégicos do IPC e do WiSC; e (3) Relatórios Institucionais. É importante notar que nossa análise se concentra exclusivamente em questões relacionadas ao gênero.

3.3.1 Handbook

O Handbook é composto por um conjunto de documentos que norteiam o planejamento e as ações do IPC. Esses documentos contêm informações sobre as políticas e regulamentos do Movimento Paralímpico. Cada item listado no sumário deste manual, tem um link que leva a documentos individuais. Nem todos os documentos estavam datados ou foram atualizados após sua publicação inicial. Sempre que havia uma atualização de algum destes documentos, a versão mais antiga foi excluída. Analisamos todos os documentos presentes no Handbook que foram válidos entre 2013 e 2021. Os seguintes documentos não estavam disponíveis no site do IPC ou públicos em qualquer outro lugar na web: 1) a Constituição do IPC válida entre 2013 e 2020; 2) os Direitos e Obrigações dos membros do IPC válidos entre 2013 e 2019; 3) a Política de Diversidade e Inclusão vigente entre 2013 e 2017; 4) Política de Seleção de Prêmios válida entre 2013 e 2018. Como o setor de arquivo do IPC não nos enviou esses documentos, conforme solicitado, não pudemos analisá-los.

O “Preâmbulo” do *Handbook* (IPC, 2006) apresentava um breve resumo histórico da criação e desenvolvimento dos JP e do Movimento Paralímpico. No entanto, a história estava contada como se tivesse ocorrido igualmente para ambos os gêneros, o que não condiz com a realidade. A variedade de disciplinas esportivas e as condições para a participação das mulheres no Movimento Paralímpico sempre foram inferiores às oferecidas aos homens. Isso se reflete, por exemplo, no número de disciplinas disponíveis para as mulheres no Programa Paralímpico e sua participação em JP, como pode ser observado na Tabela 1.

TABELA 1 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DISCIPLINAS E PERCENTUAL DE ATLETAS POR GÊNERO NOS JP (1960-2020)

	ATLETAS		EVENTOS	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Roma 1960	45 (22%)	164 (78%)	6	8
Tóquio 1964	71 (27%)	195 (73%)	6	9
Tel Aviv 1968	196 (25%)	578 (75%)	8	10
Heidelberg 1972	268 (29%)	654 (71%)	8	10
Toronto 1976	271 (21%)	1000 (79%)	8	11
Arnhem, 1980	428 (26%)	1225 (74%)	9	13
Seul 1988	671 (22%)	2370 (78%)	11	18
Barcelona 1992	699 (23%)	2300 (77%)	11	16
Atlanta 1996	790 (24%)	2462 (76%)	15	19
Sydney 2000	988 (26%)	2883 (74%)	15	19
Atenas 2004	1149 (31%)	3749 (69%)	17	19
Pequim 2008	1366 (35%)	2585 (65%)	18	20
Londres 2012	1502 (35%)	2741 (65%)	18	20
Rio 2016	1671 (39%)	2657 (61%)	22	24
Tóquio 2020	1853 (42%)	2550 (58%)	22	23

FONTE: Dados da pesquisa.

Houve uma progressão na participação de mulheres no evento, com flutuações ocasionais durante os anos em que novas disciplinas foram introduzidas. Como algumas destas novas disciplinas eram exclusivas para homens, o percentual de participação masculina aumentou durante esses anos, levando a uma diminuição no percentual de participação feminina. Exemplos dessa questão são a inclusão do halterofilismo em Tóquio 1964, do vôlei sentado em Toronto 1976 e do ciclismo, futebol PC⁹, judô e halterofilismo em Seul 1988 (IPC, 2024). Embora a situação geral tenha evoluído, o Programa Paralímpico ainda mantém uma disciplina exclusiva para homens: o futebol para cegos. Além disso, os esportes mistos também podem contribuir para um maior percentual de participação masculina nos JP. De acordo com Houghton, Pieper e Smith (2017; 2022), não há um percentual mínimo para a participação feminina nas equipes, o que muitas vezes resulta em treinadoras/treinadores selecionando mais atletas homens do que mulheres para essas equipes.

⁹ Futebol para pessoas com paralisia cerebral, que na época era denominado de futebol de 7.

O documento “Visão e Missão Paralímpica” (IPC, 2003) apresenta os seguintes objetivos relacionados às questões de gênero: “desenvolver oportunidades para atletas mulheres (...) no esporte em todos os níveis e em todas as estruturas” e “promover o esporte Paralímpico sem discriminação por razões políticas, religiosas, econômicas, de deficiência, de gênero, de orientação sexual ou raciais” (IPC, 2003, p. 2, tradução nossa). Tanto os documentos “Constituição do IPC” (IPC, 2020a) quanto os “Direitos e Deveres dos Membros do IPC” (IPC, 2019a) afirmam a intenção da instituição de combater qualquer forma de discriminação, inclusive de gênero.

Na “Política de Diversidade e Inclusão” (IPC, 2017a), o IPC se compromete a alcançar 50% de mulheres nos cargos de tomada de decisão. Na proposta anterior, de 2003, a quota a atingir era de 30% (IPC, 2014, 2016a, 2017a). Entre outros pontos, essa política afirma que o IPC “tomará medidas positivas para eliminar a discriminação individual e institucional” (IPC, 2017a, p. 3, tradução nossa).

O documento “Política de Seleção de Prêmios” (IPC, 2018a) reafirma o compromisso do IPC com a Política de Diversidade e Inclusão e com o alcance dos objetivos ligados a questões de gênero. Além disso, destaca uma estratégia-chave, que é “indicar candidatas/candidatos adequadas/adequados de qualquer grupo de diversidade sub-representado, com ênfase especial na indicação de candidatas mulheres” (IPC, 2018a, p. 2).

O “Capítulo dos Jogos Paralímpicos” (IPC, [s.d.]a) delinea um de seus objetivos centrais como “garantir a igualdade de oportunidades para atletas homens e mulheres de todas as regiões do mundo” (IPC, [s.d.]a, p. 2, tradução nossa). De acordo com esse documento, os critérios para adicionar novas disciplinas ao Programa Paralímpicos são idênticos para disciplinas masculinas e femininas: a) possuir um calendário regular de competições, incluindo um mínimo de dois campeonatos mundiais dentro de um período de oito anos; b) os esportes individuais devem ser praticados em pelo menos 32 países de três continentes; c) os esportes coletivos devem ser praticados em pelo menos 24 países de três continentes; d) a inclusão de uma categoria adicional em um esporte coletivo já existente requer que ele seja praticado em pelo menos 18 países em três continentes (IPC, [s.d.]a).

O “Estatuto do WiSC” diz respeito à criação do WiSC no IPC (IPC, [s.d.]b). Esse comitê foi criado em 2003 (IPC, 2020a) com o objetivo principal de “assessorar a direção administrativa do IPC sobre políticas e iniciativas que promovam a igualdade de gênero dentro do Movimento Paralímpico” (IPC, 2019b, p. 2, tradução nossa). Os objetivos deste comitê englobam aconselhar sobre políticas e objetivos para igualdade de gênero, avaliar as práticas do IPC, defender a igualdade de gênero em todo o Movimento Paralímpico, abordar barreiras

para a participação de mulheres, identificar oportunidades para seu engajamento, colaborar com organizações internacionais e reconhecer as realizações de mulheres dentro do Movimento Paralímpico (IPC, [s.d.]b).

A criação do WiSC e as metas que lhe são atribuídas destacam a dedicação do IPC para o avanço da igualdade de gênero dentro do Movimento Paralímpico. No entanto, este comitê desempenha um papel de aconselhamento para o conselho administrativo. Falta-lhe autoridade para garantir a busca pela igualdade de gênero, descrita em seus documentos.

3.3.2 Planejamentos Estratégicos (PE)

3.3.2.1 Planejamentos Estratégicos do IPC

O PE de uma instituição traça os seus objetivos futuros e fornece um roteiro para as suas ações. Estabelece um conjunto de objetivos que devem estar alinhados com o estatuto e regulamento da instituição (Campestrini, 2021). Três PE estavam em vigor durante o período pesquisado: o PE 2011/2014, o PE 2015/2018 e o PE 2019/2024. A questão das mulheres no esporte é brevemente abordada em quatro seções desses três PE.

No PE 2011/2014, isso estava incorporado ao Objetivo Estratégico 1, enfatizando o papel dos JP em garantir “uma representação justa de gênero e deficiência, juntamente com a participação de todos os continentes, abrangendo uma mistura diversificada de culturas e nações” (IPC, 2011, p. 15, tradução nossa). O documento, no entanto, não traz informações sobre qual parâmetro é utilizado para definir “representação justa” e como isso poderia ser consolidado, considerando as diferentes realidades dos diversos países e culturas que participam do Movimento Paralímpico.

No PE 2015/2018, enquadrou-se no Objetivo Estratégico 2, enfatizando o papel dos JP garantindo “expandir a participação em todas as regiões do mundo, com particular ênfase em encorajar um maior envolvimento das mulheres” (IPC, 2015, p. 23, tradução nossa). Este PE não definia estratégias sobre como iria encorajar o aumento da participação das mulheres, e também não endereçava a aplicação de tais estratégias nas realidades dos diferentes países.

No PE 2019/2024, encontramos duas menções. A primeira está integrada à Prioridade Estratégica 1, ressaltando o compromisso da instituição em promover o “equilíbrio de gênero em posições de liderança em todo o Movimento Paralímpico” (IPC, 2019c, p. 11, tradução nossa). A segunda faz parte da Prioridade Estratégica 2, que se concentra nos JP. Essa passagem ressalta o objetivo de criar “oportunidades para atletas com diferentes tipos e graus de

deficiência, particularmente aqueles com altas necessidades de apoio, competirem em um programa de eventos equitativo com oportunidades iguais para atletas homens e mulheres” (IPC, 2019c, p. 13, tradução nossa). Este PE não define nenhuma estratégia para atingir estes objetivos.

Houve alguns progressos, ainda que limitados, na abordagem das questões de gênero nos planejamentos da instituição. Isso pode ser observado na escolha dos termos utilizados para abordar essas questões ao longo dos anos. Os dois primeiros documentos mencionavam a importância de uma representação justa de gênero e do encorajamento da participação das mulheres. No PE 2019/2024, o IPC afirma que visa o equilíbrio de gênero na gestão do Movimento Paralímpico e menciona o objetivo de proporcionar JP equitativos com oportunidades iguais para homens e mulheres. O fato de o IPC demonstrar a intenção de perseguir um evento equitativo, pode ser indicativo dos passos iniciais da entidade nessa direção. No entanto, a oferta de oportunidades iguais, por si só, nem sempre garante a equidade.

3.3.2.2 Planejamento estratégico do WiSC

O WiSC possui seu próprio PE dedicado a abordar questões de gênero no Movimento Paralímpico. Encontramos apenas um planejamento desse comitê no site: o PE 2019/2022 (IPC, 2019b). Não encontramos informações adicionais na internet sugerindo a presença de outros planejamentos. Além disso, não recebemos retorno do arquivo do IPC confirmando ou negando a existência de tais documentos. O PE 2019/2022 traçava os dois Objetivos Estratégicos do WiSC.

O primeiro objetivo era “aumentar a conscientização, educação e compreensão da igualdade de gênero dentro do Movimento Paralímpico” (IPC, 2019b, p. 2, tradução nossa). Para atingir esse objetivo, o WiSC propôs duas ações: 1) mapear a representação das mulheres em cargos de liderança no Movimento Paralímpico e, a partir dessa avaliação, sugerir medidas para promover a igualdade de gênero, e 2) identificar as principais barreiras que as mulheres encontram para alcançar papéis de liderança e traçar estratégias para superá-las. A entidade não especificou a forma de implementação deste mapeamento nem a abordagem para endereçar seus resultados.

O segundo objetivo estratégico era “aumentar a participação e a liderança de mulheres em todos os níveis dentro do Movimento Paralímpico e reconhecer e celebrar as conquistas das mulheres nos esportes Paralímpicos” (IPC, 2019b, p. 2, tradução nossa). O documento não possuía detalhes sobre como esse processo de reconhecimento seria implementado.

3.3.3 Relatórios Anuais

O IPC produz relatórios anuais ou bianuais sobre suas ações institucionais relacionadas ao Movimento Paralímpico e às modalidades esportivas sob sua tutela. Examinamos oito relatórios correspondentes a nosso recorte temporal. Eles continham 25 passagens abordando a participação de mulheres como atletas ou gestoras no Movimento Paralímpico. Resumimos a seguir.

3.3.3.1 WoMentoring

O programa *WoMentoring* teve como objetivo incentivar as mulheres a ocuparem posições de liderança no Movimento Paralímpico, desde representantes oficiais de delegações até cargos em NPCs e equipe de gestão do IPC. O projeto envolveu países europeus e teve como objetivo ajudar as mentoradas a se beneficiarem da experiência direta de mulheres que ocuparam cargos de liderança no Movimento Paralímpico (mentoras), oferecendo a elas oportunidades de cursos de capacitação. O programa aconteceu entre 2014 e 2016. Quatro relatórios (de 2013 a 2016) forneceram dados sobre o assunto.

O relatório de 2013 descreveu a criação do programa *WoMentoring* e seus objetivos. O relatório de 2014 discutiu as etapas iniciais de implementação do programa. Também mencionava que 15 mentoradas desenvolveram planos educacionais e de desenvolvimento pessoal durante um treinamento de quatro dias e se tornaram elegíveis para uma bolsa de 300 euros (IPC, 2014). O relatório de 2015 possuía informações limitadas, afirmando apenas que o programa continuou durante aquele ano. O relatório de 2016 mencionou a participação de 16 duplas mentoradas no programa (IPC, 2016a). Destacava ainda que o programa *WoMentoring* foi criado para apoiar a meta do Movimento Paralímpico de atingir 30% de mulheres em cargos de liderança. Esses relatórios não incluíram uma análise sobre se os objetivos do programa foram alcançados.

3.3.3.2 Programa de Apoio a Bolsas

O Programa de Apoio a Bolsas foi criado em 2013 com o objetivo de financiar projetos para NPCs e outras organizações envolvidas com esportes para pessoas com deficiência (PCD). De acordo com o relatório de 2015, foram atribuídos 650.000 euros para apoiar 32 projetos que

visavam “abordar lacunas na representação relacionadas a esportes, gênero e região” (IPC, 2015b, p. 24, tradução nossa). Entretanto, este relatório não forneceu detalhes essenciais, tais como os objetivos e metas dos 32 projetos, a distribuição de verba entre eles e o número de mulheres e países que participaram desses projetos.

O relatório de 2017 anunciou uma parceria entre o Comitê Paralímpico Africano e a WiSC para incentivar as mulheres na liderança. No entanto, não há mais informações sobre como essa parceria funcionaria/funcionou. Também afirmava a existência de “várias iniciativas focadas especificamente na promoção da igualdade de gênero, como o projeto da Associação Paralímpica Britânica para aumentar a participação das mulheres no hóquei no gelo” (IPC, 2017b, p. 24, tradução nossa). A entidade não indicou os resultados da iniciativa citada, nem mesmo quais eram as outras iniciativas.

No relatório 2019/2020 havia um artigo intitulado “De Fóruns de Mensagens para Snowboards” (IPC, 2020b, p. 20, tradução nossa). Ele contava a história de como o IPC, inspirado por um grupo de mulheres – que criou o perfil Adaptive Board Chicks no Instagram para incentivar as mulheres a praticarem snowboard – promoveu um acampamento de duas semanas para mulheres para treinarem snowboard. O projeto foi financiado pelo Programa de Apoio a Bolsas e atendeu 14 participantes de 8 países da Europa e América do Norte: Holanda, Canadá, Hungria, Itália, Polônia, Romênia, Espanha e Suíça. Neste relatório havia também um artigo intitulado “Mulheres elevam o padrão no halterofilismo paralímpico”. O artigo introduziu o projeto *She Can Lift*, que tinha como objetivo “aumentar a igualdade de gênero não apenas entre atletas, mas também entre treinadoras e técnicas” (IPC, 2020b, p. 20, tradução nossa). A iniciativa teve como objetivo dar apoio e treinamento para que mulheres se tornem atletas, treinadoras e árbitras de halterofilismo. De acordo com o relatório, o programa beneficiou 60 mulheres de 13 países diferentes, mas não informava quais países foram contemplados. Pontuamos que este foi o único relatório em que o IPC destacou um programa dedicado a promover a participação de mulheres, não apenas como atletas, mas também como treinadoras. Este programa, no entanto, limitava-se ao halterofilismo.

3.3.3.3 Programa de Desenvolvimento de NPCs

O Programa de Desenvolvimento de NPCs, consistia em três componentes: desenvolvimento organizacional, treinamento técnico esportivo e desenvolvimento de atletas, todos os quais recebiam financiamento direto. No total, 548 atletas e treinadoras/treinadores de 90 NPCs foram beneficiadas/beneficiados por essa iniciativa entre 2017 e 2019. No relatório

de 2019/2020, no artigo intitulado “Ajudando os atletas a serem o melhor que podem ser”, o IPC afirmava que o Programa de Desenvolvimento de NPC “visa fechar as lacunas na participação no desporto em termos de gênero, esporte, deficiência e região” (IPC, 2020b, p. 14, tradução nossa). No entanto, este relatório não fornece informações sobre como isso seria feito e quantas mulheres participaram do programa.

3.3.3.4 Programa Caminho para os Jogos

De acordo com o relatório de 2017, o IPC, em colaboração com o comitê organizador de PyeongChang 2018, implementou o Programa Caminho para os Jogos. A iniciativa contou com diversas atividades, como oficinas, treinamentos e doações para equipamentos. O relatório de 2017 anunciou que “pela primeira vez um acampamento para desenvolvimento de hóquei no gelo feminino foi realizado em outubro na Coreia do Sul, com 30 atletas e treinadoras/treinadores de 13 países” (IPC, 2017b, p. 25, tradução nossa). Este relatório, no entanto, não forneceu informações sobre os países participantes, nem abordou os resultados das ações do programa.

3.3.3.5 Equipe gestora do IPC

Os relatórios de 2013 a 2018 incluíram dados sobre a presença de mulheres na equipe gestora do IPC. Os relatórios de 2019 a 2021, no entanto, não mencionavam esse tipo de dado. A Tabela 2 resume os dados disponíveis.

TABELA 2 – DISTRIBUIÇÃO POR GÊNERO DA EQUIPE GESTORA DO IPC

	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Masculino	42%	46%	44%	45%	45%	45%
Feminino	58%	54%	56%	55%	55%	55%

FONTE: Dados da pesquisa.

Houve pouca variação nos percentuais de homens e mulheres trabalhando no IPC. De 2013 a 2018, as mulheres constituíram a maior parte da equipe. No entanto, esse cenário muda quando analisamos o número de mulheres em cargos “sênior” na equipe gestora do IPC, diretamente relacionados à tomada de decisão. Conforme os dados fornecidos pelos relatórios, as mulheres representavam 32% destes cargos em 2014, 33% de 2015 a 2016 e 40% em 2018.

Os relatórios de 2013 e 2017 não fornecem informações que permitam apresentar dados sobre sua participação nos papéis de tomada de decisão.

3.3.3.6 Jogos Paralímpicos

O relatório de 2016 afirmava que os JP Rio 2016 tiveram “um recorde de 1.670 atletas mulheres [...] mais que o dobro do número de envolvidas nos JP de Atlanta 1996” (IPC, 2016, p. 16, tradução nossa). Elas constituíram 39% de atletas. O relatório de 2017 anunciou que, em Tóquio 2020, o número de vagas para atletas mulheres seria de pelo menos 1.756. O relatório 2020/2021 não fornece dados sobre a participação de gênero dos atletas em Tóquio 2020. Entretanto, o site do evento revela que 1.853 mulheres participaram desta edição (42% de atletas), superando as projeções feitas no relatório de 2017.

O relatório 2019/2020 declarava a continuidade do Programa Paralímpico de Tóquio 2020 para Paris 2024. De acordo com o IPC, a lógica por trás dessa decisão está no sucesso da edição de Tóquio 2020, que garantiu um “programa atrativo e emocionante cobrindo uma ampla gama de deficiências e com um melhor equilíbrio de gênero” (IPC, 2020b, p. 41, tradução nossa). Entretanto, o programa fica aquém da equidade prevista no PE 2019/2024. Notoriamente, a manutenção de uma disciplina exclusivamente masculina como o futebol cego e a ausência de uma regra que garanta a equidade de gênero em eventos mistos destacam disparidades ainda persistentes.

Apenas o relatório de 2015 contém dados sobre os JP de Inverno. Em relação aos JP PyeongChang 2018, o relatório apontava que nesta edição “o número de atletas também incluirá um aumento de 44% no número de mulheres comparação com Sochi” (IPC, 2015b, p. 19, tradução nossa). O relatório de 2018 carecia de informações sobre a participação feminina e não confirmava se o aumento projetado de 44% na participação feminina foi alcançado. Analisando os dados disponíveis no site do IPC sobre o número de atletas por gênero em Sochi 2014 e PyeongChang 2018, é possível concluir que o percentual de mulheres diminuiu de 24% para 23%. Talvez tenha sido por essa razão que a instituição omitiu a porcentagem de mulheres em PyeongChang 2018 do relatório de 2018.

3.3.3.7 Outras informações relacionadas às questões de gênero no Movimento Paralímpico

Nesta seção, resumimos algumas informações adicionais relacionadas às questões de gênero nos documentos analisados que não estavam especificamente ligadas a nenhum dos

projetos do IPC. O relatório de 2015 apresentou um prêmio que visava reconhecer a participação das mulheres no IPC que ocorreu no Dia Internacional da Mulher daquele ano.

Tanto o relatório de 2019/2020 quanto o de 2020/2021 continham artigos com uma iniciativa do WiSC que apresentavam histórias de mulheres que participavam do Movimento Paralímpico como gestoras, líderes ou atletas. No relatório 2019/2020 havia um artigo chamado “Redefinindo a liderança, o futuro é feminino” (IPC, 2020b, p. 28, tradução nossa), no qual três gestoras que trabalham no Movimento Paralímpico foram entrevistadas e falam sobre suas experiências: uma representante da Moldávia, uma do Irã e uma da Tunísia.

O relatório 2020/2021 contava com dois artigos: (1) “Vamos celebrar os modelos que causam impacto” (IPC, 2021, p. 23, tradução nossa). Este artigo apresentava uma polonesa vencedora do prêmio que celebrava mulheres que fizeram história no Movimento Paralímpico; (2) “O valor da colaboração com líderes pensadores sobre deficiência” (IPC, 2021, p. 44, tradução nossa). Este artigo abordava as parcerias estabelecidas entre o IPC e organizações que trabalham pelos direitos e qualidade de vida das PCD. Neste relatório, a fundadora da organização *The Valuable 500*, Caroline Casey, defendeu a necessidade de uma análise de diferentes marcadores sociais, não apenas de gênero: “É hora de a deficiência aparecer em toda a demografia da humanidade, seja a mulher com deficiência, falando sobre deficiência e gênero, deficiência e LGBTQ, deficiência e raça, ou deficiência e origens socioeconômicas” (IPC, 2021, p. 46, tradução nossa). Esta foi a primeira passagem dos relatórios do IPC que abordava a importância de olhar para as interseções existentes entre deficiência, raça, classe, gênero, identidade de gênero e orientação sexual, e outros marcadores sociais.

3.4 DISCUSSÃO

Organizamos a discussão dos resultados em três tópicos que demonstram as principais limitações e avanços dos documentos oficiais do IPC em relação às questões de gênero.

3.4.1 A (in)visibilidade das mulheres no Movimento Paralímpico

Houve um ocultamento da participação de mulheres na história do Movimento Paralímpico. Essa história, narrada no *Handbook* (IPC, 2006), cria a impressão de que as situações descritas se aplicavam igualmente a homens e mulheres. Universaliza a participação e as conquistas masculinas, ao mesmo tempo em que oculta as das mulheres. Como aponta Lauretis (2019), essa abordagem da história equipara a masculinidade ao arquétipo ser humano

universal. Isso está enraizado no fato de que a história tem sido tradicionalmente feita por e para homens (Beauvoir, 2016; Scott, 1995). Ao discutir os perigos de uma história única, Adichie (2019) alerta que a ausência de representação torna certos grupos invisibilizados, contribuindo para a normalização da opressão. Na seção “Preâmbulo” (IPC, 2006), onde esse contexto histórico é apresentado, não houve mudanças de 2006 até outubro de 2022, quando concluímos nossa coleta de dados. A universalização da história masculina e a omissão e subordinação da história feminina estão profundamente enraizadas e naturalizadas socialmente (Ryan; Dickson, 2018). Talvez por isso esses aspectos tenham permanecido despercebidos nos documentos sem qualquer alteração por tanto tempo.

Os documentos revelaram que algumas iniciativas recentes tentaram dar mais visibilidade às contribuições das mulheres para o Movimento Paralímpico. O *Handbook* estabeleceu a “Política de Seleção de Prêmios” (IPC, 2018a) para reconhecer indivíduos que se destacaram no Movimento Paralímpico ao longo do ano, enfatizando a indicação de candidatas mulheres. O PE 2019/2022 do WiSC enfatizava que o Movimento deve “reconhecer e celebrar as conquistas das mulheres no esporte Paralímpico” (IPC, 2019b, p. 2, tradução nossa). O relatório de 2015 mencionou um prêmio apresentado em parceria entre IPC e a ONU (IPC, 2015b), enquanto o relatório de 2020/2021 apresentou um prêmio organizado pelo WiSC (IPC, 2021a). Além disso, os relatórios 2019/2020 e 2020/2021 mostram “casos de sucesso” de mulheres que participaram dos JP ou ocuparam cargos de gestão no Movimento Paralímpico (IPC, 2020b, 2021a).

A visibilidade das mulheres na história do Movimento Paralímpico e de suas conquistas esportivas é fundamental para que elas se percebam como participantes legítimas do Movimento Paralímpico. Essa visibilidade também é significativa para ajudar a inspirar e empoderar outras mulheres a se envolverem no esporte (Ryan; Dickson, 2018). Além disso, é importante que a instituição compreenda a situação das mulheres dentro do Movimento Paralímpico para abordar efetivamente as lacunas existentes.

3.4.2 Participação feminina no Movimento Paralímpico

As condições de participação de mulheres nos JP influenciaram negativamente a equidade de gênero no esporte. A estrutura do Programa Paralímpico influencia diretamente na visibilidade e distribuição de recursos para as modalidades esportivas, consequentemente, menos esportes femininos receberão investimentos. O “Capítulo dos Jogos Paralímpicos” (IPC, [s.d.]a) afirma que a instituição busca um Programa Paralímpico, que ofereça “oportunidades

iguais para atletas homens e mulheres de todas as regiões do mundo” (IPC, [s.d.]a, p. 25, tradução nossa). O PE 2019/2024 afirma no Objetivo Estratégico 2 que busca “um programa de eventos equitativo com igualdade de oportunidades para atletas homens e mulheres” (IPC, 2019b, p. 13). No entanto, o programa dos JP ainda não é equitativo, e o IPC manteve o mesmo Programa Paralímpico de Tóquio 2020 para Paris 2024, alegando que o programa atual já tem “um melhor equilíbrio de gênero” (IPC, 2020b, p. 41, tradução nossa).

Embora as novas disciplinas adicionadas desde Tóquio 2020 sejam destinadas a ambos os gêneros, ainda há desigualdades de gênero nas disciplinas existentes (Dean *et al.*, 2022). Eventos mistos, como no rúgbi em cadeira de rodas, por exemplo, não exigem um número obrigatório de mulheres, resultando em uma baixa representatividade de atletas mulheres em equipes que tendem a preferir atletas homens (Dean *et al.*, 2023). De acordo com Houghton, Pieper e Smith (2022), as mulheres constituem apenas 4,3% dos atletas nesta disciplina. A presença de eventos mistos pode estar impedindo o estabelecimento de categorias exclusivas para mulheres nos JP (Dean *et al.*, 2023), o que agrava a inequidade de gênero, uma vez que o IPC e os NPCs favorecem o financiamento de disciplinas oficialmente incluídas no Programa Paralímpico. O futebol para cegas e o rúgbi em cadeira de rodas, por exemplo, não estão incluídos. Para endereçar a questão da inequidade de gênero, a organização deve introduzir categorias específicas para mulheres ou exigir uma taxa de participação mínima e/ou igual para todos os gêneros – dando subsídios para que isso aconteça.

Um elemento que pode influenciar na compreensão das demandas de mulheres no esporte e, conseqüentemente, na construção de políticas que as contemplem, é a presença delas na gestão esportiva (Burton, 2015; Lebel *et al.*, 2021; Ordway, 2023). Em 2013, as mulheres representavam três dos 13 membros da direção administrativa do IPC (IPC, 2013), o equivalente a 23%. Em 2021, as mulheres representaram cinco dos 14 membros (IPC, 2021a), o equivalente a 36% da direção administrativa. O número de mulheres na gestão esportiva vem aumentando. No entanto, a instituição ainda está longe de alcançar a equidade de gênero.

A “Política de Diversidade e Inclusão” (IPC, 2017a) afirma o compromisso do IPC em promover um ambiente diverso e inclusivo, livre de discriminação com base em gênero, raça ou classe social. Notoriamente, a política estabelece uma meta para a participação das mulheres na gestão do Movimento Paralímpico, especificando que pelo menos 50% de membros em todos os cargos e estruturas de tomada de decisão devem ser mulheres. Entretanto, o documento carece de clareza sobre as estruturas específicas dentro do IPC abrangidas por esse objetivo e as estratégias para sua implementação. Vale ressaltar que a meta anterior era de 30% (IPC, 2014, 2016, 2017a). De acordo com Dean *et al.* (2022), embora a meta de 30% devesse ser

atingida até 2009, ela ainda havia sido alcançada até 2019. Nossa análise indica que as mulheres ultrapassaram a barreira de 30% em cargos de liderança desde 2014. No entanto, nenhum dos relatórios fornece dados que confirmem se a meta de 50% foi cumprida. Ressaltamos que o estabelecimento da cota como ação isolada é insuficiente e dificilmente alcançável, uma vez que a instituição não disponibiliza meios para que as mulheres ocupem e permaneçam nesses espaços tanto no IPC quanto nas NPCs.

Embora o WiSC tenha sido criado para abordar as preocupações de gênero no Movimento Paralímpico, seu papel oficial é meramente de aconselhamento. De acordo com o regulamento da direção administrativa (IPC, 2015c), para todas as decisões institucionais que requerem voto, como, por exemplo, mudanças nos regulamentos, nos PE, nas políticas de diversidade e no Programa Paralímpico, e a decisão final é tomada pela direção administrativa. Por conseguinte, as mulheres devem também ter acesso a cargos nesta estrutura para exercerem uma influência substancial sobre o processo de tomada de decisão. A sub-representação de mulheres na equipe de gestão e na direção administrativa priva-as de autoridade decisória e, conseqüentemente, da capacidade de alterar os mecanismos que perpetuam disparidades de gênero (Ordway, 2023; Peers *et al.*, 2023).

O PE do WiSC (IPC, 2019b) apresentava dois Objetivos Estratégicos que abordavam direta ou indiretamente a participação feminina na gestão do Movimento Paralímpico: mapear a presença de mulheres em cargos de liderança em NPCs e reconhecer e celebrar mulheres bem-sucedidas no Movimento Paralímpico. No entanto, os documentos analisados não revelam qualquer planejamento ou metodologia para a realização desse mapeamento. Também não há um relatório informando os resultados deste planejamento. Essa situação pode representar uma barreira para o alcance desse Objetivo Estratégico e, conseqüentemente, para a equidade de gênero na gestão do Movimento Paralímpico.

3.4.3 Falta de equidade

O IPC não usou o termo “equidade” e empregou o termo “equitativo” apenas uma vez em todos os documentos analisados. Além disso, usou cinco termos de forma intercambiável, como se fossem sinônimos: “equitativo”, “equilíbrio”, “paridade”, “igual” e “igualdade”. Esses termos, no entanto, têm significados distintos. A paridade denota igualdade numérica sem considerar as condições sociais que poderiam dificultar sua realização. A paridade de gênero no esporte refere-se ao alcance da igualdade numérica na participação de homens e mulheres,

sem garantir os meios necessários para que isso aconteça. A equidade de gênero exige políticas que promovam ativamente a inclusão e a permanência das mulheres no esporte.

Alcançar a equidade requer a implementação de políticas afirmativas que deem conta das dinâmicas de opressão existentes (Peers *et al.*, 2023), tanto na participação esportiva quanto em cargos de gestão (Burton, 2015; Claringbould; Knoppers, 2012; Lebel *et al.*, 2021; Ordway, 2023; Peers *et al.*, 2023; Ryan; Dickson, 2018). Dean *et al.* (2022), analisando algumas ações do IPC, constataram que a instituição ainda não alcançou a paridade de gênero no Movimento Paralímpico, apesar de suas intenções. Nossa análise confirma essa afirmação e revela que as políticas do IPC ainda não abordam a equidade de gênero. Sem equidade não há paridade.

O documento “Visão e Missão Paralímpica” enfatizava que uma das missões do IPC é “desenvolver oportunidades para atletas mulheres e atletas com altas necessidades de apoio no esporte em todos os níveis e em todas as estruturas” (IPC, 2003, p. 2, tradução nossa). Contudo, apenas encorajar, proporcionar oportunidades ou garantir condições iguais é insuficiente. Considerando que homens e mulheres iniciam suas jornadas esportivas a partir de condições díspares (Camargo; Altmann, 2021), se faz necessária a busca por equidade.

De acordo com Pape (2020), que estudou a segregação de gênero no Comitê Olímpico Internacional, o estabelecimento da igualdade de oportunidades para homens e mulheres implica uma falsa percepção de neutralidade de gênero e sugere que a conquista de cargos acontece de forma meritocrática. De fato, há igualdade de oportunidade, por exemplo, na inclusão de novos esportes no Programa Paralímpico. As mesmas regras para a inclusão e remoção de esportes são aplicadas às modalidades masculinas e femininas. Entretanto, como há uma incidência historicamente baixa de equipes femininas em determinados esportes, elas não atendem aos requisitos para sua inclusão no Programa Paralímpico. Assim, ainda que haja igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, as condições históricas e sociais desiguais impedem que a equidade de gênero seja alcançada (Peers *et al.*, 2023).

Embora certas instituições afirmem oferecer oportunidades iguais para homens e mulheres, suas condições sociais permanecem desiguais, impactando diretamente as ações institucionais e perpetuando o *status quo* (Peers *et al.*, 2023). Ao propor uma meta em busca de um evento equitativo, o IPC parece estar comprometido em endereçar as desigualdades de gênero nos JP. Entretanto, elementos como a manutenção do mesmo Programa Paralímpico de Tóquio 2020 demonstram que a instituição continua reproduzindo desigualdades de gênero.

3.4.4 Igualdade de oportunidades para atletas homens e mulheres de todas as regiões do mundo?

Os relatórios de 2013 a 2016 delineiam a estruturação e execução do programa *WoMentoring*. Entretanto, o IPC não divulgou o impacto do programa na busca da instituição por paridade de gênero na gestão. Esses relatórios também omitem sugestões para a continuidade e/ou ampliação do programa, que, conforme as informações fornecidas, envolveu exclusivamente mulheres de países europeus.

O relatório de 2017 forneceu informações sobre projetos que visavam aumentar a participação das mulheres na liderança por meio de uma parceria entre o Comitê Paralímpico Africano e o WiSC. Lamentavelmente, os relatórios subsequentes não disponibilizaram qualquer informação sobre os resultados desta parceria. No relatório 2019/2020, o IPC apresentou histórias de duas mulheres em cargos de gestão no Sul Global. No entanto, não informam se essas mulheres participaram de alguma ação institucional que as auxiliou no processo de alcance desses cargos de liderança. Também não havia informações adicionais sobre outras ações do IPC voltadas para o Sul Global.

O compromisso do IPC em proporcionar oportunidades iguais para homens e mulheres de todas as regiões globais é louvável. No entanto, a documentação da organização muitas vezes não reconhece as disparidades culturais e econômicas entre os países do Norte e do Sul Global. Tal descuido sugere que a igualdade de condições não corrige necessariamente as realidades desiguais. Isso se aplica para mulheres de NPCs das diferentes regiões globais, que enfrentam desafios distintos. Diferentes demandas exigem estratégias personalizadas, bem como contextos culturais e econômicos diversos exigem tipos específicos de apoio e investimento. Embora alguns projetos voltados para o Norte Global sejam mencionados em relatórios, caso haja mais iniciativas no Sul Global, elas não foram mencionadas.

A falta de uma perspectiva que enderece as interseccionalidades entre deficiência, gênero, classe e raça, combinada com as diversas realidades de diferentes países, representa um obstáculo à verdadeira equidade dentro do Movimento Paralímpico. Uma abordagem interseccional é crucial para compreender e abordar as subjetividades e demandas de diversos grupos sociais (Collins; Bilge, 2021; Crenshaw, 1991). Essa ausência de uma perspectiva interseccional é particularmente evidente na contínua falta de políticas assertivas contra a inequidade de gênero. Essa carência decorre de uma lógica social androcêntrica, perpetuando um ciclo vicioso que mantém os homens na maioria dos cargos de liderança (Burton, 2015; Claringbould; Knoppers, 2012; Ordway, 2023; Peers *et al.*, 2023). Para quebrar esse ciclo e

promover a equidade de gênero, é imperativo adotar uma abordagem interseccional na formulação e implementação de políticas dentro de todo o Movimento Paralímpico.

3.4.5 Falta de prestação de contas

Os documentos não demonstram compromisso institucional com a prestação de contas em relação às questões de gênero. A terminologia empregada é vaga, com termos como “representação justa de gênero”, “encorajar mulheres”, “equilíbrio de gênero” e “oportunidades para as mulheres”. O IPC não esclarece esses termos, não define objetivos claros nem explica os procedimentos para sua implementação, monitoramento e avaliação. Além disso, os relatórios institucionais carecem de dados abrangentes sobre a participação das mulheres na governança, projetos ou competições esportivas, nem fornecem informações importantes que permitam às partes interessadas e ao público, avaliar a eficácia das políticas de gênero da instituição e responsabilizá-la por seus sucessos e fracassos.

Há uma inconsistência significativa no alinhamento de políticas, planejamento, ações e resultados relatados. Um exemplo é a questão da paridade de gênero na gestão do Movimento Paralímpico. Em 2017, a instituição se comprometeu a alcançar 50% de mulheres em cargos de gestão (IPC, 2017a). Entretanto, o PE 2019/2024 (IPC, 2019c) propunha promover o “equilíbrio de gênero”, sem especificar o seu significado ou como isso levaria à paridade. Além disso, a instituição não especificou estratégias claras para atingir essa meta e os relatórios não indicavam se e como essas metas foram atingidas.

O IPC precisa avaliar criticamente e reformular suas políticas e ações para garantir a efetiva realização de seus objetivos. Isso envolve estabelecer políticas transparentes, propor objetivos consistentes, formular estratégias eficazes e criar mecanismos de avaliação claros e acessíveis para garantir a prestação de contas.

3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso estudo revela que o IPC tem implementado progressivamente políticas e iniciativas que refletem seu compromisso em abordar desigualdades de gênero, tanto na participação esportiva quanto nos papéis de liderança dentro do Movimento Paralímpico. A instituição introduziu políticas e estabeleceu metas nesse sentido. Contudo, há uma falta de alinhamento entre algumas dessas políticas e seu planejamento, implementação e avaliação. Essa falta de sincronização se reflete nos dados limitados nos relatórios institucionais,

dificultando nossa capacidade de avaliar a real implementação das políticas e o quanto as ações atingiram seus objetivos.

Nossa análise dos documentos revelou algumas questões relacionadas ao gênero que precisam ser abordadas: (1) Os documentos mostram que o IPC tem uma preocupação com o equilíbrio, paridade e/ou igualdade de gênero. No entanto, condições iguais aplicadas a realidades diferentes produzem resultados desiguais. Por isso, a instituição precisa ir além da ideia de igualdade, equilíbrio ou paridade de gênero. Precisa se comprometer com a equidade, que envolve políticas e ações afirmativas para fomentar a participação das mulheres no esporte e nos papéis de tomada de decisão; (2) A criação do WiSC marcou um passo crucial para atender às demandas das mulheres dentro do Movimento Paralímpico. Contudo, esse comitê ainda tem um longo caminho a percorrer para fazer a diferença para as mulheres no Movimento Paralímpico como um todo. O IPC poderia estabelecer que todos os NPCs criem seus próprios comitês focados na equidade de gênero. Isso pode permitir que estas instituições enderecem progressivamente os desafios específicos enfrentados pelas mulheres nos seus respectivos países. A implementação de tais comitês em certos NPCs pode ser complexa, especialmente se alguns forem relutantes em se envolver em discussões sobre questões de gênero. No entanto, dar esse passo pode gerar avanço para alcançar a equidade de gênero no Movimento Paralímpico; (3) O Programa Paralímpico ainda apresenta desequilíbrio de gênero, o que contribui para perpetuar a desigualdade na distribuição de recursos nos NPCs, uma vez que estes podem priorizar modalidades esportivas disputadas nos JP. Este problema deve ser resolvido nos próximos Programas Paralímpicos; (4) Embora as mulheres façam parte da equipe de gestão do IPC, a sua participação na direção administrativa continua a ser desproporcionalmente baixa. Elas precisam estar em funções de tomada de decisão para facilitar o enfrentamento de demandas ligadas à equidade de gênero; (5) O *Handbook* ainda ignora as contribuições das mulheres para o Movimento Paralímpico. A história precisa ser contada considerando as contribuições e conquistas de ambos os gêneros. A visibilidade das mulheres nos documentos institucionais é importante não só para fazer jus às suas conquistas, mas também para inspirar outras mulheres a participarem do Movimento Paralímpico; (6) Há uma falta de alinhamento entre políticas, planejamento, ações e divulgação de resultados, o que dificulta o alcance dos objetivos institucionais. A coerência entre esses elementos é necessária para que a instituição atinja seus objetivos; (7) Os documentos não apresentam um compromisso com a prestação de contas, uma carência que precisa ser corrigida. A tomada de medidas a este respeito reforçará a eficácia da instituição nas suas ações e avaliações. A

avaliação constante é essencial para a formulação de estratégias para a realização de objetivos complexos, como alcançar a equidade de gênero.

Reconhecemos algumas das limitações desta pesquisa: não analisamos todas as interseccionalidades entre gênero e deficiência com outros marcadores sociais, como raça, etnia e classe. Dada a abrangência desta pesquisa, tal abordagem não se mostrou viável no momento. Mais pesquisas considerando essas interseccionalidades e as variadas realidades das mulheres em diferentes países são indispensáveis se quisermos promover uma equidade genuína dentro do Movimento Paralímpico como um todo. Como este estudo limitou-se a uma análise documental, novas pesquisas são necessárias para aprofundar o conhecimento aqui apresentado. Uma abordagem interessante seria entrevistar gestoras/gestores do Movimento Paralímpico, bem como membros do Comitê Mulheres no Esporte, para entender melhor as complexidades enfrentadas na estruturação de políticas e implementação de ações relacionadas à equidade de gênero.

Apesar das limitações deste estudo, fornecemos insights que levam à reflexão sobre a equidade de gênero no esporte, destacando as carências potenciais de um foco institucional apenas na paridade e equilíbrio de gênero. Ressaltamos a importância da adoção de políticas e práticas dedicadas a alcançar a equidade de gênero. Como uma das análises pioneiras da equidade de gênero dentro das políticas e ações do Movimento Paralímpico, a metodologia e os achados deste estudo podem servir como uma base para futuras pesquisas que visem abordar questões de gênero no que diz respeito às políticas e ações do IPC e dos NPCs que visam alterar o atual *status quo* de gênero dentro desse movimento.

4 (IN)EQUIDADE DE GÊNERO NO MOVIMENTO PARALÍMPICO BRASILEIRO? ANALISANDO AS POLÍTICAS E AÇÕES DO COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO EM RELAÇÃO A QUESTÕES DE GÊNERO

4.1 INTRODUÇÃO

Os esportes não apenas refletem as desigualdades de gênero existentes na sociedade, mas também as produzem e reproduzem (Goellner, 2021; Ryan; Dickson, 2018). Historicamente, os esportes têm sido dominados por homens, restringindo o envolvimento das mulheres e dificultando suas contribuições no campo (Seth; Dhillon, 2020). Entidades como o Comitê Olímpico Internacional e o Comitê Paralímpico Internacional (em inglês International Paralympic Committee – IPC), passaram a manifestar preocupação com essa realidade criando políticas e estratégias para enfrentar as desigualdades de gênero (Dean *et al.*, 2022, 2023; Houghton; Pieper; Smith, 2017, 2022; Pape, 2020).

A entrada e o engajamento das mulheres no mundo esportivo perpassam por inúmeros desafios. No Brasil, por exemplo, até 1979, as mulheres eram impedidas de participar esportes como futebol, levantamento de peso e esportes de combate. Essa exclusão baseava-se no Decreto-Lei 3199/41 e na Deliberação nº 7 de 1965 do Conselho Nacional do Desporto, que consideraram esses esportes incompatíveis com o que estes documentos denominavam como “natureza feminina” (Goellner, 2007; Gomes, 2008).

O cenário de desigualdades entre homens e mulheres no esporte também se reproduz no contexto do paradesporto, onde as mulheres continuam tendo menos oportunidades do que os homens, tanto como atletas quanto como gestoras (Houghton; Pieper; Smith, 2022). Considerando que as mulheres com deficiência tendem a enfrentar dupla estigmatização devido à intersecção de estigmas relacionados ao gênero e à deficiência (Traustadottir, 1990), o cenário no esporte paralímpico pode ser ainda mais complexo. Além disso, a inequidade de gênero em eventos como os Jogos Paralímpicos (JP), contribui para a perpetuação da menor participação feminina nos esportes paralímpicos em comparação com a dos homens (Houghton; Pieper; Smith, 2022).

O IPC tem estabelecido políticas afirmando seu compromisso em aumentar a participação feminina nos esportes paralímpicos. Em 2003, por exemplo, a instituição criou o Comitê Mulheres no Esporte para tratar de questões de gênero dentro do Movimento Paralímpico (IPC, 2020a). O documento “Visão e Missão Paralímpica” (IPC, 2003) traça metas em relação às questões de gênero, afirmando o compromisso de criar oportunidades para atletas

mulheres em todos os níveis e estruturas esportivas. Também defende a promoção do esporte paralímpico sem discriminação com base em razões políticas, religiosas, econômicas, de deficiência, gênero, orientação sexual ou raciais (IPC, 2003). Em relação aos JP, a instituição afirma que o evento deve garantir “oportunidades iguais para atletas homens e mulheres de todas as regiões do mundo” (IPC, [s.d.], p. 2, tradução nossa). Além disso, seu Planejamento Estratégico 2019/2024 estabelece a prioridade de criar oportunidades para atletas homens e mulheres “competirem em um programa de eventos equitativo com oportunidades iguais para atletas homens e mulheres” (IPC, 2019, p. 13, tradução nossa).

Apesar do compromisso do IPC com uma participação mais equilibrada entre homens e mulheres nos esportes Paralímpicos, a participação feminina ainda é inferior à dos homens. Isso fica evidente nos percentuais de participação dos JP. De Roma 1960 a Sydney 2000, a participação feminina foi inferior a 30% (Brittain; Beacom, 2018). Esse número só foi superado nos JP Atenas 2004 (Houghton; Pieper; Smith, 2017). Na última edição dos JP – Tóquio 2020¹⁰ –, a taxa de participação feminina atingiu a maior taxa até o momento: 42%. As mulheres também estão sub-representadas em cargos de gestão no Movimento Paralímpico (Dean *et al.*, 2022; Houghton; Pieper; Smith, 2022; Itoh; Bower; Hums, 2017). Em 2003, o IPC assumiu o compromisso de atingir uma cota de 30% de representação feminina em sua equipe de gestão (IPC, 2017a), bem como na governança dos Comitês Paralímpicos Nacionais (em inglês National Paralympic Committee – NPC) (Dean *et al.*, 2022). Essa meta foi posteriormente revisada para 50% em 2017 (IPC, 2017). No entanto, o IPC ainda não conseguiu alcançar nenhum desses objetivos e as mulheres ainda representam apenas 16% de presidentes dos NPCs (Dean *et al.*, 2022).

Alguns estudos têm abordado a questão das mulheres com deficiência no esporte, tanto como atletas (Haiachi *et al.*, 2018; Houghton; Pieper; Smith, 2017, 2022; Krahenbühl *et al.*, 2022; Seth; Dhillon, 2020), quanto como gestoras (Dean *et al.*, 2022; Hanlon; Taylor, 2022; Itoh; Bower; Hums, 2017). Entretanto, um número limitado de pesquisas se concentra no envolvimento das mulheres na gestão esportiva em países do Sul Global (Evans; Pfister, 2021), incluindo o Brasil (Amaral *et al.*, 2021; Brauner, 2015). Dean *et al.* (2022) exploraram algumas iniciativas do IPC que abordam questões de gênero na gestão paralímpica e seu impacto nos NPCs. Este estudo constatou que, apesar da implementação de novas políticas pelo IPC, elas nem sempre produziram os objetivos esperados ou foram absorvidas pelos NPCs.

¹⁰ Devido à pandemia de covid-19 que começou em 2020, esta edição dos Jogos Paralímpicos foi realizada em 2021. No entanto, o evento manteve o nome Tóquio 2020.

Considerando o contexto acima, desenvolvemos um estudo para investigar as seguintes questões: Qual foi o panorama das políticas e ações relativas à participação das mulheres no Movimento Paralímpico Brasileiro de 2013 a 2021? O CPB buscou aderir ao objetivo do IPC de fomentar a participação feminina no Movimento Paralímpico? Este estudo fornece alguns insights que podem ajudar a entender como as políticas e ações de um NPC podem influenciar o crescimento, estagnação ou regressão da participação das mulheres nos esportes paralímpicos. Também destacamos algumas melhorias que precisam ser feitas na tentativa de promover a equidade de gênero no esporte paralímpico no Brasil, bem como em outros contextos com circunstâncias semelhantes.

4.2 METODOLOGIA

O estudo foi de natureza documental e qualitativa, com foco nos ciclos Paralímpicos Rio 2016 e Tóquio 2020. A coleta de dados ocorreu entre junho de 2021 e abril de 2023. Iniciamos a pesquisa realizando um levantamento no site do CPB para identificar materiais relevantes para a equidade de gênero no esporte paralímpico de 2013 a 2021¹¹. Como nem todos os materiais necessários estavam disponíveis online (especificamente, estatutos anteriores a 2020 e relatórios anteriores a 2018), solicitamos e recebemos do CPB os documentos que ainda faltavam. Coletamos documentos que tinham relevância nas diretrizes, planejamentos e ações institucionais, podendo influenciar diretamente as questões de gênero no Movimento Paralímpico Brasileiro. Para a análise, consideramos documentos que permitissem analisar o panorama das ações institucionais, desde o estabelecimento de políticas até relatórios sobre as ações realizadas pela instituição no período de 2013 a 2021:

- (1) Estatutos do CPB;
- (2) Planejamentos Estratégicos;
- (3) Relatórios Anuais.

Também consultamos o *Handbook* do IPC (estatuto) para verificar as políticas de gênero da instituição, visando compreender se o CPB, como entidade filiada, vinha seguindo as diretrizes da instituição. Além disso, buscamos no site institucional do CPB informações adicionais sobre a participação feminina nos esportes paralímpicos e sobre a equipe gestora do

¹¹ Considerando que o relatório de 2012 estava focado no ciclo Paralímpico Londres 2012, abrangendo a preparação dos atletas aos resultados alcançados, optamos por excluir este ano de nosso escopo temporal para que pudessemos nos concentrar no que aconteceu após esta edição dos JP.

CPB. Utilizamos estas informações para subsidiar a apresentação, análise e discussão dos dados.

Examinamos os documentos e selecionamos conteúdos que direta ou indiretamente abordavam ou poderiam influenciar a participação feminina em qualquer nível da gestão institucional e na participação esportiva. Posteriormente, realizamos uma análise de conteúdo (Bardin, 2009). Fizemos uma leitura inicial de todos os documentos que nos permitiu destacar elementos relativos a questões de gênero e fatores que impactam a participação das mulheres no esporte. Em seguida, fizemos buscas por palavras-chave nos documentos por termos como equidade, equitativo, gênero, sexo, mulher/mulheres, homem/homens, masculino/feminino, ela/ele. Verificamos a presença – ou ausência – dessas palavras e a frequência com que elas ocorreram. Também destacamos os casos em que essas palavras apareceram nos textos.

Após extrairmos os trechos pertinentes às questões de gênero, os categorizamos por tipo de documento (estatutos, planejamentos estratégicos e relatórios). Em nossa análise dos relatórios, coletamos informações sobre todos os projetos e ações listados ao longo dos anos, distinguindo aqueles que incluíam ou omitiam dados sobre a participação de atletas por gênero. Em seguida, cruzamos essas informações para avaliar a implementação das diretrizes dos estatutos nos planejamentos estratégicos nas ações da instituição. Durante todo esse processo, permanecemos vigilantes na identificação de qualquer informação adicional que pudesse potencialmente influenciar aspectos relacionados às questões de gênero dentro do Movimento Paralímpico Brasileiro.

4.3 RESULTADOS

Dividimos a apresentação dos resultados em três seções: Estatutos do CPB, Planejamentos Estratégicos Institucionais e Relatórios Anuais do CPB.

4.3.1 Estatuto do CPB

O CPB teve três estatutos vigentes entre 2013 e 2021: o primeiro estava em vigor desde 2010, o segundo entrou em vigência em 2014 e o atual está em vigor desde 2020. Nenhum desses estatutos abordava diretamente a equidade de gênero. Apenas dois artigos – o artigo 6.º e o artigo 17.º – podem ter implicações a este respeito. O artigo 6º diz: “Na execução de suas atividades, o CPB [...] promoverá o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (CPB, 2010a, 2014a, 2020a). Este artigo

implica um compromisso e combater à discriminação em geral, incluindo a baseada no gênero. O artigo 17 especifica que “o CPB é a única entidade brasileira filiada ao IPC, e sua representante exclusiva no Brasil, subordinando-se e subordinando suas filiadas ao seu Estatuto, às suas normas, regulamentos e regras próprias” (CPB, 2010a, 2014a, 2020a).

Apesar das políticas mencionadas, ainda existe uma disparidade na participação de atletas homens e mulheres dentro do Movimento Paralímpico Brasileiro. Essa discrepância fica evidente quando se examina a composição das delegações brasileiras nos JP. O Brasil participou pela primeira vez do evento em Heidelberg, em 1972, com uma delegação composta apenas por homens. A primeira participação de mulheres na equipe brasileira ocorreu em Toronto 1976, com uma delegação composta por 6% de mulheres e 94% de homens. As mulheres voltaram a integrar a delegação brasileira em New York/Stoke Mandeville 1984, com 21% de mulheres e 79% de homens. Desde aquela edição, as mulheres sempre fizeram parte da delegação brasileira em todas as edições subsequentes. Os percentuais de atletas por gênero foram: 18% mulheres e 82% homens em Seul 1988; 23% mulheres e 77% homens em Barcelona 1992; 32% mulheres e 68% homens em Atlanta 1996; 17% mulheres e 83% homens em Sydney 2000; 22% mulheres e 78% homens em Atenas 2004; 29% mulheres e 71% homens em Pequim 2008; 38% mulheres e 62% homens em Londres 2012; 36% mulheres e 64% homens no Rio 2016; e 37% mulheres e 63% homens em Tóquio 2020 (CPB, 2023a). Em Tóquio 2020, o Brasil garantiu a 5ª posição em número de mulheres na delegação (Houghton; Pieper; Smith, 2022). No entanto, ficou em 95º lugar em termos de distribuição de gênero, já que havia mais homens do que mulheres. Esses dados nos levam a concluir que o CPB ainda não garantiu a igualdade de oportunidades para a participação masculina e feminina, ou, se o fez, indica que oferecer condições iguais é insuficiente para garantir a equidade.

Enquanto a “Política de Diversidade e Inclusão” do IPC estabelece que as mulheres devem atingir o percentual de 50% entre os membros da gestão do Movimento Paralímpico (IPC, 2017a), os estatutos do CPB não especificam uma meta de distribuição de gênero na estrutura de gestão da instituição. A participação de mulheres na equipe gestora do CPB tem sido escassa. Em 2005, o CPB alcançou 30% de representação feminina em sua equipe gestora (Gomes, 2008), mas desde então essa representação vem declinando. Atualmente, a equipe de gestão do CPB, que engloba a Diretoria Executiva, o Conselho Administrativo e o Conselho Fiscal, é composta por apenas duas mulheres (20%) dos 10 membros. Uma ocupa cargo no Conselho Administrativo e a outra no Conselho Fiscal (CPB, 2023c). Vale ressaltar que a atuação no Conselho Fiscal não possui influência direta sobre os processos de tomada de decisão.

4.3.2 Planejamentos Estratégicos Institucionais

Dois Planejamentos Estratégicos (PE) foram operacionalizados durante nosso recorte temporal (2013-2021): PE 2010/2016 e PE 2017/2024. A questão das mulheres no esporte é abordada superficialmente em seis passagens destes dois PE. O PE 2010/2016 apresentava uma lista de tópicos específicos em uma seção intitulada: “oportunidades – o que precisamos alcançar/melhorar” (CPB, 2010b, p. 26). Dentre os temas abordados nessa lista, dois tratavam especificamente de questões de gênero: “muitos esportes com praticantes femininas” e “modalidades/provas com pouco quantitativo de atletas femininas” (CPB, 2010b, p. 26). Não há explicações sobre o que o CPB quer dizer com essas declarações fragmentadas e aparentemente contraditórias ou o que a entidade faria sobre essas oportunidades.

Os outros quatro trechos que mencionavam as mulheres no esporte apareceram no PE 2017/2024. Ao apresentar seus “Objetivos Estratégicos”, especificamente em seu “Mapa Estratégico”, o CPB afirma como objetivos “aumentar a participação de atletas do gênero feminino” (CPB, 2017a, p. 25) e “inclusão de mulheres e atletas com deficiências severas” (CPB, 2017a, p. 26). Na seção “Indicadores e Metas Estratégicas”, a entidade traça as metas para cada um dos objetivos definidos. Uma das metas estabelecidas é a “valorização e incentivo às mulheres no esporte paralímpico de alto rendimento” (CPB, 2017a, p. 34). O “Mapa Estratégico” desse PE afirma que um dos objetivos do CPB é “manter-se com o percentual máximo possível de vagas alocadas ao gênero feminino nas delegações dos Jogos Parapan-Americanos” (CPB, 2017a, p. 34). Junto com esse “Mapa Estratégico”, a organização apresenta um gráfico mostrando o percentual de participação feminina nos Jogos Parapan-Americanos de 2011 e 2015, 32% e 36%, respectivamente. Também estabelece um percentual de meta a ser alcançado nos Jogos Parapan-Americanos de 2019 e 2023, 37% e 38%, respectivamente (CPB, 2017a). O documento não especifica as ações que seriam tomadas para atingir esses objetivos e metas. Também não especifica metas para a participação feminina em nenhum outro evento, nem mesmo nos JP, que vem ficando abaixo do percentual de vagas para mulheres oferecidas pelo IPC em todas as edições do evento. Para os JP Rio 2016, o Programa Paralímpico foi composto por 43% de eventos esportivos para mulheres, 50% para homens e 7% para eventos mistos. No entanto, apenas 36% da delegação brasileira era composta por mulheres. O Programa Paralímpico de Tóquio 2020 contou com 42% de eventos femininos, 49% de eventos masculinos e 9% de eventos mistos. No entanto, a delegação brasileira contou com apenas 37% de mulheres.

4.3.3 Relatórios Anuais do CPB

Nenhum dos nove relatórios elaborados durante o nosso recorte temporal continha informações sobre projetos institucionais explicitamente dedicados a aumentar a participação de mulheres nos esportes Paralímpicos. Dentre todos os relatórios, quatro (CPB, 2013, 2014b, 2020b, 2021a) não forneciam dados sobre a distribuição de gênero nas competições, projetos e ações institucionais. Os relatórios anuais do CPB, apesar das variações na formatação e na ordem de apresentação, incluíam informações sobre projetos de alto rendimento, resultados de competições oficiais, esportes para estudantes e outras iniciativas da instituição. Além disso, todos os relatórios traziam informações sobre as modalidades esportivas administradas diretamente pelo CPB¹²: atletismo, esgrima em cadeira de rodas, halterofilismo, natação e tiro esportivo. A partir de 2019, a esgrima em cadeira de rodas passou a ser gerida por outra organização. Outras disciplinas, que não estão sob a tutela do CPB, apareceram ocasionalmente ou sequer foram mencionadas nos relatórios. A seguir, apresentamos todos os dados disponíveis nos relatórios relacionados às questões de gênero nos projetos institucionais e competições oficiais.

4.3.3.1 Projetos de Alto Rendimento do CPB

Os relatórios revelaram que o CPB possui diversos projetos de alto rendimento, que têm como objetivo apoiar atletas com potencial para conquistar medalhas em competições internacionais (CPB, 2010b, 2015). Os relatórios listaram os seguintes projetos: “Seleção Brasileira Permanente”; “Seleção Permanente de Jovens”; “Time Rio”; “Time São Paulo”; “Atletas Caixa”; “Intercâmbio Internacional”; “Bolsa Atleta”; “Plano Brasil Medalhas”. Os projetos “Seleção Brasileira Permanente” e “Seleção Permanente de Jovens” oferecem apoio integral aos atletas, visando prepará-los para uma possível inclusão na seleção brasileira (CPB, 2010b). Seis relatórios abordaram dados sobre a “Seleção Brasileira Permanente” (2013 a 2016, 2020 e 2021) e quatro sobre a “Seleção Permanente de Jovens” (2013, 2016, 2020 e 2021). Apenas o relatório de 2016 incluiu informações sobre a distribuição de atletas por gênero em

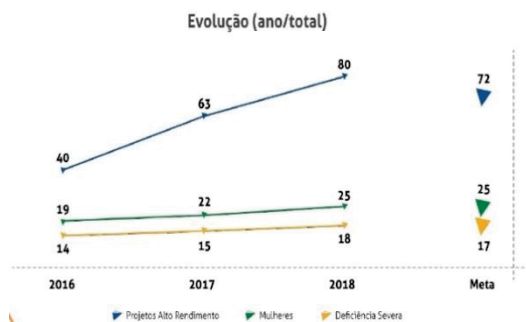
¹² Outros esportes paralímpicos são administrados por federações e associações específicas de cada esporte ou instituições especializadas em esportes para pessoas com deficiência (por exemplo, Confederação Brasileira de Desporto de Deficientes Visuais).

ambos os projetos. Segundo esse relatório, em 2016 na “Seleção Brasileira Permanente”, havia 42 homens (65%) e 23 mulheres (35%) (CPB, 2016a). Na “Seleção Permanente de Jovens”, a composição foi de 6 homens (67%) e 3 mulheres (33%).

“Time Rio”, “Time São Paulo” e “Atletas Caixa” são iniciativas de patrocínios individuais para atletas de alto rendimento (CPB, 2010b, 2015). Apenas o relatório de 2015 apresentava a lista de participantes desses três projetos. Segundo este relatório, naquele ano o projeto “Time Rio” contou com 25 atletas, sendo 15 homens (60%) e 10 mulheres (40%); o “Time São Paulo” contou com 43 atletas, sendo 29 homens (67%) e 14 mulheres (33%); e o projeto “Atletas da Caixa” contou com 63 atletas, sendo 44 homens (70%) e 19 mulheres (30%) (CPB, 2015). Nenhum dos relatórios apresentou dados sobre a distribuição por gênero de atletas nos projetos “Intercâmbio Internacional”, “Bolsa Atleta” e “Plano Brasil Medalhas”, impossibilitando saber o percentual de mulheres envolvidas neles.

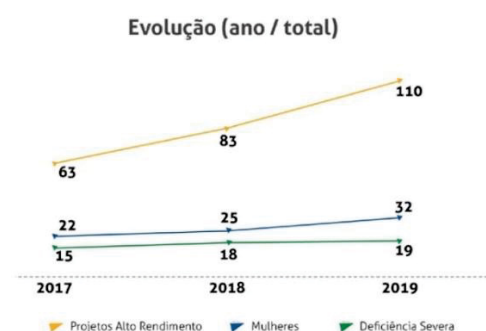
Os relatórios também mostravam informações sobre projetos de alto rendimento (PAR) dedicados a disciplinas diretamente coordenadas pelo CPB. Apenas os relatórios de 2018 e 2019 trazem dados sobre a participação de atletas por gênero nesses projetos. O relatório de 2018 forneceu dados sobre a participação de atletas nos seguintes esportes: atletismo, natação e halterofilismo. Além disso, também apresentava o número total de atletas por gênero combinando todos os esportes gerenciados pelo CPB. O relatório de 2019 apresentou apenas dados sobre a participação de atletas por gênero no atletismo e na natação. Os gráficos sobre as modalidades atletismo e natação nos relatórios de 2018 e 2019 mostraram o total geral de atletas, o número total de mulheres e o número total de atletas com deficiências severas. No entanto, os dados apresentados são inconsistentes. Por exemplo, nas Figuras 1 e 2 relacionadas ao atletismo, há uma discrepância no número total de atletas participantes em 2018.

FIGURA 1 – PAR ATLETISMO/2018



FONTE: Relatório CPB 2018 (CPB, 2018, p. 8).

FIGURA 2 – PAR ATLETISMO/2019

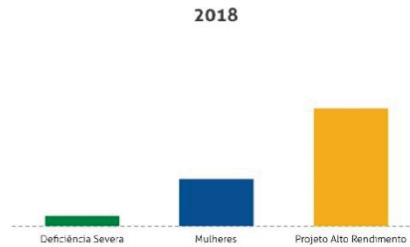


FONTE: Relatório CPB 2019 (CPB, 2019, p. 10).

Considerando a Figura 1, em 2018, 80 atletas participaram do programa, sendo 25 mulheres (31%). Entretanto, na Figura 2, o número total de atletas em 2018 aparece como 83, com ainda 25 mulheres (30%). Em 2019, o total de atletas foi de 110 e as mulheres 32 (29%). Apesar do aumento numérico, o percentual de mulheres caiu, indicando um aumento proporcionalmente maior de homens. Situação semelhante ocorreu com os dados de atletas participantes dos projetos de natação de alto rendimento. As Figuras 3 e 4 apresentam os gráficos relacionados a essa disciplina nos relatórios de 2018 e 2019, respectivamente.

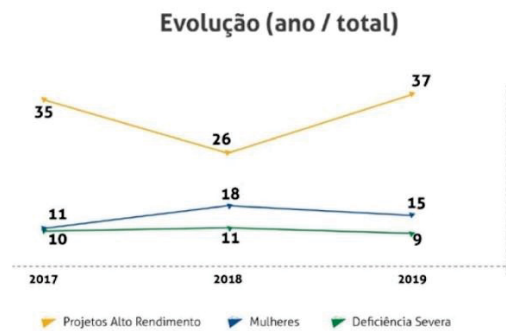
FIGURA 3 – PAR NATAÇÃO 2018

Em 2018, 36 atletas foram atendidos pelos projetos de Alto Rendimento, dos quais 15 mulheres e, dessas, 4 com deficiência severa.



FONTE: Relatório CPB 2018 (CPB, 2018, p. 17).

FIGURA 4 – PAR NATAÇÃO 2019

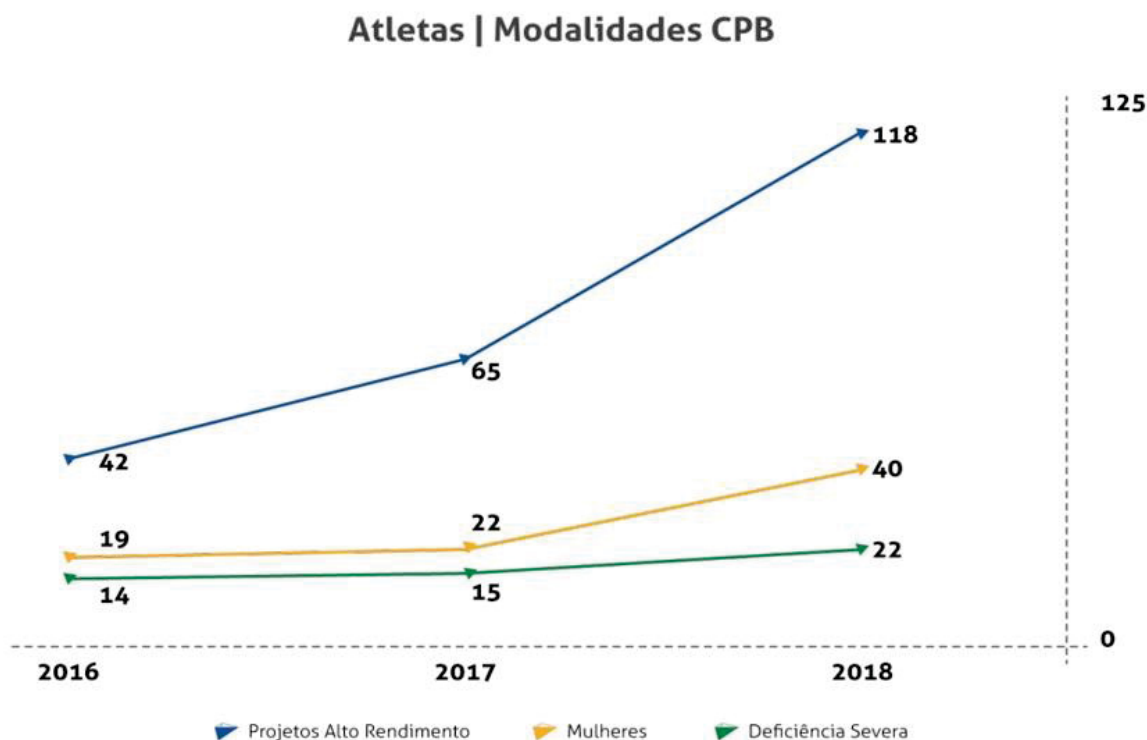


FONTE: Relatório CPB 2019 (CPB, 2019, p. 14).

O relatório de 2018 indicava que, de 36 atletas naquele ano, 15 eram mulheres (42%). Contudo, o relatório de 2019 afirma que, em 2018, o número total de atletas foi de 26, sendo 18 mulheres (69%). Em 2019, de 37 atletas, 15 eram mulheres (40%). Não podemos determinar quais dados são precisos. Independentemente disso, podemos concluir que houve uma diminuição no percentual de participação feminina, o que diverge das metas estabelecidas no PE 2017/2024. Além dos dados disponíveis para atletismo e natação, o CPB não fornece informações específicas de gênero para as outras disciplinas sob sua tutela, exceto por uma breve nota relacionada ao halterofilismo: “126 atletas realizaram seus treinamentos e avaliações nos centros de referência, dos quais, 33 mulheres” (CPB, 2018, p. 14) o equivalente a 26%.

Ao apresentar os dados do número total de atletas participantes nos projetos de alto rendimento das disciplinas sob jurisdição do CPB, o relatório de 2018 exibiu um gráfico que retratava a evolução do projeto entre 2016 e 2018, como mostra a Figura 5.

FIGURA 5 – PROGRESSÃO DE ATLETAS NOS PROJETOS DE ALTO RENDIMENTO DAS DISCIPLINAS SOB TUTELA DO CPB



FONTE: Relatório CPB 2018 (CPB, 2018, p. 5).

Em 2016, os projetos contaram com 42 atletas, sendo 19 mulheres (45%). Em 2017, o número de atletas subiu para 65, e o de mulheres aumentou para 22, mas o percentual caiu para 34%. Em 2018, de um total de 118 atletas, 40 eram mulheres, mantendo os mesmos 34%. Nesse relatório, o CPB afirma que em 2018 houve um aumento de 81% de participantes em relação ao ano de 2017, e o percentual de mulheres acompanhou esse crescimento (CPB, 2018). Todavia, as mulheres ainda representavam apenas 34% dos participantes, mesmo percentual de 2017 e inferior ao de 2016. Não houve aumento no percentual de participação feminina.

4.3.3.2 Competições Oficiais

Os relatórios apresentavam o número/percentual de participação de atletas e/ou os resultados nas principais competições nacionais e internacionais. Também eram incluídas informações sobre campeonatos brasileiros e mundiais relacionados às disciplinas administradas pelo CPB. As competições incluídas nos relatórios foram: “Circuitos Loterias Caixa”, “Open Loterias Caixa”, “Jogos Parapanamericanos” e “Jogos Paralímpicos”.

Apresentaremos a seguir as informações que estavam disponíveis para cada um deles quando havia dados sobre gênero.

Em relação aos Campeonatos Nacionais, apenas o relatório de 2019 apresentou dados sobre a participação por gênero em uma competição. O relatório afirmava que a 3ª etapa do Campeonato Nacional de Halterofilismo de 2019 “contou com a participação de 166 atletas de diferentes regiões do país, dos quais, 40 eram mulheres” (CPB, 2019, p. 18). Isso significa que 24% de atletas que participaram eram mulheres. Não há informações sobre as demais etapas da competição para verificar se houve crescimento no percentual de mulheres naquele ano. Sobre os campeonatos mundiais, apenas o relatório de 2019 forneceu dados sobre a participação por gênero em uma competição. No Campeonato Mundial de Natação de 2019, a delegação brasileira contava com 27 atletas, “com um percentual bastante relevante no número de mulheres (44%)” (CPB, 2019, p. 16). Como não há dados sobre essa competição em relatórios anteriores, é impossível determinar se houve crescimento – ou não – no percentual de mulheres.

O CPB organiza duas grandes competições, ambas patrocinadas pelas Loterias Caixa: o evento internacional “Open Loterias Caixa” e o evento nacional “Circuitos Loterias Caixa”. Nos esportes paralímpicos, participam desses eventos as seguintes modalidades sob jurisdição do CPB: atletismo, natação e halterofilismo. Apenas o relatório de 2015 apresentou dados sobre a participação por gênero no “Open Loterias Caixa”. Em 2015, um total de 588 atletas participaram do evento, sendo 412 homens (70%) e 176 mulheres (30%). Não havia informações em relatórios posteriores que permitam verificar se esse percentual aumentou nos anos subsequentes.

O relatório de 2016 forneceu a quantidade de atletas por gênero participantes dos “Circuitos Loterias Caixa” naquele ano. O relatório de 2019 apresenta a evolução quantitativa das mulheres entre os anos de 2016 e 2019. Este relatório não incluiu o número total de atletas no evento ou o número total de homens. Mas mostrou a progressão das atletas por modalidades, entre os anos de 2016 e 2019, e a progressão da participação feminina. Assim, a partir disso, foi possível mensurar o número total de atletas participantes do evento e, em seguida, estimar a quantidade de homens. Resumimos os dados extraídos de ambos os relatórios na Tabela 3.

TABELA 3 – PARTICIPAÇÃO DE GÊNERO DE ATLETAS NOS “CIRCUITOS LOTERIAS CAIXA”

	2016		2017		2018		2019	
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
Relatório 2016	554 (30%)	1307 (70%)	x	x	x	x	x	x
Relatório 2019	1671 (72%)	660 (28%)	1703 (73%)	638 (27%)	1663 (71%)	673 (29%)	1743 (70%)	746 (30%)

FONTE: Dados da pesquisa.

Há uma discrepância entre os dados apresentados nos relatórios de 2016 e 2019. Se os dados apresentados no relatório de 2016 forem precisos, houve uma diminuição substancial no percentual de participação feminina nos anos subsequentes. Entretanto, os dados para o ano de 2016, apresentados em ambos os relatórios, não são consistentes. Não é possível determinar com precisão quais valores estão corretos para o ano de 2016¹³. Os dados do relatório de 2019 revelam um ligeiro aumento da porcentagem de participação feminina entre 2016 e 2019 (de 28% para 30%). O relatório de 2019 inclui um gráfico do CPB que mostra um “aumento de 15% de 2018 para 2019” no número de mulheres participantes do “Circuitos Loterias Caixa” (CPB, 2019, p. 36). Contudo, o aumento real no percentual de mulheres entre 2018 e 2019 foi de 11%. Apesar dessa discrepância, é evidente que o aumento da participação das mulheres superou o dos homens, que foi de 5% entre 2018 e 2019.

Os relatórios de 2015 e 2019 trazem dados sobre a participação do Brasil nos Jogos Parapan-Americanos. Segundo esses relatórios, as mulheres representaram 31% da delegação brasileira em Guadalajara 2011 (CPB, 2015), 35% em Toronto 2015 (CPB, 2015, 2019) e 38% em Lima 2019 (CPB, 2019). O percentual de mulheres alcançado em Lima 2019 atende à meta estabelecida no PE 2017/2024: atingir uma representatividade de 37% de mulheres na delegação brasileira. Os relatórios não contêm informações que indiquem se o CPB realizou alguma ação específica para superar essa meta.

Em relação à participação do Brasil nos Jogos Paralímpicos, o relatório de 2016 destacou que houve um “crescimento no número de homens e mulheres” nos JP Rio 2016 (CPB, 2016a, p. 29). De fato, houve um aumento numérico na participação de atletas de ambos os gêneros. O número de homens aumentou de 114 para 184 e o de mulheres de 68 para 102. O

¹³ O relatório de 2017 (CPB, 2017b) forneceu dados com o número total de atletas participantes dos eventos de 2016 e 2017. Esses dados divergiram dos apresentados nos relatórios de 2016 e 2019. Como o relatório de 2017 não forneceu dados sobre a participação por gênero, não os incluímos em nossa análise.

crescimento percentual dos homens foi maior do que o das mulheres, resultando em uma diminuição no percentual geral de participação feminina no evento. Em Londres 2012, as mulheres representavam 38% da equipe brasileira, enquanto nos JP Rio 2016, elas representavam 36% da equipe.

O relatório de 2021 não fornece dados sobre a participação por gênero de atletas em Tóquio 2020. Nesta edição, o Brasil teve a maior delegação em JP realizados fora do país, com um total de 260 atletas. O país conquistou um total de 72 medalhas tanto nos JP Rio 2016, quanto em Tóquio 2020. Em Tóquio 2020, o número de medalhas de ouro do Brasil aumentou de 14 para 22, passando o país do 8º para o 7º lugar no ranking de medalhas. A Tabela 4 demonstra a distribuição por gênero de atletas e das medalhas conquistadas pelo Brasil nas duas últimas edições dos JP.

TABELA 4 – DISTRIBUIÇÃO DE ATLETAS E MEDALHAS POR GÊNERO

		RIO 2016			TÓQUIO 2020				
	Atletas	Medalhas			Atletas	Medalhas			
		Ouro	Prata	Bronze		Ouro	Prata	Bronze	
Feminino	102 (36%)	3	6	12	96 (37%)	7	8	14	
		Total: 21 (28%)					29 (39%)		
		Ouro	Prata	Bronze			Ouro	Prata	Bronze
Masculino	184 (64%)	12	23	18	164 (63%)	15	13	16	
		Total: 53 (72%)					46 (61%)		

FONTE: Dados da pesquisa.

NOTA: Para os fins deste estudo, as medalhas das equipes mistas foram contabilizadas para ambos os gêneros.

Houve um modesto aumento de 1% na proporção de mulheres em relação aos homens dentro da seleção brasileira entre as edições Rio 2016 e Tóquio 2020. Em contrapartida, percentual de mulheres medalhistas teve um aumento mais substancial, de 11%. A pessoa com mais pódios, garantindo o maior número de medalhas de ouro dentro da delegação brasileira, foi uma atleta mulher: a nadadora Carol Santiago. O relatório de 2021 não fornece a divisão de atletas, nem a porcentagem de medalhas por gênero nos JP Tóquio 2020. Essa ausência de informações sugere uma possível falta de atenção às questões relacionadas ao gênero dentro da instituição.

4.3.3.3 Esporte para Estudantes

Os relatórios do CPB apresentaram seis projetos relacionados ao esporte para estudantes: “Jogos Paralímpicos Universitários”; “Paralimpíadas Escolares”; “Centro de Treinamento Paralímpico”; “Festival Paralímpico”; “Acampamento Paralímpico”. Os “Jogos Paralímpicos Universitários” são uma competição para atletas com deficiência filiados a universidades brasileiras. De acordo com o relatório de 2016, naquele ano 154 atletas participaram do evento, sendo 108 homens (70%) e 46 mulheres (30%) (CPB, 2016a). O projeto “Paralimpíadas Escolares” caracteriza-se em uma competição para crianças e adolescentes com deficiência matriculados em escolas públicas ou privadas brasileiras. Os dados dos relatórios de 2015 a 2017 abordam a participação por gênero nesta competição. Em 2015, de 703 atletas participantes, 440 eram meninos (63%) e 263 meninas (37%) (CPB, 2015). Em 2016, de 859 atletas participantes, 529 eram meninos (62%) e 330 eram meninas (38%) (CPB, 2016a). Em 2017, de 829 atletas, 523 eram meninos (63%) e 306 eram meninas (37%) (CPB, 2017b). O maior percentual de participação feminina foi registrado em 2016, com queda no percentual de meninas na edição de 2017. Como não foram disponibilizados dados específicos sobre a distribuição da participação de atletas por gênero nos projetos “Centro de Treinamento Paralímpico”, “Festival Paralímpico” e “Acampamento Paralímpico”, não pudemos mensurar o percentual de participação das meninas neles.

4.3.3.4 Outros Projetos

Outros três projetos visavam dar suporte para atletas: o “Projeto de Transição de Carreira” (renomeado como “Atleta Cidadão” em 2018), o “Projeto Militar Paralímpico” e o “Camping Militar Paralímpico”. O “Projeto de Transição de Carreira” estava voltado para ex-atletas com o objetivo de “proporcionar capacitação e inserção no mercado de trabalho” (CPB, 2018, p. 58). Os relatórios de 2016 e 2017 apresentam dados sobre a distribuição de participantes por gênero neste projeto. Em 2016, foram 577 participantes, sendo 63% homens e 37% mulheres (CPB, 2016a). Em 2017, foram 221 participantes, sendo 66% homens e 34% mulheres (CPB, 2017b). Há uma diminuição da participação, especialmente entre as mulheres. O “Projeto Militar Paralímpico” e o “Camping Militar Paralímpico” são iniciativas que oferecem atividades esportivas a pessoas com deficiência oriundas do Serviço Militar Brasileiro (CPB, 2017b, 2018). Nenhum dos relatórios fornece distribuição por gênero de participantes desses projetos. Mas é possível inferirmos que estes projetos atendem mais os homens, uma

vez que o percentual de mulheres nas Forças Armadas Brasileiras é significativamente menor (6,9%) do que o de homens (93,1%) (Exército Brasileiro, 2023).

4.4 DISCUSSÃO

Nossa análise dos 14 documentos do CPB revelou que a instituição não segue as diretrizes do IPC para promover a igualdade de oportunidades para a participação de homens e mulheres dentro do Movimento Paralímpico. As políticas e iniciativas do CPB contribuem para a perpetuação da hierarquia de gênero vigente, em que as mulheres vivenciam historicamente uma secundarização (Beauvoir, 2016), e o esporte reflete e perpetua as disparidades de gênero (Goellner, 2007; Ryan; Dickson, 2018). Vale ressaltar que, dentro dos PE do CPB, há expressões como “inclusão das mulheres”, “valorização das mulheres” e “aumento da participação das mulheres”, que sugerem uma intenção da entidade de promover a participação feminina. Contudo, os documentos não apresentam planejamentos e estratégias concretas para a implementação efetiva dessas intenções.

A divulgação de dados nos relatórios sobre a participação de homens e mulheres nos projetos institucionais e competições oficiais do CPB, apresentou inconsistências diversas. Os principais problemas incluíam a escassez de dados relacionados ao gênero das/dos atletas, a falta de continuidade na divulgação desses dados nos anos subsequentes e apresentação de dados contraditórios. O uso inconsistente de dados percentuais tornou difícil confirmar se houve um aumento real na participação das mulheres em todos os eventos e ações. Essas inconsistências impedem que a instituição compreenda com clareza a realidade das mulheres dentro do Movimento Paralímpico Brasileiro e definam os passos necessários para melhorar essa realidade. Considerando os casos em que a instituição divulgou dados sobre a participação de atletas por gênero em projetos e competições, o envolvimento das mulheres em atividades institucionais e competições oficiais variou de 24% a 44%. Em 18 casos, a participação feminina variou entre 30% e 40%. Em seis casos, ficou abaixo de 30% e, em apenas cinco casos, ultrapassou os 40%. Uma razão potencial pode ser a baixa porcentagem de mulheres que se classificaram para determinados eventos esportivos paralímpicos. Para enfrentar essa questão, o CPB precisaria elaborar e implementar políticas e ações afirmativas que incentivem e garantam maior participação e permanência das mulheres no esporte paralímpico desde a infância até a vida adulta.

A presença de mulheres em cargos de gestão não progrediu desde 2005 e, na verdade, diminuiu para atualmente constituírem apenas 20%. Os documentos analisados não revelaram

qualquer intenção institucional de aumentar o envolvimento das mulheres em tais cargos. A distribuição desigual de poder entre homens e mulheres na gestão das instituições esportivas perpetua as desigualdades de gênero e mantém o *status quo* (Ordway, 2023; Peers *et al.*, 2023). A promoção de um movimento contra hegemônico que busque uma maior representatividade de mulheres em posições de liderança dentro das instituições esportivas paralímpicas, pode desempenhar um papel crucial na formulação de políticas que questionem a atual dinâmica de gênero no esporte (Evans; Pfister, 2021; Lebel *et al.*, 2021; Ryan; Dickson, 2018).

Nenhum dos documentos do CPB abordava a promoção da equidade de gênero. Dean *et al.* (2022) também observaram que o IPC ainda não adotou o termo “equidade”, utilizando expressões como equilíbrio de gênero ou paridade. Há uma necessidade de equidade, considerando que homens e mulheres têm pontos de partida desiguais dentro da sociedade (Peers *et al.*, 2023). Regras de iguais para o ingresso de homens e mulheres no esporte são ineficazes, uma vez que as mulheres enfrentam desafios distintos em comparação com os homens. Além disso, mulheres enfrentam maiores obstáculos ao buscar posições em áreas historicamente dominadas por homens (Dean *et al.*, 2022; Itoh; Bower; Hums, 2017). Elas lidam com as complexidades adicionais de equilibrar o trabalho e as responsabilidades familiares, incluindo o cuidado dos filhos (Hanlon; Taylor, 2022; Itoh; Bower; Hums, 2017).

Para alcançar a equidade de gênero no Movimento Paralímpico Brasileiro, o CPB deve considerar as realidades culturais, financeiras e sociais vividas pelas mulheres brasileiras. As intersecções de gênero, deficiência, raça e classe social definem uma gama de possíveis demandas a serem endereçadas (Akotirene, 2019; Collins; Bilge, 2021; Crenshaw, 1991). As ações afirmativas devem ir além das cotas de participação e atender às necessidades específicas das mulheres, para que elas não só entrem, mas também permaneçam e prosperem no mundo esportivo. A transformação dos mecanismos que mantêm a hegemonia masculina no esporte depende da presença das mulheres nesses espaços (Lebel *et al.*, 2021). A representatividade e a visibilidade de atletas e gestoras são essenciais para que mais mulheres vejam a carreira esportiva como uma possibilidade em suas vidas (Brauner, 2015). Esse movimento contra hegemônico é necessário para desconstruir a lógica social androcêntrica que mantém o *status quo* e limita a participação das mulheres nos esportes (Ordway, 2023; Peers *et al.*, 2023).

3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os documentos indicam que o CPB não estabeleceu metas para incentivar e garantir a participação das mulheres na gestão da entidade. Revelam ainda que, embora a instituição tenha

estabelecido algumas metas para aumentar a participação feminina no esporte, não desenvolveu projetos ou ações voltadas especificamente para esse fim. Concluímos, portanto, que, no período analisado, o CPB não seguiu as diretrizes do IPC para promover o aumento da participação feminina tanto na gestão da instituição quanto na participação do esporte.

A instituição divulgou dados limitados sobre a participação de atletas por gênero em projetos e competições. Além disso, muitos números divulgados eram inconsistentes, o que dificulta o acompanhamento das questões de gênero pela entidade e demais *stakeholders*. Os dados publicados nos levam a entender que houve um ligeiro aumento da participação feminina em alguns eventos. Entretanto, também houve estagnação e até diminuição da participação de mulheres em alguns projetos e ações. Esse quadro precisa ser revertido por meio de políticas e ações afirmativas em prol da equidade de gênero, visando garantir maior participação feminina tanto na gestão da entidade quanto nos processos de iniciação esportiva para meninas e mulheres e na permanência delas na carreira esportiva.

Mais pesquisas são necessárias para explorar as inequidades de gênero, considerando suas interseções com raça, classe e vários tipos e níveis de deficiência. Além disso, como os esportes paralímpicos ainda aderem a uma lógica binária cisgênero, são necessários estudos adicionais para entender as necessidades de indivíduos fora desse quadro. Abordar essas questões pode contribuir para alcançar a equidade de gênero no esporte paralímpico, tanto no Brasil quanto em outros países que enfrentam desafios semelhantes. Apesar dos avanços e conquistas das mulheres no esporte mundial, a realidade das mulheres no Movimento Paralímpico ainda tem um longo caminho a percorrer para acabar com as desigualdades e alcançar a equidade de gênero.

5 (IN)EQUIDADE DE GÊNERO NA COBERTURA DO COMITÊ PARALÍMPICO INTERNACIONAL DOS JOGOS PARALÍMPICOS RIO 2016 E TÓQUIO 2020

5.1 INTRODUÇÃO

Em uma sociedade generificada, os espaços sociais são caracterizados como femininos e masculinos (Camargo; Altmann, 2021; Figueiredo, 2014). Assim, alguns espaços são constituídos como hegemonicamente masculinos, como, por exemplo, o esporte (Antunovic; Whiteside, 2018) e a mídia esportiva (Cooky; Antunovic, 2022). O contexto Paralímpico vem reproduzindo essas realidades (Houghton; Pieper; Smith, 2022).

Estudos anteriores explicitaram que as atletas paralímpicas são mais sub-representadas e/ou mais estigmatizadas e/ou estereotipadas do que os homens na cobertura dos Jogos Paralímpicos (JP) em diferentes países: Brasil (Hilgemberg; Araújo; Lima, 2019; Marcondes; Hilgemberg; Souza, 2023); Estados Unidos (Houghton; Pieper; Smith, 2017, 2022); Alemanha, Inglaterra, Espanha, Grécia e França (Léséleuc; Pappous; Marcellini, 2010; Pappous; Marcellini; De Léséleuc, 2011); China (Cheong; Khoo; Razman, 2016); China, Irã, Japão, Malásia, Oman, Arábia Saudita, Singapura, África do Sul, Coreia do Sul, Taiwan, e Reino Unido (Cheong *et al.*, 2020) e Turquia (Ayvazoglu, 2017).

Diferentes fatores influenciam direta e indiretamente o processo de cobertura Paralímpica (Solves *et al.*, 2019). Dentre eles, os conteúdos produzidos pelas instituições gestoras esportivas. Este conteúdo pode influenciar a cobertura de outros veículos de comunicação (Meléndez-Labrador, 2022; Santos; Solves; Souza, 2020a). Santos, Solves e Souza (2020b), por exemplo, verificaram que nos JP Rio 2016, jornalistas que não conseguiram realizar a cobertura *in loco*, utilizaram informações fornecidas pelo Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) para a produção de suas publicações.

De acordo com a nossa revisão de literatura, até o momento, apenas um estudo Marcondes, Hilgemberg e Souza (2023) verificou questões de gênero na cobertura de um Comitê Paralímpico Nacional (em inglês National Paralympic Committee – NPC), o CPB. Também de acordo com esta revisão de literatura, nenhum estudo analisou a cobertura do Comitê Paralímpico Internacional (em inglês International Paralympic Committee – IPC), gestor mundial do Movimento Paralímpico.

Considerando o contexto supracitado, realizamos uma pesquisa com o objetivo de verificar as convergências e divergências nas formas de representação de atletas homens e mulheres na cobertura do IPC durante os JP Rio 2016 e Tóquio 2020. Nossos objetivos

específicos foram: (1) verificar a distribuição de publicações e imagens por gênero, (2) levantar os principais critérios de noticiabilidade e se sua aplicação foi equânime para ambos os gêneros e (3) analisar aspectos da composição do texto para determinar se foram consistentemente aplicados para atletas homens e mulheres.

Buscamos gerar subsídios que podem auxiliar o IPC – e outros veículos de comunicação a nível mundial – a observar questões de gênero que ainda estejam impedindo a promoção de equidade na cobertura dos esportes paralímpicos. Considerando que a instituição pode ser fonte de informação para os NPCs e para veículos de comunicação mundialmente, nossos achados também podem auxiliar as suas coberturas sobre os JP.

5.2 CONTEXTUALIZAÇÃO

5.2.1 Equidade de gênero e esporte

Gênero é uma parte fundamental da experiência humana e está intimamente ligado a questões de poder, privilégio e desigualdade. A categoria de gênero enfatiza o caráter fundamentalmente social de hierarquias pautadas em distinções biológicas (Lauretis, 2019; Mariano, 2005; Scott, 1995), onde significados culturais são atribuídos aos corpos sexuais (Mariano, 2005; Adelman, 2016). Nesse processo são construídas ideias naturalizadas de gênero e expectativas ligadas aos corpos, como, por exemplo, uma suposta virilidade masculina e a fragilidade e sensibilidade feminina (Goellner, 2021). A valorização desigual de atributos considerados masculinos e femininos gera assimetrias de gênero e, consequentemente, inequidade (Goellner, 2021).

No esporte isso se traduz na valorização de atributos ligados à masculinidade, em que o ideal esportivo é representado por características como força, virilidade e coragem (Fitzgerald; Drury; Stride, 2017; Goellner, 2021). Considerando as hierarquias de gênero construídas a partir desse sistema de valores que privilegia os homens no contexto esportivo, mesmo que sejam oferecidas condições de igualdade para homens e mulheres ingressarem no esporte, isso ainda pode gerar inequidades (Peers *et al.*, 2023). A busca por igualdade não dá conta da estrutura que produz sistemicamente as inequidades de gênero (Evans; Pfister, 2021).

A equidade de gênero consiste em tratar os desiguais como desiguais, a fim de realizar ajustes para reparar as desigualdades de gênero, compensando as desvantagens históricas vividas por mulheres (Lisboa; Mafrini, 2005). Isso pressupõe o enfrentamento de condições desiguais por meio de políticas e/ou ações afirmativas adaptadas às necessidades específicas de

cada grupo social (Ordway, 2023; Peers *et al.*, 2023). As instituições gestoras esportivas possuem papel fundamental nesse processo.

5.2.2 Inequidade de gênero no esporte Paralímpico

Os Jogos de Stoke Mandeville, realizados em 1948, marcaram o início do Movimento Paralímpico e, desde este primeiro evento há registros da participação de mulheres (IPC, 2024). Entretanto, a presença das mulheres nos JP tem sido historicamente menor do que a dos homens (Ogoura, 2022a). De Roma 1960 até Sydney 2000, a participação das mulheres foi inferior a 30% (Brittain; Beacom, 2018). Esse percentual só ultrapassou os 30% a partir de Atenas 2004 (Houghton; Pieper; Smith, 2017) e vem aumentando gradativamente desde então. Exemplo disso são as duas últimas edições do evento. Os JP Rio 2016 tiveram 4.328 atletas, sendo 2.657 homens (61%) e 1.671 mulheres (39%). Em Tóquio 2020 a participação feminina pela primeira vez ultrapassou a marca dos 40%. O evento reuniu 4.403 atletas, com 2.550 homens (58%) e 1.853 mulheres (42%) (IPC, 2024).

Na tentativa de modificar este panorama, o IPC tem estabelecido algumas políticas e estratégias visando aumentar a participação de mulheres no Movimento Paralímpico. Isto aparece, por exemplo, no Planejamento Estratégico 2019/2024 – o IPC estabeleceu como prioridade dos JP a criação de “oportunidades para atletas com diferentes tipos e graus de deficiência, [...] competirem em um programa de eventos equitativo com oportunidades iguais para atletas homens e mulheres” (IPC, 2019, p. 13, tradução nossa). Apesar das intenções expressas nos documentos oficiais, o programa dos JP ainda permanece inequitativo, possuindo um maior número de eventos voltado para os homens. No programa dos JP Rio 2016, por exemplo, das 22 modalidades, duas eram exclusivamente masculinas – futebol para cegos e futebol PC¹⁴ (Houghton; Pieper; Smith, 2017; Ogoura, 2022a). Já o programa de Tóquio 2020 melhorou um pouco esta condição, mas manteve ainda uma modalidade exclusivamente masculina: o futebol para cegos (Houghton; Pieper; Smith, 2022; Ogoura, 2022a). Além disso, os programas destes dois eventos também possuíam disciplinas mistas. Apesar destas modalidades terem como objetivo aumentar a participação de mulheres no evento, algumas vezes elas acabam tendo efeito contrário, havendo uma predominância massiva de homens em algumas delas (Dean *et al.*, 2023; Houghton; Pieper; Smith, 2022). Por exemplo, nos JP Rio

¹⁴ Na época ainda denominadas de Futebol de 5 e Futebol de 7, respectivamente.

2016, as mulheres representaram apenas 2,1% de atletas do rúgbi em cadeira de rodas (Houghton; Pieper; Smith, 2017), e em Tóquio 2021, foram apenas 4,3% de atletas (Houghton; Pieper; Smith, 2022).

5.2.3 Cobertura do esporte Paralímpico

A produção de notícias sobre o esporte paralímpico pode auxiliar no aumento da visibilidade desta manifestação esportiva, podendo gerar maior interesse na sua prática e consumo, bem como expansão e aprimoramento da cultura paradesportiva (Santos; Solves; Souza, 2020c). Uma cobertura bem qualificada pode também ser utilizada para promover debates de temáticas relacionadas com a deficiência e desconstrução de estigmas ligados às pessoas com deficiência (PCD) (Santos, 2018).

Os discursos midiáticos podem perpetuar o sexismo e a invisibilidade das mulheres ou, alternativamente, promover a visibilidade das atletas, podendo incentivar o aumento da participação feminina em eventos esportivos (Abajo *et al.*, 2020). A seleção do conteúdo a ser noticiado, assim como a maneira como as atletas são representadas, pode impactar positiva ou negativamente esse processo.

O número inferior de atletas mulheres nos JP tem resultado em uma cobertura midiática reduzida para elas, o que, por sua vez, limita a visibilidade das atletas para o público (Cheong *et al.*, 2020). Entretanto, o número de atletas mulheres no evento nem sempre é suficiente para explicar sua sub-representação (Houghton; Pieper; Smith, 2017, 2022) e/ou estigmatização na cobertura dos JP (Pappous; Marcellini; De Leséleuc, 2011).

5.2.3.1 Critérios de noticiabilidade

Antes de virarem notícia os acontecimentos precisam ser noticiáveis (Wolf, 2018). Para tanto, alguns parâmetros, denominados de critérios de noticiabilidade, orientam o processo de seleção e produção de notícias, influenciando diretamente na decisão de quais eventos devem ser noticiados (Alves, 2018; Santos; Solves; Souza, 2020a). Esses critérios são fundamentados na avaliação do valor e na relevância da informação para atender às necessidades específicas dentro de determinados contextos sociais (Wolf, 2018).

Os critérios de noticiabilidade podem ser qualquer fator com potencial para influenciar o processo de produção de notícias, desde as características do evento, relacionamento com as fontes de informação, recursos físicos e materiais do veículo de comunicação, juízos de valores

peçoais de editoras/editores e jornalistas, circunstâncias históricas, políticas econômicas e sociais (Silva, 2005). Os valores ligados a noticiabilidade não são estanques, podendo variar conforme as transformações econômicas e sociais de um determinado local (Alves, 2018).

No caso das assessorias de imprensa, a seleção de eventos noticiáveis deve buscar atender aos interesses das fontes de informação e dos veículos de notícias. Assim, os valores institucionais servem como critérios de noticiabilidade nas assessorias de imprensa, alinhando-se aos critérios esperados pelo jornalismo e pelo público (Carvalho, 2016). Nesse sentido, os conteúdos noticiados pelo IPC, a princípio, deveriam atender seus objetivos quanto ao desenvolvimento do Movimento Paralímpico e também serem atrativos aos veículos de comunicação que utilizam seus materiais como fonte de informação.

5.2.3.2 Narrativas comumente associadas à deficiência na cobertura do esporte Paralímpico

A cobertura midiática do esporte paralímpico tende a perpetuar certas narrativas e estigmas comumente associados à deficiência (Pearson; Misener, 2022), como a infantilização, vitimização, *supercrip* e trivialização. A infantilização parte da premissa de que as PCD são mais vulneráveis e dependentes, resultando em uma tendência a tratá-las como crianças por meio da utilização de adjetivos infantis e termos diminutivos (Duncan, 2006; Léséleuc; Pappous; Marcellini, 2010; Poffo *et al.*, 2017). Pappous, Marcellini e da Léséleuc (2011) afirmam que há uma tendência maior de infantilização das mulheres, pois características como vulnerabilidade e dependência são mais comumente associadas ao gênero feminino. Marcondes, Hilgemberg e Souza (2023) verificaram que na cobertura do CPB sobre os JP Rio 2016, apenas as mulheres foram infantilizadas.

A vitimização caracteriza-se na amplificação do senso de tragédia pessoal, representando as PCD como vítimas que sofrem de suas deficiências (Hardin; Hardin, 2005; Oliveira; Poffo; Souza, 2018; Poffo *et al.*, 2017). Em contraste, a narrativa *supercrip* está ligada superação das deficiências, considerando atletas como super-humanas/super-humanos por transporem essa adversidade (Hardin; Hardin, 2004; Oliveira; Poffo; Souza, 2018; Poffo *et al.*, 2017). Esta narrativa busca superar a ideia da pessoa enquanto vítima, indo do sofrimento ao heroísmo. Entretanto, ela pode criar uma crença de que todas as PCD podem alcançar esses feitos, gerando uma culpabilização das que não conseguem (Hardin; Hardin, 2004; Poffo *et al.*, 2017; Silva; Howe, 2012a).

A trivialização consiste no enfoque em aspectos da vida pessoal de atletas, desviando as atenções de suas realizações e conquistas esportivas (Hardin; Hardin, 2005; Pappous;

Marcellini; De Léséleuc, 2011; Poffo *et al.*, 2017). Essa categoria foi inicialmente proposta pelos Estudos Feminista de Mídia que observaram uma tendência a trivialização de mulheres na cobertura midiática dos esportes femininos (Cooky; Antunovic, 2022). Pappous, Marcellini e de Léséleuc (2011), confirmaram que esse tipo de fenômeno é comumente utilizado na cobertura de esportes paralímpicos, com uma maior tendência a ocorrer com as mulheres.

5.3 METODOLOGIA

Utilizamos uma abordagem quantiquantitativa e descritiva. A coleta de dados envolveu todas as publicações divulgadas pela assessoria de imprensa do IPC, ou seja, releases, artigos, imagens e informações sobre os JP Rio 2016 e Tóquio 2020. O IPC disponibilizou sites institucionais específicos para cada edição dos JP. Em cada site, há uma página denominada “Notícias”, na qual sua assessoria divulgou as principais informações produzidas sobre os JP. Coletamos todas as publicações veiculadas nos itens “Notícias” dos sites dos JP Rio 2016¹⁵ e Tóquio 2020¹⁶, entre 1 e 24 de setembro de 2016 e de 17 de agosto a 12 de setembro de 2021. Escolhemos este período para poder analisar não apenas os dias dos eventos, mas também os sete dias antes e depois das edições Rio 2016 e Tóquio 2020. Iniciamos esta pesquisa em 2021. Portanto, a coleta de dados referente ao Rio 2016 ocorreu retrospectivamente entre 16 e 19 de julho de 2021. A coleta de dados para Tóquio 2020 ocorreu concomitantemente ao período, coletando as publicações sempre no dia após a sua veiculação no site.

Os critérios para inclusão de publicações no estudo foram: a) abordar questões relacionadas ao esporte e/ou atletas paralímpicas/paralímpicos; b) incluir conteúdo de texto, imagem ou uma combinação de ambos; c) demonstrar clara relevância para o envolvimento das/dos atletas tanto nos JP Rio 2016 quanto em Tóquio 2020. Excluímos publicações que: a) eram exclusivamente em vídeo – quando elementos textuais e em vídeo estavam presentes, nossa análise se concentrou no conteúdo textual, não utilizando o componente de vídeo, pois requer uma abordagem metodológica diferente que será contemplada em um estudo futuro; b) tratavam de vários esportes ou competições sem uma conexão clara com os JP; c) focavam em treinadoras/treinadores, organizações ou entidades gestoras sem um vínculo substancial com os JP.

¹⁵ Site: <https://www.paralympic.org/rio-2016-news>

¹⁶ Site: <https://www.paralympic.org/tokyo-2020/news>

Para investigar a distribuição das publicações por gênero, primeiro reunimos todas as publicações que se encaixavam no escopo do estudo e contabilizamos quando as publicações e imagens apresentavam atletas homens, mulheres ou ambos. Especificamente para a análise de imagens, catalogamos quando não era possível identificar o gênero e categorizamos como “outros” quando as imagens não incluíam pessoas, apenas paisagens, locais de competição ou objetos.

Para determinar os critérios de noticiabilidade tomamos como referência o estudo de Santos, Solves e Souza (2020b), que investigaram o processo de produção de notícias durante os JP Rio 2016, entrevistando jornalistas de diferentes veículos de comunicação. Este estudo concluiu que os principais critérios de noticiabilidade foram: expectativa de medalhas, resultados e número de medalha. O critério “expectativas de medalhas” caracteriza-se quando, baseado no currículo da/do atleta, havia uma expectativa de sua vitória. Os “resultados” englobam as derrotas e desclassificações, classificações em fases preliminares e o critério “número de medalhas” refere-se aos resultados que geraram medalhas às/aos atletas. Para determinar se os critérios de noticiabilidade se alinhavam com os supracitados, listamos os principais temas abordados nas publicações do IPC e verificamos a frequência com que eles ocorriam. Caso a temática da publicação não se enquadrasse nesses critérios, listamos o assunto que era tratado a fim de compreender se ele poderia caracterizar um novo critério. Em seguida, verificamos a distribuição por gênero destes critérios a fim de verificar se eles foram aplicados de maneira equânime entre atletas homens e mulheres.

Para analisar o texto das publicações, utilizamos a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2009). Inicialmente, conduzimos uma leitura preliminar, onde identificamos e destacamos aspectos relevantes para os objetivos de nossa pesquisa. Em seguida, estabelecemos critérios específicos para a verificação, categorização, quantificação e análise de cada questão identificada.

Na análise textual consideramos se havia diferença no tratamento de atletas homens e mulheres. Durante a análise preliminar do texto destacamos questões que exigiam uma exploração mais aprofundada. Dentre elas, observamos uma tendência de atletas homens serem citados diretamente e retratados como protagonistas nas publicações com mais frequência. Para confirmarmos se de fato essa observação era válida, estabelecemos três critérios para avaliar quem seria protagonista de cada publicação: a) ter seu nome mencionado no título; b) possuir imagem; c) possuir espaço de fala. Consideramos um/uma atleta como protagonista quando pelo menos dois destes critérios eram atendidos. Quando atletas de diferentes gêneros atendiam a um número igual de critérios, rotulávamos a/o protagonista como “não identificado”.

Posteriormente, verificamos a distribuição de espaço de fala por gênero. Caracterizamos como espaço de fala quando na publicação a/o atleta foi citada/citado diretamente. Contabilizamos as publicações que possuíam exclusivamente a fala de atletas homens, exclusivamente fala de atletas mulheres e as que apresentavam fala de ambos. No caso das publicações que apresentavam a fala de atletas de ambos os gêneros, verificamos a ordem de apresentação nas publicações.

Na análise textual, também consideramos se a entidade reproduzia as seguintes questões identificadas em outros estudos sobre a cobertura midiática dos JP: infantilização (Duncan, 2006; Léséleuc; Pappous; Marcellini, 2010; Pappous; Marcellini; De Léséleuc, 2011; Poffo *et al.*, 2017), vitimização (Hardin; Hardin, 2005; Oliveira; Poffo; Souza, 2018; Poffo *et al.*, 2017), *supercrip* (Hardin; Hardin, 2004; Oliveira; Poffo; Souza, 2018; Pappous; Brown, 2018; Poffo *et al.*, 2017; Silva; Howe, 2012a) e trivialização (Hardin; Hardin, 2005; Léséleuc; Pappous; Marcellini, 2010; Pappous; Marcellini; De Léséleuc, 2011; Poffo *et al.*, 2017). Também analisamos se houve diferença de gênero no uso destas narrativas.

Catalogamos todos os dados em uma planilha *Excel*. Em todas as publicações, reunimos as seguintes informações para cada atleta mencionada/mencionado nelas: data; título; nome da/do atleta, gênero, tipo de deficiência e disciplina esportiva; se a publicação tinha uma imagem e quem – ou o que – aparecia na imagem; a ocorrência – ou ausência – de cada uma das narrativa sobre a deficiência, juntamente com um trecho correspondente; se a publicação apresentava exclusivamente um gênero ou se ambos os gêneros estavam representados e, nesses casos, quem era a/o protagonista; os principais temas abordados em cada publicação. Também utilizamos uma última coluna denominada “observações”, para anotar informações que poderiam representar algum viés de gênero que ainda não estivesse contemplado nas outras categorias analisadas (por exemplo, caso identificássemos a utilização de estereótipo ligados aos gêneros). Exemplificamos abaixo (imagem 1) como catalogamos os dados na planilha.

IMAGEM 1 – PLANILHA DE CATALOGAÇÃO DOS DADOS

Data	Título	Nome atleta	Gênero	Ambos os gêneros	Foto (sim ou não)	Legenda imagem	País	Modalidade	Tipo de deficiência	Narrativa (central ou secundária)	Espaço de fala (Sim ou não)	Espaço de fala (trecho)	Trivialização	Trivialização (trecho)	Supercrédito
17/08/2021	Tokyo Paralympics preview: Pari	Maksym Krypak	M	Sim	Sim (1)	Maksym Krypak	Ukraine	Natação	Física	Masculina	Não	NA	Não	NA	Não
17/08/2021	Tokyo Paralympics preview: Pari	Andrei Nikolaev	M	Idem	Não	NA	Comitê Paralim	Natação	Física	Idem	Não	NA	Não	NA	Não
17/08/2021	Tokyo Paralympics preview: Pari	Matthew Torres	M	Idem	Não	NA	United States	Natação	Física	Idem	Não	NA	Não	NA	Não
17/08/2021	Tokyo Paralympics preview: Pari	Robert Griswold	M	Idem	Não	NA	United States	Natação	Física	Idem	Não	NA	Não	NA	Não
17/08/2021	Tokyo Paralympics preview: Pari	Alberto Amodeo	M	Idem	Não	NA	Italy	Natação	Física	Idem	Não	NA	Não	NA	Não
17/08/2021	Tokyo Paralympics preview: Pari	Jessica Long	F	Idem	Não	NA	United States	Natação	Física	Idem	Não	NA	Não	NA	Não
17/08/2021	Tokyo Paralympics preview: Pari	Morgan Stickney	F	Idem	Não	NA	United States	Natação	Física	Idem	Não	NA	Não	NA	Não
17/08/2021	Tokyo Paralympics preview: Pari	Xenia Francesca Piro	F	Idem	Não	NA	Italy	Natação	Física	Idem	Não	NA	Não	NA	Não
17/08/2021	Tokyo Paralympics preview: Pari	Iaroslav Denysenko	M	Idem	Não	NA	Ukraine	Natação	Visual	Idem	Não	NA	Não	NA	Não
17/08/2021	Tokyo Paralympics preview: Pari	Raman Salei	M	Idem	Não	NA	Azerbaijan	Natação	Visual	Idem	Não	NA	Não	NA	Não
17/08/2021	Tokyo Paralympics preview: Pari	Braedon Jason	M	Idem	Não	NA	Australia	Natação	Visual	Idem	Não	NA	Não	NA	Não
17/08/2021	Tokyo Paralympics preview: Pari	Maria Carolina Go	F	Idem	Não	NA	Brazil	Natação	Visual	Idem	Não	NA	Não	NA	Não
17/08/2021	Tokyo Paralympics preview: Pari	Daria Pikalova	F	Idem	Não	NA	Comitê Paralim	Natação	Visual	Idem	Não	NA	Não	NA	Não
17/08/2021	Tokyo Paralympics preview: Pari	Alessia Berni	F	Idem	Não	NA	Italy	Natação	Visual	Idem	Não	NA	Não	NA	Não
17/08/2021	Tokyo Paralympics preview: Pari	Hannah Russell	F	Idem	Não	NA	United Kingdom	Natação	Visual	Idem	Não	NA	Não	NA	Não
17/08/2021	Tokyo Paralympics preview: Pari	Gabriel Bandeira	M	Idem	Não	NA	Brazil	Natação	Intelectual	Idem	Não	NA	Não	NA	Não
17/08/2021	Tokyo Paralympics preview: Pari	Vasyl Kravchuk	M	Idem	Não	NA	Ukraine	Natação	Intelectual	Idem	Não	NA	Não	NA	Não
17/08/2021	Tokyo Paralympics preview: Pari	Mikhail Kulibin	M	Idem	Não	NA	Comitê Paralim	Natação	Intelectual	Idem	Não	NA	Não	NA	Não
17/08/2021	Tokyo Paralympics preview: Pari	Dai Tokairin	M	Idem	Não	NA	Japan	Natação	Intelectual	Idem	Não	NA	Não	NA	Não
17/08/2021	Tokyo Paralympics preview: Pari	Marc Evers	M	Idem	Não	NA	Netherlands	Natação	Intelectual	Idem	Não	NA	Não	NA	Não
17/08/2021	Tokyo Paralympics preview: Pari	Bethany Firth	F	Idem	Não	NA	United Kingdom	Natação	Intelectual	Idem	Não	NA	Não	NA	Não
17/08/2021	Tokyo Paralympics preview: Pari	Paige Leonhardt	F	Idem	Não	NA	Australia	Natação	Intelectual	Idem	Não	NA	Não	NA	Não

FONTE: A autora.

Para este estudo adotamos uma perspectiva binária de gênero em consonância com a estrutura dos JP. Também nos concentramos exclusivamente na intersecção entre gênero e deficiência. Em pesquisas futuras, pretendemos explorar as interseções entre gênero e deficiência com outros marcadores sociais, como raça, etnia, classe social e identidade de gênero para verificar se e como esses também afetam a representação de atletas em publicações.

5.4 RESULTADOS

Considerando o recorte temporal estabelecido para esta pesquisa, o IPC teve ao todo 675 publicações, sendo 367 no site relativo aos JP Rio 2016 e 308 no site relativo aos JP Tóquio 2020. Após a aplicação dos critérios de inclusão/exclusão, o *corpus* de análise do trabalho consistiu em 596 publicações, 302 referentes aos JP Rio 2016 e 294 referentes à Tóquio 2020. Organizamos a apresentação dos resultados em três tópicos: distribuição de publicações e imagens por gênero; critérios de noticiabilidade e aspectos da composição textual.

5.4.1 Distribuição das publicações e imagens por gênero

Apresentamos na tabela 1 a distribuição quantitativa e percentual das publicações por gênero. Analisamos o quantitativo de imagens separadamente apresentando-o na Tabela 5.

TABELA 5 – DISTRIBUIÇÃO DAS PUBLICAÇÕES POR GÊNERO

	Feminino	Masculino	Ambos
RIO 2016	25 (8,3%)	60 (19,7%)	217 (72%)
TÓQUIO 2020	37 (12,6%)	58 (19,7%)	199 (67,7%)
TOTAL	62 (10,4%)	118 (19,8%)	416 (69,8%)

FONTE: Dados da pesquisa.

Houve um menor percentual de publicações que tratavam exclusivamente sobre atletas mulheres em ambas as edições. Cabe ressaltar, no entanto, que o percentual das publicações exclusivamente sobre atletas homens permaneceu estagnado – 19,7% em ambas as edições. Houve também um crescimento nas publicações exclusivamente focadas em atletas mulheres, com um percentual de 8,3% nos JP Rio 2016 para 12,6% em Tóquio 2020. Além disto, a diferença percentual entre publicações exclusivas sobre homens e mulheres foi de 11,4% nos JP Rio 2016 e 7,1% em Tóquio 2020. Esse percentual foi menor que a diferença percentual de atletas por gênero em ambas as edições: nos JP Rio 2016 havia 22% mais atletas homens e em Tóquio 2020 essa diferença caiu para 16%.

Houve um percentual significativo de publicações que abordavam ambos os gêneros, 72% nos JP Rio 2016 e 67,7% em Tóquio 2020. Além disso, muitas destas publicações citavam um número elevado de atletas, chegando a quase 200 citações de atletas em uma única publicação. As publicações que tratavam de atletas de um único gênero, também abordavam informações sobre mais de um/uma atleta. Para melhor entender a distribuição das publicações por gênero, contabilizamos a quantidade total de atletas que foram citadas/citados em todas as publicações de ambas as edições. Apresentamos estes dados na Tabela 6.

TABELA 6 – DISTRIBUIÇÃO DE ATLETAS CITADAS/CITADOS NAS PUBLICAÇÕES

	Feminino	Masculino
RIO 2016	1955 (43%)	2595 (57%)
TÓQUIO 2020	1872 (46%)	2194 (54%)
TOTAL	3827 (44,4%)	4789 (55,6%)

FONTE: Dados da pesquisa.

Nos JP Rio 2016 ao todo as/os atletas foram citadas/citados 4.550 vezes, dos quais 57% eram homens e 43% eram mulheres. Em Tóquio 2020 as/os atletas foram citadas/citados 4066 vezes, dos quais 54% eram homens e 46% eram mulheres. Considerando os percentuais

de participação de atletas por gênero – 61% de homens e 39% de mulheres nos JP Rio 2016 e 58% de homens e 42% de mulheres em Tóquio 2020 –, em ambos os eventos o percentual de aparição de mulheres nas publicações é superior ao percentual delas no evento.

Analizamos um total de 892 imagens, 292 referentes aos JP Rio 2016 e 600 referentes à Tóquio 2020. Durante a cobertura Rio 2016, nos casos em que havia imagem, aparecia apenas uma por publicação. Este padrão mudou em Tóquio 2020. Nesta edição houve publicações com até 14 imagens. Essa mudança pode estar relacionada com a pandemia de covid-19, que impediu a presença do público e impôs restrições para a imprensa. Houve um aumento no número de imagens provavelmente para auxiliar as/os jornalistas que não puderam cobrir o evento *in loco* e que consequentemente, precisariam utilizar as publicações e imagens veiculadas no site oficial como fonte de informações. Outro fator que pode ter influenciado o aumento do número de imagens pode ter provindo do desejo de atender demandas de redes sociais que potencialmente podem replicá-las com facilidades em suas plataformas.

Considerando os objetivos deste estudo, para fins de análise, excluimos os casos quando não era possível identificar o gênero da/do atleta e quando as imagens não eram de atletas, podendo ser outras pessoas, objetos ou lugares (26 imagens). Mantivemos o nosso foco apenas nas imagens que possuíam atletas homens, atletas mulheres ou ambos. A Tabela 7 apresenta estes dados.

TABELA 7 – DISTRIBUIÇÃO DE IMAGENS POR GÊNERO

	Feminino	Masculino	Ambos
RIO 2016	89 (33,5%)	165 (63%)	12 (3,5%)
TÓQUIO 2020	292 (50,1%)	279 (47,9%)	12 (2%)
TOTAL	381 (44,9%)	444 (52,3%)	24 (2,8%)

FONTE: Dados da pesquisa.

Nos JP Rio 2016 houve um maior percentual de imagens exclusivamente de atletas homens (63%) do que de atletas mulheres (33,5%). Esses percentuais divergem dos percentuais de atletas por gênero no evento, havendo um maior percentual de imagens de homens na cobertura do que de atletas homens no evento (61%) e, consequentemente, um menor percentual de imagens de mulheres do que de atletas mulheres no evento (39%). Em Tóquio 2020 esse panorama muda, havendo um maior percentual de imagens de mulheres. As mulheres representaram 42% de atletas no evento e foram representadas em 50,1% das imagens, enquanto os homens eram 58% de atletas nesta edição e figuraram em 47,9% das imagens. Esse

aumento no percentual de imagens delas pode estar ligado ao aumento de mulheres no evento. Além disso, considerando que em Tóquio 2020 o percentual de imagens de atletas mulheres é maior que o percentual delas no evento e maior que o percentual de imagens de homens, isso pode denotar uma tentativa/ação do IPC visando dar mais visibilidade às mulheres.

5.4.2 Critérios de Noticiabilidade

Os três critérios de noticiabilidade citados por Santos, Solves e Souza (2020b), “expectativas de medalhas”, “resultados” e “número de medalhas” se fizeram presentes em 97% das temáticas verificadas a partir dos conteúdos das publicações. Os outros 3% das publicações abordavam “aspectos da participação de atletas nos jogos”, “ações do IPC e de patrocinadores” e “informações gerais sobre o evento”.

Caracterizamos conteúdos na temática “aspectos da participação de atletas nos jogos” quando as/os atletas ganhavam destaque nas publicações mesmo sem haver conquistas ou expectativas de medalhas. Intersecções entre os interesses institucionais ligados à divulgação de atletas participantes de projetos e ações do IPC, podem ter influenciado no destaque dado a tais atletas. É o caso, por exemplo, das/dos atletas vinculados ao “*Refugee Paralympic Team*”¹⁷. Nos JP Rio 2016, seis publicações se referiram a atletas do “*Refugee Paralympic Team*”. Todas discorreram sobre homens, uma vez que naquele ano a equipe era exclusivamente masculina. Em Tóquio 2020, 22 publicações falaram sobre o “*Refugee Paralympic Team*”, das quais 15 focaram em homens. Nesta edição, uma mulher compôs a equipe pela primeira vez, gerando sete publicações sobre sua participação no evento. Apenas atletas medalhistas ou que possuíam expectativa de medalhas ganharam a mesma visibilidade que as/os atletas do “*Refugee Paralympic Team*”.

A Tabela 8 mostra a distribuição dos critérios de noticiabilidade por gênero. Em alguns casos as publicações não apresentavam informações sobre nome ou gênero da/do atleta, constando apenas informações da modalidade e os países envolvidos. Classificamos estes casos como gênero “não identificado” (NI) (88 nos JP Rio 2016 e 98 em Tóquio 2020). Não adicionamos estes números na tabela para focarmos apenas nos casos em que era possível saber o gênero da/do atleta.

¹⁷ Essa é uma iniciativa da instituição para que asilados políticos possam participar dos JP mesmo sem estarem vinculados a um Comitê Paralímpico Nacional (IPC, 2024).

TABELA 8 – DISTRIBUIÇÃO POR GÊNERO DOS CRITÉRIOS DE NOTICIABILIDADE

	RIO 2016		TÓQUIO 2020	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Expectativa de medalha	606 (42%)	834 (58%)	961 (46%)	1147 (54%)
Resultados	435 (43%)	577 (57%)	50 (41%)	72 (59%)
Número de medalha	871 (44%)	1124 (56%)	752 (47%)	841 (53%)
TOTAL	1912 (43%)	2535 (57%)	1763 (46%)	2060 (54%)

FONTE: Dados da pesquisa.

Apesar da distribuição por gênero ainda não ser equitativa, houve uma evolução entre as edições. Nos JP Rio 2016, as mulheres eram 39% de atletas, figuraram em 42% das publicações sobre expectativas de medalhas, 43% sobre resultados e 44% sobre número de medalhas. Em Tóquio 2020, as mulheres eram 42% figuraram em 46% das publicações sobre expectativa de medalha, em 41% das publicações sobre resultados e em 47% das publicações sobre número de medalhas. Com exceção do critério “resultados” na edição Tóquio 2020, em todos os outros critérios na cobertura de ambas as edições, o percentual de publicações relativas às mulheres esteve acima do percentual da participação delas nos eventos. É possível observar que nos JP Tóquio 2020 há uma menor divulgação de resultados que não estão diretamente ligados à medalha e, justamente nesse item, o percentual das mulheres esteve abaixo do percentual delas no evento. Isso pode demonstrar uma tendência da instituição a dar mais destaque às atletas mulheres quando há expectativa ou conquista da medalha.

5.4.3 Aspectos da Composição Textual

Analizamos três elementos da composição textual associadas às questões de gênero: protagonismo, espaço de fala e narrativas comumente ligadas à deficiência e gênero.

5.4.3.1 Protagonismo

Contabilizamos as vezes que atletas homens e mulheres apareceram como protagonistas de publicações. Quando estas tratavam de ambos os gêneros, aplicamos os critérios citados na seção de metodologia para determinarmos o protagonismo. Quando não era possível determinar um/uma protagonista, caracterizamos como “não identificado” (NI). Apresentamos estes dados na Tabela 9.

TABELA 9 – PROTAGONISTAS POR GÊNERO EM PUBLICAÇÕES QUE ENGLOBAVAM ATLETAS DE AMBOS OS GÊNEROS

	Feminino	Masculino	NI
RIO 2016	60 (27,6%)	100 (46,1%)	57 (26,3%)
TOKYO 2020	78 (39,2%)	59 (29,6%)	62 (31,2%)
TOTAL	138 (33,2%)	159 (38,4%)	119 (28,6%)

FONTE: Dados da pesquisa.

Na cobertura dos JP Rio 2016, houve uma predominância de publicações com protagonistas homens (46,1%) em comparação com as protagonistas mulheres (27,6%). Os atletas homens foram protagonistas em 18,5% mais publicações do que as atletas mulheres. Vale observar, no entanto, que esse percentual é menor do que a diferença percentual de atletas por gênero naquela edição do evento, que foi de 22%. Em Tóquio 2020, o cenário foi diferente: o percentual de protagonistas mulheres foi maior (39,2%) do que o de homens (29,6%). Apesar de o percentual de atletas homens ter sido 16% superior ao número de atletas mulheres nessa edição, as publicações com protagonistas mulheres superaram as dos homens em 10%. A maior percentagem de imagens de mulheres nesta edição é um dos fatores que influenciou este panorama, uma vez que também computamos imagens para determinar o protagonismo, conforme explicamos na seção de metodologia.

Algumas publicações possuíam um espaço denominado “Ones to watch”. Estas seções foram utilizadas para tratar de atletas destaques de uma modalidade e/ou de um dia de competição. Nos JP Rio 2016, 20 atletas mulheres (29,8%) e 47 atletas homens (70,2%) protagonizaram as seções “Ones to watch”. O percentual de mulheres protagonizando esta categoria naquela edição estava abaixo do percentual delas no evento (39%). Em Tóquio 2020, 85 atletas mulheres (51,5%) e 80 atletas homens (48,5%) foram protagonistas dessa seção. Nesta edição além desse percentual ultrapassar o de participação delas no evento (42%), as mulheres protagonizam mais da metade dessa seção. Esses dados corroboram com uma possível demanda para mudança no panorama da cobertura da instituição, buscando aumentar a visibilidade das atletas paralímpicas.

5.4.3.2 Espaço de fala

Ao todo 419 publicações continham falas de atletas, sendo 191 publicações referentes à cobertura dos JP Rio 2019 e 228 referentes à cobertura de Tóquio 2020. A Tabela 10 apresenta

o número de publicações que possuíam exclusivamente falas de atletas homens, exclusivamente falas de atletas mulheres e as que possuíam falas de ambos os gêneros.

TABELA 10 – ESPAÇO DE FALA POR GÊNERO

	Feminino	Masculino	Ambos
RIO 2016	35 (18,3%)	70 (36,6%)	86 (45,1%)
TOKYO 2020	61 (26,8%)	68 (29,8%)	99 (43,4%)
TOTAL	96 (22,9%)	138 (32,9%)	185 (44,2%)

FONTE: Dados da pesquisa.

Nos JP Rio 2016, 18,3% das publicações possuíam exclusivamente fala de atletas mulheres e 36,6% exclusivamente fala de atletas homens. A diferença percentual foi de 18,3%, ficando abaixo da diferença percentual de atletas por gênero no naquela edição, que foi de 22%. A proporção do espaço de fala das atletas mulheres esteve acima da proporção de participação delas no evento. Na cobertura de Tóquio 2020, houve um aumento no percentual de publicações que veicularam apenas falas de atletas mulheres e uma diminuição nas que veicularam exclusivamente a fala de atletas homens. Nesta edição, 26,8% das publicações possuíam apenas falas de mulheres e 29,8% apenas falas de homens, com uma diferença percentual de apenas 3%. Essa diferença percentual ficou abaixo da diferença percentual de atletas por gênero no evento, que foi de 16% em Tóquio 2020. Isto indica que houve uma proporção maior no espaço de fala das mulheres nesta edição dos Jogos. Esse aumento percentual no espaço de fala influenciou e foi influenciado pelo maior percentual de protagonistas mulheres na cobertura de Tóquio 2020.

Nas publicações que veicularam a fala de atletas de ambos os gêneros, verificamos quais falas foram veiculadas primeiro. Na cobertura dos JP Rio 2016, considerando as 86 publicações com espaço de fala para ambos, a fala das atletas mulheres veio primeiro em 46 (53,5%) a fala de atletas homens e em 40 (46,5%). Em Tóquio 2020, das 99 publicações com fala de ambos, 51 (51,5%) tiveram primeiro a fala de mulheres e 48 (48,5%) a de homens. Ambas as coberturas veicularam primeiro as falas de mulheres, mesmo o percentual de participação delas nos eventos sendo menor do que a dos homens. Nos JP Rio 2016 elas eram 39% e em Tóquio 2020 eram 42% do total de atletas.

Em ambas as edições, considerando o total de publicações que possuíam espaço de fala, a maioria das publicações apresentavam as falas de mais de um/uma atleta. A Tabela 11

apresenta a distribuição por gênero do total de atletas que obtiveram espaço de fala em todas as publicações de ambas as coberturas.

TABELA 11 – DISTRIBUIÇÃO POR GÊNERO DO TOTAL DE ATLETAS QUE TIVERAM ESPAÇO DE FALA

	Feminino	Masculino
RIO 2016	226 (41%)	329 (59%)
TÓQUIO 2020	269 (46%)	313 (54%)
TOTAL	495 (44%)	642 (56%)

FONTE: Dados da pesquisa.

Em ambas as coberturas o percentual de espaço de fala de atletas mulheres foi maior que o percentual delas no evento, havendo inclusive um crescimento entre as edições. Nos JP Rio 2016, as mulheres representavam 39% do total de atletas e o espaço de fala delas nas publicações foi de 41%. Em Tóquio 2020, as mulheres representavam 42% do total de atletas e tiveram 46% de espaço de fala nas publicações.

5.4.3.3 Narrativas comumente ligadas à deficiência e gênero

Analisamos a utilização de quatro narrativas comumente ligadas à deficiência no processo de cobertura paralímpica: infantilização, vitimização, *supercrip* e trivialização. Houve uma baixa ocorrência destas narrativas, o que pode ser observado na Tabela 12.

TABELA 12 – NARRATIVAS LIGADAS À DEFICIÊNCIA

	RIO 2016		TÓQUIO 2020	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Infantilização	0	0	0	0
Vitimização	2 (40%)	3 (60%)	12 (63%)	7 (37%)
<i>Supercrip</i>	0	3 (100%)	4 (67%)	2 (33%)
Trivialização	18 (62%)	11 (38%)	21 (39%)	33 (61%)

FONTE: Dados da pesquisa.

Conforme apontamos anteriormente quando falamos sobre critérios de noticiabilidade, as publicações visavam dar destaque aos eventos da competição, apresentando as expectativas de medalhas e as conquistas das/dos atletas. Não houve narrativas de infantilização de atletas

homens e mulheres em ambas as coberturas. Nos JP Rio 2016, houve maior incidência de narrativas de vitimização e *supercrip* com os homens – 60% e 100% respectivamente. Em Tóquio 2020 esse panorama se alterou, e as narrativas de vitimização e *supercrip* ocorreram mais com as mulheres – 63% e 67% respectivamente. Houve reforço de alguns estereótipos de gênero, em ambas as edições: o homem como herói militar em ambas as coberturas e a mulher como mãe heroína na cobertura Tóquio 2020.

Nas narrativas do herói militar, houve tanto casos de vitimização por eles terem perdido membros e mobilidade como consequência da guerra, quanto casos de narrativas do tipo *supercrip*, onde atos considerados heroicos durante o serviço militar foram exaltados. Ao todo, 27% das narrativas de vitimização e *supercrip* ocorridas com atletas homens em ambas as coberturas, reforçavam esse estereótipo. Nas narrativas *supercrip* sobre atletas mulheres, 50% destacavam o estereótipo de supermãe, em que as mulheres foram tratadas como heroínas por conseguirem conciliar esporte, trabalho e maternidade. Elementos como a volta ao esporte após o parto também foram pontuados em algumas destas narrativas. Destacamos dois exemplos a seguir:

Em 2012, um dos seus amigos foi baleado. Al Hussein e alguns outros amigos foram socorrê-lo para evitar que ele morresse sangrando, quando outra bomba explodiu. Isso destruiu tanto a perna direita dele (Al Hussein) quanto o seu sonho, na época (IPC, 2021b, parag. 7, tradução nossa).

Equilibrando suas responsabilidades como atleta de elite, mãe e fisioterapeuta, Martinet é a definição de uma Mulher Maravilha (IPC, 2021c, tradução nossa).

A narrativa trivialização na cobertura Rio 2016 ocorreu mais com as mulheres do que com os homens – 62% e 38% respectivamente. Em Tóquio 2020, esse panorama se inverteu, com uma menor ocorrência de trivialização com as mulheres e maior com os homens – 39% e 61% respectivamente. Considerando as temáticas que eram tratadas nestas publicações notamos mais uma vez o reforço de alguns estereótipos de gênero.

Dentre as temáticas tratadas nas publicações dos atletas homens, 54,5% foram sobre relacionamentos, paternidade e família. Destacamos que o tópico paternidade apareceu apenas três vezes e, em nenhuma delas foi abordada a dificuldade de conciliar a paternidade e esporte, diferentemente do que houve com as mulheres. O tópico relacionamento não destacava relações de dependência destes atletas com suas namoradas, noivas e esposas¹⁸, diferentemente do que

¹⁸ Utilizamos o gênero feminino para indicar os relacionamentos de atletas homens, pois foram veiculadas apenas informações sobre casais heteronormativos.

aconteceu com as mulheres. No restante das publicações, 8,8% foram destinados a assuntos diversos (história do país, torcedor esportivo, infância) e 36,7% destacam um estereótipo viril e ativo, comumente ligados a masculinidade. Seleccionamos dois exemplos de publicações que se encaixam neste perfil uma vez que não tratam do esporte disputado nos JP e nem da participação dos atletas nestes Jogos:

Adam Scaturro não é do tipo que escolhe o caminho mais fácil para alcançar o topo, então não hesitou em aceitar o convite para se juntar ao seu pai, líder de expedição, no Nepal, para uma caminhada de 62 quilômetros de Lukla até o Acampamento Base do Monte Everest (IPC, 2021a, tradução nossa);

O perfil de Sanchez em seu país não se resume apenas ao seu sucesso no tatame. Em 2017, ele participou de uma série de desafios físicos e mentais extenuantes no programa de TV de realidade Exatlón, onde alcançou a fama nacional (IPC, 2021f).

Em relação às mulheres, 71,8% das narrativas que se encaixaram na categoria trivialização foram sobre relacionamentos, maternidade e família; 10,2% foram sobre assuntos diversos e; 18% estavam ligados à estereótipos de fragilidade e dependência, comumente ligados à feminilidade. Destacamos dois exemplos de publicações que, apesar de citarem brevemente a participação das atletas nos JP, possuíam enfoque em outras temáticas, reforçando estereótipos de gênero:

Pagonis admitiu que estava sofrendo com sua saúde mental, desencadeada quando seu pai morreu pouco antes da prova (IPC, 2021d, tradução nossa);

Bethany Zummo passou por uma jornada mental intensa [...] desde uma chegada atrasada devido à exposição ao covid-19, até uma distância prolongada de seu marido, até ataques de pânico devido à pressão de desempenho; ela enfrentou tudo isso nas últimas semanas (IPC, 2021g, tradução nossa).

Ambas as publicações possuíam protagonistas mulheres e traziam alertas sobre atenção e cuidados com a saúde mental de atletas, reforçando uma ideia de fragilidade das mulheres. Nenhuma das publicações abordaram a saúde mental de atletas homens, isso se destinou exclusivamente às mulheres. Nessa última publicação, o distanciamento da atleta Bethany Zummo do marido é colocado como uma das causas de seu desequilíbrio em termos saúde mental. Isso pode reforçar uma ideia de dependência atrelada às mulheres. Essa publicação ainda destaca como algumas atividades manuais auxiliaram a atleta no cuidado de sua saúde mental: “Tricotar e fazer crochê especialmente ajudam Zummo a manter a calma e o foco” (IPC, 2021g, tradução nossa). As atividades citadas são formas de artesanato que são historicamente conhecidas como atividades praticadas quase que exclusivamente por mulheres.

Destacamos uma publicação em que o papel do homem é destacado, mesmo a protagonista sendo uma mulher: “Depois de ter terminado duas vezes uma posição abaixo do pódio, Pernheim está determinada a ir um passo adiante em seu quarto Jogos Paralímpicos, agora com a ajuda de seu noivo” (IPC, 2021f, tradução nossa).

Essa publicação, intitulada “O amor está no ar para os judocas Ben Goodrich e Nicolina Pernheim”, é a única na qual a atleta Nicolina Pernheim é citada em toda a cobertura. Mesmo a atleta sendo a protagonista da publicação, o nome do noivo foi citado primeiro no título. Ben Goodrich, o ex-atleta paralímpico que é noivo da atleta, nunca alcançou resultados semelhantes ou melhores aos dela. Ainda assim, duas passagens dessa publicação destacaram o papel dele enquanto o novo treinador dela, enfatizando que a atleta pretende melhorar seu desempenho agora com a ajuda de seu noivo. A possibilidade de melhoria de desempenho da atleta está atrelada ao seu noivo e treinador e não a ela, reforçando uma ideia de dependência.

Por fim, algumas publicações que não necessariamente utilizavam narrativas ligadas à deficiência, utilizaram alguns termos que podem estar ligados a estereótipos de gênero. Essa situação ocorreu exclusivamente com as mulheres. Destacamos alguns destes termos e passagens que apareceram em publicações sobre as atletas:

Manuela Schmermund, que ganhou ouro em Atenas, também é uma concorrente - mas ela ficou em segundo lugar para Vadovicova e Zhang nos dois Jogos Paralímpicos anteriores (IPC, 2016a, parag. 4, tradução nossa).

Ela (Omara Durand) correu graciosamente até a linha de chegada em 11,40 segundos (IPC, 2016b, parag. 8, tradução nossa).

Na primeira citação, a atleta alemã Manuela Schmermund, medalhista de ouro no tiro esportivo em Atenas 2004, ficou na terceira colocação em Pequim 2008 e Londres 2012 e, por conta disso, foi denominada como “*bridesmade*”¹⁹ das outras duas medalhistas, Veronica Vadivikova e Cuiping Zhang. O reforço destes papéis femininos de gênero foi utilizado para demonstrar o papel secundário da atleta em relação às atletas vitoriosas. Nenhuma publicação de atletas homens apresentou o termo equivalente – *best man*²⁰ – para determinar atletas que ficaram na segunda e terceira colocações. A segunda citação tratava da vitória de Omara Durand nos 100 m T12. Durand é a atleta Paralímpica mais rápida do mundo e sua corrida foi definida como graciosa, adjetivo que corrobora ideais de feminilidade. O mesmo não ocorreu,

¹⁹ Em português o termo significa “dama de honra” e representa as madrinhas de casamento de uma noiva. As madrinhas são figuras importantes no casamento, entretanto tem um papel secundário em relação a noiva.

²⁰ Em português o termo é equivalente ao padrinho de casamento.

por exemplo, com Jason Smith, que é o atleta Paralímpico mais rápido do mundo. Os adjetivos usados para tratar das corridas do atleta sempre estavam ligados à ideia de agilidade.

5.5 DISCUSSÃO

Apesar de as coberturas ainda não terem sido equitativas, verificamos algumas evidências que o IPC está aparentemente buscando promover equidade de gênero em suas publicações. Para explicar e problematizar este ponto de vista, dividimos a discussão dos resultados em três seções: “A representação feminina acima da proporção de participação de mulheres nos JP”, “As intersecções entre narrativas ligadas à deficiência e estereótipos de gênero” e “Rumo à equidade de gênero?”.

5.5.1 A representação feminina acima da proporção de participação de mulheres nos JP

Apesar de o percentual de representação masculina ter sido predominantemente maior do que o feminino nas publicações do IPC, as mulheres apresentaram uma representação proporcionalmente superior à sua participação efetiva nos JP em praticamente todas as categorias que examinamos. Para discutir estes achados dividimos essa seção em dois itens: “representação feminina nas publicações, imagens e critérios de noticiabilidade” e “progressão do protagonismo e do espaço de fala das mulheres”.

5.5.1.1 Representação feminina nas publicações, imagens e nos critérios de noticiabilidade

Apesar de o percentual de publicações exclusivamente sobre homens ser maior que as exclusivamente sobre mulheres, a diferença percentual entre estas publicações foi menor que a diferença de atletas por gênero em ambos os eventos. Isso diverge, por exemplo, dos dados encontrados por Marcondes, Hilgemberg, Souza (2023) que analisaram a cobertura do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) durante os JP Rio 2016. As autoras verificaram que o menor percentual de atletas mulheres na delegação brasileira se equiparou ao menor percentual de publicações exclusivamente sobre elas.

Ayvazoglu (2017) analisou a cobertura de dois jornais turcos sobre os JP Londres 2012, e verificou que as mulheres representavam 31,2% da equipe da Turquia e tiveram uma cobertura correspondente a 65,6% do total de publicações. A autora atribuiu esse fato ao percentual de medalhas conquistadas pelas atletas no evento, que foi de 70%. No caso de nossa

pesquisa, também verificamos que o percentual de vezes que atletas mulheres foram citadas na cobertura do IPC esteve acima do percentual de participação delas. Entretanto, diferentemente do estudo da autora, nas publicações do IPC, o percentual de menções às mulheres foi menor que percentual dos homens.

A distribuição de imagens por gênero apresenta panoramas distintos entre as edições. Nos JP Rio 2016, o percentual de participação de mulheres no evento (39%) não foi suficiente para explicar a sub-representação delas nas imagens (33,5%). Isso diverge do panorama verificado por Pappous, Marcellini e de Léséleuc (2011) ao analisarem a cobertura de cinco países europeus (França, Espanha, Grécia, Alemanha e Reino Unido) durante os JP Sidney 2000 e Pequim 2008. As/os autoras/autores verificaram que, mesmo que o percentual de imagens de atletas mulheres tenha sido baixo (30%), esse percentual estava acima da taxa de participação de mulheres (28%) na equipe destes países durante os dois eventos.

Os estudos de Cheong, Khoo e Razman (2016) e Marcondes, Hilgemberg e Souza (2023) apresentam um panorama semelhante ao que encontramos. Cheong, Khoo e Razman (2016) analisaram a cobertura fotográfica de oito jornais da Malásia durante os JP Londres 2012. As/os autoras/autores verificaram que apenas 14,9% das imagens apresentavam atletas mulheres, enquanto 63,9% representavam predominantemente atletas homens, concluindo que o percentual de mulheres na delegação (35,4%) não poderia explicar a disparidade representação delas nas imagens. O estudo de Marcondes, Hilgemberg e Souza (2023) sobre a cobertura do CPB nos JP Rio 2016 verificou que as atletas mulheres figuraram 24% das imagens, sendo que o percentual delas na delegação brasileira foi de 36%.

Em Tóquio 2020, o percentual de imagens de mulheres (50,1%) ultrapassou o percentual de participação delas no evento (42%). Ele também ultrapassou o percentual de imagens de homens (47,9%). Isso diverge da literatura que citamos acima sobre a temática. Esse resultado caracteriza-se como um passo importante rumo à equidade de gênero na cobertura.

Verificamos que os principais critérios na cobertura do IPC foram “expectativa de medalhas”, “resultados” e “número de medalhas”, convergindo com os critérios encontrados no estudo de Santos, Solves e Souza (2020b) sobre a cobertura de jornalistas brasileiras/brasileiros sobre os JP Rio 2016. Isso provavelmente ocorreu com intuito de dar destaque aos resultados do Brasil. No caso de assessorias de imprensa, tais critérios, a princípio, tendem a perpassar os objetivos e valores da instituição (Carvalho, 2016). O enfoque predominante em atletas que possuíam expectativas de medalha e atletas medalhistas pode demonstrar duas intenções da instituição: informar a mídia que utilizou o IPC como fonte de

informação, sobre as principais disputas e resultados; divulgar atletas e resultados que corroborassem com a imagem que a instituição quer construir a respeito do esporte Paralímpico e da PCD.

Ao verificarmos a aplicação de critérios de noticiabilidade entre os gêneros, concluímos que o percentual de cobertura das mulheres esteve acima do percentual de participação delas no evento. Esse panorama diverge do encontrado por Marcondes, Hilgemberg, Souza (2023) a respeito da cobertura do CPB dos JP Rio 2026. As autoras verificaram e que o CPB utilizou os critérios “expectativas de medalhas”, “resultados” e “número de medalhas”, mas que estes não foram aplicados de forma equânime, favorecendo os atletas homens. As autoras apontaram, por exemplo, que enquanto resultados de homens que não obtiveram medalhas ganharam destaque em publicações, medalhas de atletas mulheres não foram noticiadas. Apenas no critério “resultados” na cobertura Tóquio 2020, o percentual das mulheres esteve abaixo do percentual delas no evento. Esse percentual das mulheres pode demonstrar uma tentativa de expor menos resultados das mulheres que não estejam necessariamente ligados à conquista de medalha.

5.5.1.2 A progressão do protagonismo e do espaço de fala das mulheres

Nos JP Rio 2016 o percentual de mulheres protagonistas esteve abaixo do percentual de homens protagonistas. Entretanto, a diferença percentual de protagonistas por gênero foi menor que a diferença percentual de atletas por gênero. O estudo de Marcondes, Hilgemberg e Souza (2023) também verificou um menor percentual de protagonistas mulheres na cobertura do CPB dos JP Rio 2016. Entretanto, no caso do estudo destas autoras, a diferença percentual de protagonistas por gênero se equiparou à diferença percentual de atletas por gênero.

Já na cobertura de Tóquio 2020, o percentual de protagonistas mulheres esteve 10% acima do percentual de protagonistas homens. Essa realidade nem sempre se aplica a outras coberturas. Ramon e Rojas-Torrijos (2023) analisaram postagens no Twitter vinculadas às contas de 15 páginas esportivas de países europeus (Bélgica, República Tcheca, Finlândia, França, Alemanha, Irlanda, Itália, Letônia, Holanda, Noruega, Polônia, Espanha, Suécia, Suíça e Reino Unido), oficialmente credenciadas pelo IPC para a cobertura dos JP Tóquio 2020. Os autores constataram que em apenas quatro deles (Irlanda, Noruega, Suécia e Suíça) havia maior percentual de protagonistas mulheres.

Em relação ao espaço de fala, o percentual de mulheres foi menor em ambas as coberturas. Entretanto, a diferença percentual do espaço de fala por gênero foi menor que a de

atletas por gênero em ambas as edições. Em Tóquio 2020, inclusive, essa diferença foi de apenas 2%. Diferentemente, no caso do estudo de Marcondes, Hilgemberg e Souza (2023), na cobertura do CPB dos JP Rio 2016, o percentual de espaço de fala de mulheres foi significativamente menor que o de homens – 13% e 58% respectivamente – e o percentual de atletas mulheres na delegação brasileira não foi suficiente para explicar este problema. Estas autoras também verificaram que, nas publicações que apresentavam fala de ambos os gêneros, a fala das mulheres apareceu após a dos homens em 75% dos casos. Na cobertura do IPC, a fala das atletas mulheres apareceu antes que a dos atletas homens em 53,5% dos casos nos JP Rio 2016. Em Tóquio 2020 isso ocorreu em 51,5% dos casos. Isso pode denotar uma tentativa da instituição de não secundarizar as atletas durante a cobertura.

5.5.2 As intersecções entre narrativas ligadas à deficiência e estereótipos de gênero

De acordo com Santos, Solves e Souza (2020b) a cobertura paralímpica é uma forma de aumentar o contato da população com o esporte paralímpico e pode ser utilizada como meio de combater estigmas ligados às PCD. Considerando que as instituições esportivas são fonte de informação para outros veículos midiáticos (Meléndez-Labrador, 2022; Santos; Solves; Souza, 2020a), elas podem influenciar a forma com que outros meios de comunicação falam das/dos atletas, reproduzindo, ou não, determinadas narrativas discriminatórias.

Destacamos que a utilização dos estigmas ligados à deficiência foi baixa, diferentemente do que foi verificado em outros estudos que averiguaram a cobertura dos JP em diferentes países. Por exemplo, de Léseleuc, Pappous e Marcellini (2010) analisaram a cobertura de Sidney 2000 feita por oito jornais de quatro países europeus (Espanha, Inglaterra, Alemanha e França) e verificaram a infantilização e trivialização de atletas paralímpicas/paralímpicos. Poffo *et al.* (2017) analisaram a cobertura de um veículo de comunicação brasileiro durante os JP Londres 2012 e verificaram que as narrativas infantilização, vitimização, *supercrip* e trivialização foram amplamente utilizadas. Marcondes, Hilgemberg, Souza (2023) investigaram a cobertura do CPB sobre os JP Rio 2016 e verificaram que não houve a utilização das narrativas vitimização, *supercrip* e trivialização na cobertura da entidade. Houve apenas infantilização e quando isto ocorreu, se aplicou apenas no caso de atletas mulheres.

Na cobertura Rio 2016, as narrativas vitimização e *supercrip* foram mais utilizadas com os homens, enquanto a narrativa trivialização foi mais utilizada com as mulheres. Em Tóquio 2020 houve uma inversão, as narrativas vitimização e *supercrip* foram mais utilizadas

com as mulheres e a trivialização com os homens. No processo de utilização destas narrativas, alguns estereótipos de gênero foram reforçados: o homem como viril, independente e herói miltar; e a mulher como frágil, delicada e supermãe.

Apesar de o IPC afirmar em sua “Visão e Missão Paralímpica” (IPC, 2003) que visa promover o esporte paralímpico sem nenhum tipo de discriminação, a sua cobertura dos JP reproduziu alguns estereótipos de gênero e de deficiência nas edições Rio 2016 e Tóquio 2020 por meio de narrativas que reforçavam, por exemplo, ideais de virilidade para os homens e fragilidade para as mulheres.

O sexismo é estrutural. Ele se encontra profundamente enraizado nas sociedades, sendo formador do pensamento social e perpassando transversalmente todas as relações sociais (Collins; Bilge, 2021). Nesse sentido, mesmo que o IPC possa estar buscando adotar uma prática antissexista, ele ainda reproduz ações sexistas tais como utilizar estereótipos de gênero que valorizam os homens e desvalorizam as mulheres.

O esporte é um ambiente generificado. Os corpos são marcados pelo seu gênero e espera-se que eles se comportem atendendo às normas de gênero (Fitzgerald; Drury; Stride, 2017). Virilidade é uma característica ligada à masculinidade e fragilidade e sensibilidade são ligadas à feminilidade (Goellner, 2021). O esporte também funciona como um ambiente generificador, não apenas reproduzindo, mas também produzindo normas ligada aos gêneros (Figueiredo, 2014). O ideal esportivo ainda continua ligado a características culturalmente consideradas masculinas, como força, coragem, independência e virilidade (Antunovic; Whiteside, 2018; Fitzgerald; Drury; Stride, 2017; Pearson; Misener, 2022).

A deficiência contradiz o estereótipo de corpo e masculinidade (Hardin; Hardin, 2005). Assim, a apresentação de histórias que buscam mostrar uma imagem do homem com deficiências em posições de virilidade, coragem e independência os aproxima da normalidade esperada de homens atletas. Contudo, imagens da atleta como mentalmente frágil, que correu “graciosamente”, da atleta “damas de honra”, distanciam as mulheres do ideal esportivo. Se por um lado a imagem da atleta como supermãe pode representar um estereótipo de força, por outro pode reforçar a ideia de que a o cuidado com os filhos é responsabilidade e destino da mulher.

5.5.3 Rumor à equidade de gênero?

A cobertura do IPC demonstrou estar caminhando rumo à equidade de gênero, uma vez que em todas as categorias analisadas o percentual das mulheres esteve acima do percentual delas no evento. Isso demonstra que a instituição pode estar dando maior visibilidade às mulheres a fim de compensar a inequidade na participação delas no evento. Esse é um fato importante e que pode influenciar uma mudança no processo histórico de baixa visibilidade e estigmatização das atletas paralímpicas, verificado por estudos anteriores a respeito da cobertura midiática dos JP.

A exposição das atletas paralímpicas na mídia contribui para desafiar a hegemonia masculina no mundo esportivo (Abajo *et al.*, 2020). Entretanto, um evento inequitativo e uma visibilidade inequitativa ajudam a manter de maneira cíclica as mulheres como um grupo minorizado dentro do esporte. A persistente inequidade de gênero no Programa Paralímpico, tem um impacto negativo nesta visibilidade e na promoção de políticas que abordam as necessidades das mulheres no contexto esportivo (Fitzgerald; Drury; Stride, 2017).

O aumento da visibilidade da atleta paralímpica na mídia pode influenciar que mais mulheres com deficiência descubram o esporte paralímpico e vejam a carreira esportiva como uma possibilidade para suas vidas (Abajo *et al.*, 2020). Contudo, é importante que as assessorias de imprensa e os veículos de mídias adotem posturas antissexistas, abandonando a utilização de que estigmas ligados à deficiência e estereótipos de gênero (Marcondes; Hilgemberg; Souza, 2023). Uma visibilidade na mídia que reproduza estereótipos de gênero pode se tornar contraproducente, reforçando ideais que nem sempre são considerados esportivos. A busca pela equidade de gênero deve desafiar esse sistema de valores que privilegia os homens dentro do esporte (Goellner, 2021). É necessário que se estabeleçam novos parâmetros para o processo de cobertura midiática, a fim de endereçar as desvantagens que limitam a visibilidade das mulheres no esporte.

5.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cobertura da assessoria de imprensa do IPC aparentemente está caminhando rumo à equidade de gênero. Houve uma evolução entre as edições nas coberturas da instituição. Na distribuição das publicações e do espaço de fala por gênero, em ambas as edições o percentual dos homens foi maior. Contudo, o percentual de representação das mulheres nas publicações aumentou entre as coberturas e esteve acima da participação delas nos eventos. Houve uma

progressão favorável às mulheres na distribuição das imagens e do protagonismo entre as duas edições dos JP. Nos JP Rio 2016, houve mais imagens de homens e o percentual de atletas de ambos os gêneros no evento não explica a baixa representação das mulheres. Já em Tóquio 2020, o percentual de imagens de mulheres ultrapassou 50%, superando o percentual de imagens de homens e da participação delas no evento. Nos JP Rio 2016 houve mais protagonistas homens e em Tóquio 2020 houve mais protagonistas mulheres. Estas mudanças podem ter sido reflexo de uma tentativa/ ação da instituição visando dar maior visibilidade às mulheres, visando endereçar a inequidade presente no Programa Paralímpico.

Os principais critérios de noticiabilidade foram “expectativa de medalhas”, “resultados” e “número de medalhas”. Para todos estes critérios, em ambas as coberturas, o percentual de homens foi maior que o de mulheres. Com exceção do critério resultados na cobertura de Tóquio 2020, o percentual das mulheres esteve acima do percentual de participação delas no evento. As publicações tiveram poucas narrativas comumente ligadas a deficiências. Mas quando estas ocorreram, narrativas de vitimização, *supercrip* e trivialização reforçaram alguns estereótipos de gênero, como aspectos de força e virilidade para os homens e fragilidade e dependência para as mulheres.

O IPC, como representante oficial do Movimento Paralímpico mundialmente, desempenha um papel central na promoção da equidade de gênero na cobertura dos esportes paralímpicos. Para isso, ele precisa abordar as disparidades de gênero que resultam em desigualdade, como a diferença na participação nos eventos e a tendência de valorizar elementos associados à masculinidade, o que muitas vezes resulta na valorização dos homens que atendem a essa norma e na desvalorização das mulheres que se distanciam dela. A instituição deve estabelecer políticas e medidas institucionais que promovam uma abordagem antissexista na cobertura paralímpica realizada por sua assessoria de imprensa, bem como pelas assessorias de imprensa de seus NPCs afiliados.

Dentre as limitações deste estudo, destacamos o foco exclusivo em uma perspectiva binária de gênero, seguindo a mesma lógica da organização dos JP. Além disso, ressaltamos nossa concentração na intersecção entre gênero e deficiência, não abrangendo outros marcadores sociais relevantes. Sugerimos que novas pesquisas considerem as interseções entre gênero e deficiência com outros marcadores sociais, como raça, etnia, classe social, identidade de gênero, orientação sexual e grau de deficiência. Seria importante que estas considerassem também outros fatores que influenciam a noticiabilidade, como o status social de diferentes disciplinas esportivas, influências econômicas e comerciais na cobertura, preferências do público, entre outros. Recomendamos ainda a realização de estudos adicionais sobre o tema,

levando em conta outras edições dos JP, a fim de proporcionar uma compreensão mais abrangente da evolução da visibilidade feminina na cobertura realizada pela instituição.

Este estudo considerou diretamente a cobertura as duas últimas edições dos JP por parte da assessoria de imprensa do IPC, considerando sua posição de poder no Movimento Paralímpico, seja frente a seus NPCs afiliados ou então enquanto fonte de informação da imprensa mundial. Nenhum estudo anterior havia analisado a cobertura oficial realizada pela assessoria de imprensa do IPC e veiculada no site oficial dos JP. Análises como as que fornecemos observam detalhes que precisam ser abordados para uma maior equidade na cobertura. Dentre esses detalhes, destacamos categorias ainda não analisadas em estudos anteriores, como protagonismo e espaço de fala. Esses elementos podem auxiliar na compreensão de questões de gênero na cobertura, bem como para apontar elementos que ainda faltam para que a cobertura se torne equitativa.

6 (IN)EQUIDADE DE GÊNERO NA COBERTURA DOS JOGOS PARALÍMPICOS PELO COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO

6.1 INTRODUÇÃO

A cobertura midiática dos Jogos Paralímpicos (JP) pode servir como uma plataforma para dar visibilidade às pessoas com deficiência (PCD). Além disso, em países como o Brasil, onde PCD raramente são vistas na mídia e, quando o são, frequentemente aparecem como dignas de pena e indefesas, os JP podem representar uma oportunidade para desafiar estereótipos negativos associados à deficiência (Souza; Brittain, 2020). Entretanto, a cobertura paralímpica pode sofrer influências ligadas ao gênero de atletas e jornalistas (Solves *et al.*, 2019). Frequentemente, a cobertura falha em proporcionar atenção justa às atletas mulheres e em tratar as/os atletas de maneira equitativa (Hilgemberg; Araújo; Lima, 2019; Pappous; Marcellini; De Léséleuc, 2011). Fatos como esses estão propensos a ocorrer, pois o jornalismo esportivo tende a ser um espaço criado por homens, para homens e falando sobre homens (Cooky; Antunovic, 2022).

Diversos estudos têm mostrado que as atletas paralímpicas são sub-representadas e/ou mais estigmatizadas e/ou estereotipadas do que os homens na cobertura paralímpica em diferentes países, tais como: Alemanha, Inglaterra, Espanha, Grécia e França (Léséleuc; Pappous; Marcellini, 2010; Pappous; Marcellini; De Léséleuc, 2011); China (Cheong; Khoo; Razman, 2016); Turquia (Ayvazoglu, 2017); Estados Unidos (Buysse; Borcharding, 2010b; Houghton; Pieper; Smith, 2017, 2022); China, Irã, Japão, Malásia, Omã, Arábia Saudita, Cingapura, África do Sul, Coreia do Sul, Taiwan e Reino Unido (Cheong *et al.*, 2020); e Brasil (Figueiredo, 2014; Hilgemberg; ARAÚJO; LIMA, 2019). O fato de haver menos eventos femininos e, conseqüentemente, menos mulheres nos JP pode influenciar sua sub-representação na cobertura midiática (Cheong *et al.*, 2020). Entretanto, esse fato, por si só, não explica a menor representatividade (Houghton; Pieper; Smith, 2017) e/ou estigmatização das mulheres na cobertura Paralímpica (Pappous; Marcellini; De Léséleuc, 2011).

Apesar de uma gama diversificada de estudos abordando a cobertura midiática dos JP, nenhuma pesquisa foi especificamente dedicada a investigar questões relacionadas à gênero nas publicações das assessorias de imprensa dos Comitês Paralímpicos Nacionais (em inglês National Paralympic Committee – NPC). Os materiais disponibilizados por assessorias de imprensa podem servir de base para a produção de notícias (Carvalho, 2016). Assim, estudos

sobre as produções das assessorias de imprensa dos NPCs são necessários, pois elas constituem fontes significativas de informação para os veículos de comunicação.

O Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) tem desempenhado um papel importante no fomento da cobertura dos JP. Desde sua fundação, em 1995 até 2012, a instituição formou parcerias com as principais redes de telecomunicações brasileiras e financiou jornalistas dessas redes para realizarem a cobertura dos JP. Durante esse período, o CPB também comprou os direitos de transmissão e imagem, distribuindo-os para que pudessem ser transmitidas por essas redes. Além disso, a instituição continua sendo uma fonte de informação fundamental para a cobertura dos Jogos Paralímpicos (Santos; Solves; Souza, 2020a).

Santos, Solves e Souza (2020b) realizaram uma pesquisa na qual entrevistaram jornalistas brasileiras/brasileiros que cobriram JP Rio 2016 e concluíram que os materiais publicados pelo CPB foram cruciais para os veículos de comunicação brasileiros que não cobriram os JP *in loco*. Da mesma forma, jornalistas da “Aliança Latino-Americana de Jornalismo e Paralimpismo” (Argentina, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, México, Peru e Venezuela) também afirmaram que o conteúdo das instituições esportivas foi uma de suas principais fontes para produção de notícias sobre o Rio 2016 (Meléndez-Labrador, 2022).

Analisar a produção dessas assessorias de imprensa é essencial, pois elas são representantes oficiais do esporte paralímpico em seus países. Seus discursos, portanto, tendem a ganhar credibilidade e legitimidade. Assim, a forma como retratam as atletas pode ser reproduzida, contribuindo – ou dificultando – o processo de legitimação do paradesporto feminino e o engajamento de atletas mulheres.

Considerando o contexto supracitado, desenvolvemos um estudo para investigar as seguintes questões: Houve equidade de gênero na cobertura do CPB dos JP Rio 2016 e Tóquio 2020? Se não, quais foram as principais diferenças na forma como atletas homens e mulheres foram tratados? Para responder a essas questões, nossos objetivos foram verificar a distribuição das publicações entre os gêneros, avaliar se o uso de critérios de noticiabilidade foi equitativo para atletas de ambos os gêneros e analisar aspectos da composição do texto para determinar se eles foram consistentemente aplicados entre os gêneros.

Embora este estudo tenha se concentrado nas publicações das assessorias de imprensa de apenas uma NPC – o CPB –, nossos achados podem revelar características das publicações de outras assessorias de imprensa de NPCs em contextos semelhantes. Também podem ajudar estas instituições – e outros meios de comunicação que contam com eles para na cobertura – a melhorar as questões de equidade de gênero em sua cobertura de esportes paralímpicos.

6.2 CONTEXTUALIZAÇÃO

6.2.1 Participação de Mulheres nos Jogos Paralímpicos

A sociedade tem se organizado historicamente como um espaço de dominação masculina e de opressão das mulheres (Beauvoir, 2016; Rubin, 1993; Scott, 1995). Além do gênero, outros marcadores sociais como deficiência, raça e classe social influenciam o processo de opressão vivenciado pelas mulheres (Collins; Bilge, 2021; Crenshaw, 1991). A intersecção entre gênero e deficiência, por exemplo, gera uma dupla estigmatização (Kirakosyan, 2021; Traustadottir, 1990). As mulheres com deficiência tendem a ter menores níveis de escolaridade, maiores taxas de pobreza e são mais suscetíveis a sofrer diferentes tipos de violência (United Nation, 2018). No Brasil, as mulheres representam 58,7% das pessoas com deficiência entre 18 e 59 anos, contudo menos da metade dessas mulheres (45,5%) está em empregos formais. Entre os homens, esse percentual é de 51,3%. Mais da metade dessas mulheres está em empregos informais (51,4%), enquanto entre os homens com deficiência, esse percentual cai para 39,1% (Botelho, 2022).

O esporte produz e reproduz a discriminação de gênero, sendo majoritariamente dominado por homens (Antunovic; Whiteside, 2018; Kirakosyan, 2021). Vale ressaltar que, no Brasil, até 1979, as mulheres eram legalmente proibidas de participar de esportes como futebol, levantamento de peso e esportes de combate, considerados incompatíveis com sua “natureza feminina” (Goellner, 2007). Disparidades semelhantes são evidentes dentro do Movimento Paralímpico, onde as mulheres com deficiência enfrentam desvantagens notáveis.

A participação das mulheres nos JP tem sido historicamente menor do que a dos homens (Houghton; Pieper; Smith, 2022; Ogoura, 2022b). Desde Roma, 1960, até Sydney 2000, a participação feminina foi inferior a 30% (Brittain; Beacom, 2018). Esse percentual só ultrapassou 30% a partir de Atenas 2004 (Houghton; Pieper; Smith, 2017). Consideremos, por exemplo, as duas últimas edições dos JP. Rio 2016 teve 4.328 atletas, sendo 2.657 homens (61%) e 1.671 mulheres (39%). Em sua última edição, Tóquio 2020, o evento reuniu 4.403 atletas, sendo 2.550 homens (58%) e 1.853 mulheres (42%) (IPC, 2024).

A inequidade de gênero dentro do Movimento Paralímpico influencia e é reforçada pelo programa esportivo dos JP, que continua priorizando modalidades dominadas por homens. A edição Rio 2016 contou com 22 modalidades, sendo duas exclusivamente masculinas –

futebol para cegos e futebol PC²¹ (Houghton; Pieper; Smith, 2022; Ogoura, 2022b). Tóquio 2020 teve 22 modalidades em seu programa, sendo uma – Futebol para Cegos – exclusivamente masculina (Houghton; Pieper; Smith, 2022; Ogoura, 2022b).

Outra questão que contribui para a participação limitada das mulheres como atletas nos JP é que os atletas homens dominam a participação em disciplinas mistas (Dean *et al.*, 2023; Houghton; Pieper; Smith, 2022). Por exemplo, no rúgbi em cadeira de rodas nos JP Rio 2016, as mulheres representaram apenas 2,1% (Houghton; Pieper; Smith, 2017), e em Tóquio 2021, foram apenas 4,3% dos atletas da modalidade (Houghton; Pieper; Smith, 2022). No Brasil, a equipe de rúgbi em cadeira de rodas dos JP Rio 2016 foi composta exclusivamente por homens (IPC, 2016b). Isso provavelmente aconteceu porque, embora o rúgbi em cadeira de rodas seja misto, não há exigência mínima da presença de mulheres na equipe. Em vez disso, há um bônus no sistema de classificação. Para cada mulher em quadra, a equipe pode adicionar mais 0,5 à soma máxima de funcionalidade permitida para atletas em quadra (Dean *et al.*, 2023).

De acordo com Dean *et al.* (2023), a estruturação de eventos mistos nos JP é uma ação do IPC para tentar aumentar a participação feminina no evento e, finalmente, alcançar a paridade de gênero. Entretanto, esse tipo de iniciativa tem se mostrado ineficiente e nem sempre atinge aos NPCs da maneira esperada (Dean *et al.*, 2022, 2023).

Buscar a paridade, que se refere à busca da igualdade numérica na participação de homens e mulheres, sem garantir os meios necessários para que isso ocorra, é insuficiente. Há necessidade de equidade de gênero, o que, como explicam Peers *et al.* (2023), implica o pressuposto de que homens e mulheres partem de condições desiguais e que somente por meio de ações afirmativas capazes de enfrentar essas desigualdades é que se pode alcançar justiça social.

6.2.2 Critérios de noticiabilidade e tendências narrativas geralmente associadas à deficiência

Os critérios de noticiabilidade são os principais fatores que influenciam o processo de seleção e produção de notícias (Alves, 2018; Wolf, 2018). Baseiam-se no reconhecimento do valor e do potencial da informação para fins específicos dentro de contextos sociais específicos (Wolf, 2018). Eles impactam diretamente se determinados fatos e eventos são considerados noticiosos e quais devem ser priorizados (Santos; Solves; Souza, 2020b; Wolf, 2000).

²¹ Nos JP do Rio 2016, esses esportes eram chamados de Futebol de 5 e Futebol de 7, respectivamente.

Estudos anteriores mostraram que a cobertura paralímpica tende a perpetuar certas questões e estigmas comumente associados às deficiências (Pearson; Misener, 2022), como trivialização, infantilização, vitimização e *supercrip*.

A trivialização ocorre quando as narrativas desviam a atenção das conquistas esportivas das/dos atletas para explorar aspectos de suas vidas pessoais, como escolhas de roupas, relacionamentos pessoais e atividades recreativas. Essa categoria foi inicialmente discutida nos Estudos Feminista de Mídia, que descobriram que a cobertura midiática dos esportes femininos muitas vezes se concentra em questões não relacionadas às suas conquistas esportivas (Cooky; Antunovic, 2022). De acordo com autores como Pappous, Marcellini e Léséleuc (2011), esse tipo de fenômeno tende a ocorrer na cobertura de esportes paralímpicos e tende a se aplicar principalmente a atletas mulheres (Hardin; Hardin, 2005; Pappous; Marcellini; De Léséleuc, 2011; Poffo *et al.*, 2017).

A infantilização diz respeito à prática de tratar as pessoas com deficiência como crianças, utilizando adjetivos infantis e termos diminutivos (Duncan, 2006; Léséleuc; Pappous; Marcellini, 2010; Poffo *et al.*, 2017). Isso pode ser verificado, por exemplo, no uso de termos como “meninos” e “meninas” para se referir a atletas paralímpicas/paralímpicos (Poffo *et al.*, 2017). Isso ocorre frequentemente devido a crenças equivocadas em relação às vulnerabilidades percebidas das PCD. Isso, segundo Pappous, Marcellini, Léséleuc (2011), aplica-se ainda mais especialmente mais às mulheres do que aos homens com deficiência, uma vez que as mulheres tendem a ser percebidas como mais frágeis e dependentes delas (Léséleuc; Pappous; Marcellini, 2010).

A vitimização ocorre quando as/os atletas são retratadas/os como vítimas de suas circunstâncias associadas à deficiência, amplificando assim um sentimento de tragédia (Hardin; Hardin, 2005; Oliveira; Poffo; Souza, 2018; Poffo *et al.*, 2018). As narrativas de vitimização tendem a se concentrar nas histórias de vida supostamente tristes das/dos atletas. Termos como “perda”, “incapaz” e “sofrimento” são constantemente usados em tom de tragédia, com o objetivo de atrair a simpatia dos leitores (Hilgemberg; Araújo; Lima, 2019; Poffo *et al.*, 2017).

A narrativa *supercrip* enfatiza o triunfo das PCD sobre as adversidades, retratando as/os atletas como figuras sobre-humanas ou super-heróis/super-heroínas (Hardin; Hardin, 2004; Oliveira; Poffo; Souza, 2018; Silva; Howe, 2012b). Embora em alguma medida ajude a combater a imagem da/do atleta como vítima, também pode fomentar uma falsa crença de que todas as PCD podem alcançar grandes feitos, desde que se esforcem. Isso pode levar a culpar

aqueles que não atingem esses feitos (Hardin; Hardin, 2004; Poffo *et al.*, 2017; Silva; Howe, 2012b).

6.2.3 A cobertura brasileira dos Jogos Paralímpicos

Estudos anteriores realizados no Brasil forneceram algumas análises da cobertura midiática dos Jogos Paralímpicos (Santos (Santos *et al.*, 2019; Souza *et al.*, 2023), os principais critérios de noticiabilidade utilizados pelos jornalistas brasileiros em 2016 (Santos; Solves; Souza, 2020a), o processo de produção de notícias (Santos; Solves; Souza, 2020b) e tendências do uso de narrativas comumente associadas à deficiência, como trivialização, infantilização, vitimização e *supercrip* (Hilgemberg; Araújo; Lima, 2019; Oliveira; Poffo; Souza, 2018; Poffo *et al.*, 2017, 2018). Nenhum destes estudos supracitados enfocou questões de gênero.

Até o momento, há apenas três estudos abordaram a questão das mulheres na cobertura Paralímpica o Brasil. Figueiredo (2014) analisou as imagens publicadas em um veículo de comunicação brasileiro durante os JP Londres 2012 e constatou que as mulheres eram retratadas passivamente e aderindo aos padrões sociais de feminilidade (uso de maquiagem, penteados e joias). Hilgemberg, Araújo e Lima (2019), analisaram a cobertura de três jornais brasileiros durante os JP Rio 2016 e, diferentemente dos achados de Figueiredo (2014), constataram que a maioria das imagens de atletas mulheres as retratava em ação, usando uniformes e no pódio. Por fim, Carlos (2021), analisou imagens de três jornais brasileiros durante a Rio 2016, concluindo que houve vitimização da mulher e associação com papéis de cuidado e família.

Esses três estudos concluíram que há uma sub-representação das mulheres na cobertura fotográfica. Nenhum estudo analisou a composição textual das publicações para entender como as esportistas paralímpicas foram representadas.

6.3 METODOLOGIA

Utilizamos uma abordagem quantiquantitativa e descritiva. Optamos por essas abordagens visando a complementaridade entre os dados quantitativos e o processo de descrição e detalhamento das informações.

6.3.1 Coleta de dados

A coleta de dados envolveu todas as publicações, ou seja, releases, artigos, imagens e informações sobre as competições. O CPB possui em seu site institucional uma página dedicada

à publicação de notícias, onde sua assessoria de imprensa divulga diariamente posts sobre diversos acontecimentos do Movimento Paralímpico Brasileiro. Coletamos todas as publicações no site do CPB, no item “Imprensa”, subitem “Notícias”², entre os dias 1º e 24 de setembro de 2016 e de 17 de agosto a 12 de setembro de 2021. Escolhemos esse recorte temporal para que pudéssemos analisar não só os dias dos eventos, mas também os sete dias antes e depois das edições Rio 2016 e Tóquio 2020. Iniciamos a pesquisa em 2020. Portanto, a coleta de dados referente ao Rio 2016 ocorreu retrospectivamente entre os dias 7 e 8 de julho de 2020. A coleta de dados para Tóquio 2020 ocorreu em setembro de 2021.

Estabelecemos os seguintes critérios para inclusão das publicações no estudo: a) abordar questões relacionadas ao esporte e/ou atletas paralímpicos/paralímpicos; b) incluir conteúdo textual, visual ou uma combinação destes conteúdos; c) estar diretamente ligado com o envolvimento de atletas nos JP Rio 2016 e Tóquio 2020. Por outro lado, excluimos as publicações que: a) eram exclusivamente em vídeos – quando havia elementos textuais e vídeo, concentramos nossa análise no conteúdo textual, desconsiderando o componente vídeo, uma vez que requer uma abordagem metodológica diferente, que contemplaremos em estudos futuros; b) tratavam de diversos esportes ou competições sem uma conexão direta com os JP; c) davam enfoque em treinadoras/treinadores, organizações ou entidades gestoras sem vínculo substancial com os JP.

Para subsidiar a análise dos dados, coletamos alguns dados adicionais nos sites oficiais dos JP Rio 2016 e Tóquio 2020, incluindo contagens de atletas e medalhas por gênero, modalidades esportivas por gênero e conquistas das/dos atletas brasileiras/brasileiros.

6.3.2 Análise de dados

Após coletarmos todas as publicações que se enquadravam no escopo do estudo, computamos sua distribuição entre os gêneros e contabilizamos quando as publicações e imagens apresentavam atletas homens, atletas mulheres ou ambos. Consideramos como “não se aplica” quando as publicações não tratavam diretamente de um/uma atleta e quando as pessoas nas imagens não eram atletas.

Especificamente para a análise das imagens, categorizamos como “outras” quando as imagens não incluíam pessoas, apenas paisagens, locais de competição ou objetos. Quantificamos as imagens para compreender sua distribuição por gênero e verificar a distribuição das/dos protagonistas por gênero nas publicações. A análise detalhada das imagens será objeto de outro estudo.

Utilizamos a técnica de análise do conteúdo de Bardin (2009). Realizamos uma leitura inicial observando e destacando questões relacionadas ao nosso objetivo de pesquisa. Posteriormente, para cada questão observada, estabelecemos critérios de verificação, categorização, quantificação e análise das informações.

Para determinar se os critérios de noticiabilidade foram aplicados de forma justa para atletas de ambos os gêneros, tomamos como referência Santos, Solves e Souza (2020b), que investigaram o processo de produção de notícias durante os JP Rio 2016, entrevistando jornalistas de diferentes veículos de comunicação. Este estudo concluiu que os principais critérios de noticiabilidade foram expectativa de medalhas, resultados e número de medalhas. Após uma leitura inicial, verificamos se a maioria dos tópicos abordados pela CPB se enquadrava nessas categorias e, em caso afirmativo, se esses critérios foram aplicados de forma equitativa para atletas de ambos os gêneros.

A análise textual considerou as seguintes questões: as principais características das publicações, se elas valorizavam igualmente a participação e as realizações de atletas de ambos os gêneros nos JP e se havia diferença no tratamento de atletas homens e mulheres. Verificamos também se a instituição utilizou narrativas que contribuíram para o empoderamento das atletas. Por exemplo, momentos em que a instituição destacou marcos históricos e recordes alcançados por atletas mulheres. Examinamos como e quantas vezes a instituição fez isso em ambas as coberturas.

Nossa análise preliminar do texto destacou questões que necessitavam ser mais exploradas. Notamos uma tendência de atletas homens serem mais frequentemente retratados como protagonistas e serem citados diretamente. Para confirmar a validade e a consistência dessa observação em todas as publicações, examinamos elementos específicos em cada texto. Primeiramente, determinamos a presença de um/uma protagonista e espaços de fala.

Estabelecemos três critérios para identificar um/uma protagonista: a) seu nome foi mencionado no título; b) foram retratados em imagens que acompanhavam o texto; e c) possuíam espaço de fala. Uma/Um atleta era categorizada/o como protagonista se preenchesse pelo menos dois desses critérios. Quando atletas de diferentes gêneros atendiam a um número igual de critérios, rotulávamos a/o protagonista como “não identificado”.

Em nossa análise preliminar também observamos disparidades de gênero no emprego de termos específicos para introduzir narrativas secundárias após as narrativas de protagonistas. Observamos a utilização de frases como “as outras finalistas” ou “quem também compete hoje”, reforçando a posição secundária das mulheres no esporte. Consequentemente, optamos por examinar sistematicamente o uso desses termos. Avaliamos quais termos contribuíram para

essa posição secundária, a frequência de seu uso e se houve divergência de gênero em sua aplicação.

Posteriormente, computamos a distribuição dos espaços de fala por gênero e sua ordem de apresentação nas publicações. Também avaliamos se as/os atletas discutiam suas próprias performances nessas citações. Caso contrário, anotamos o gênero da pessoa que falou em nome da/do atleta.

Na análise textual também consideramos se a entidade reproduzia as seguintes narrativas identificadas em estudos anteriores sobre a cobertura midiática dos JP: trivialização (Hardin; Hardin, 2005; Léséleuc; Pappous; Marcellini, 2010; Pappous; Marcellini; De Léséleuc, 2011; Poffo *et al.*, 2017), infantilização (Duncan, 2006; Léséleuc; Pappous; Marcellini, 2010; Pappous; Marcellini; De Léséleuc, 2011; Poffo *et al.*, 2018), vitimização (Hardin; Hardin, 2005; Oliveira; Poffo; Souza, 2018; Poffo *et al.*, 2017) e *supercrip* (Hardin; Hardin, 2004; Oliveira; Poffo; Souza, 2018; Pappous; Brown, 2018; Poffo *et al.*, 2017; Silva; Howe, 2012b). Ao buscarmos essas questões, também analisamos se havia diferença de gênero no uso destas narrativas.

Catalogamos todos os dados em planilha *Excel*. Para cada publicação, catalogamos as seguintes informações para cada atleta mencionada/mencionado nas publicações: data; título; nome da/do atleta, gênero, tipo de deficiência e disciplina esportiva; se a publicação tinha uma imagem e quem – ou o que – aparecia na imagem; a ocorrência – ou falta dela – de cada categoria analisada juntamente com um trecho correspondente; se a publicação apresentava exclusivamente um gênero ou se ambos os gêneros estavam representados e, nesses casos, quem era a/o protagonista; os principais temas abordados em cada publicação.

É importante notar que, para este estudo, focamos exclusivamente na intersecção entre gênero e deficiência para aprofundar a interação entre essas duas variáveis. Além disso, considerando que os JP aderem a uma ordem binária cisgênero, neste estudo, focamos nessa perspectiva para que pudéssemos explorá-la em profundidade. Em pesquisas futuras, pretendemos explorar as interseções entre gênero e deficiência com outros marcadores sociais, como raça, etnia, classe social e outras identidades de gênero, para determinar como estes também afetam a representação de atletas nas publicações.

6.4 RESULTADOS

O CPB divulgou um total de 164 artigos sobre os JP Rio 2016 e 96 artigos sobre os JP Tóquio 2020. Após aplicarmos os critérios de inclusão e exclusão estipulados, o *corpus* de análise abrangeu 151 publicações da edição Rio 2016 e 91 da edição Tóquio 2020.

A cobertura dos JP Rio 2016 apresentou um volume consideravelmente maior em relação aos JP de Tóquio 2020, uma vez que o primeiro foi sediado no Brasil, facilitando aspectos logísticos da cobertura. Além disso, durante os JP Rio 2016, o público brasileiro expressou uma demanda crescente por informações relacionadas aos JP (Santos; Solves; Souza, 2020b). Isso provavelmente também contribuiu para uma maior produção de notícias.

Estruturamos a apresentação de nossa análise em três seções distintas: distribuição das publicações por gênero, critérios de noticiabilidade e aspectos da composição textual.

6.4.1 Distribuição das publicações por gênero

A Tabela 13 mostra a distribuição das publicações por gênero (analisamos as imagens separadamente). Classificamos como “não se aplica” (NA) todas as publicações que não abordavam diretamente as/os atletas.

TABELA 13 – DISTRIBUIÇÃO DE PUBLICAÇÕES POR GÊNERO

	Feminino	Masculino	Ambos	NA
RIO 2016	9 (6%)	48 (32%)	86 (57%)	7 (5%)
TÓQUIO 2020	7 (8%)	20 (22%)	59 (64%)	6 (%)
TOTAL	16 (7%)	68 (28%)	144 (60%)	13 (5%)

FONTE: Dados da pesquisa.

Houve notável prevalência de publicações centradas exclusivamente em atletas homens em ambas as edições. Na cobertura dos JP Rio 2016, aproximadamente 32% das publicações focaram exclusivamente em atletas homens, enquanto apenas 6% se concentraram exclusivamente em atletas mulheres, resultando em uma diferença percentual de 26% entre eles. Nos JP Tóquio 2020, 22% das publicações foram dedicadas a atletas homens e 8% dedicadas a atletas mulheres, resultando em uma redução na diferença percentual, que foi 14%.

Dos 151 artigos relacionados aos JP Rio 2016, um total de 145 continham imagens. Quanto aos JP Tóquio 2020, encontramos 98 imagens nas 91 publicações. Assim, analisamos

um total de 244 imagens. Como podemos ver na Tabela 14, o número de imagens de homens é significativamente maior do que o de mulheres nas duas edições.

TABELA 14 – DISTRIBUIÇÃO DAS IMAGENS POR GÊNERO

	Feminino	Masculino	Ambos	NI	Outros
Rio 2016	34 (24%)	86 (59%)	9 (6%)	9 (6%)	7 (5%)
Tóquio 2020	23 (24%)	59 (60%)	3 (3%)	3 (3%)	10 (10%)

FONTE: Dados da pesquisa.

NOTA: Atribuímos as imagens à categoria “Outros” quando elas não representavam atletas (por exemplo: locais, paisagens, medalhas e outras pessoas).

Como indicado por Santos, Solves e Souza (2020b), a mídia esportiva tende a se concentrar em resultados. Assim, examinamos o número de publicações e imagens em relação ao número de atletas e medalhas.

TABELA 15 – DISTRIBUIÇÃO DE ATLETAS E MEDALHAS DA DELEGAÇÃO BRASILEIRA POR GÊNERO

		RIO 2016			TÓQUIO 2020				
		Atletas	Medalhas		Atletas	Medalhas			
			Ouro	Prata	Bronze		Ouro	Prata	Bronze
Feminino	102 (36%)		3	6	12	96 (37%)	7	8	14
		Total: 21 (28%)			29 (39%)				
			Ouro	Prata	Bronze		Ouro	Prata	Bronze
Masculino	184 (64%)		12	23	18	164 (63%)	15	13	16
		Total: 53 (72%)			46 (61%)				

FONTE: Dados da pesquisa.

NOTA: As medalhas para eventos mistos foram contabilizadas para ambos os gêneros.

Nos JP Rio 2016, o Brasil garantiu um total de 72 medalhas, sendo 51 conquistadas por atletas homens, 19 por atletas mulheres e 2 em provas mistas. Em Tóquio 2020, o Brasil voltou a conquistar 72 medalhas, sendo 43 masculinas, 26 femininas e 3 mistas. (CPB, 2023b). Para fins deste estudo, na Tabela 15 contabilizamos as medalhas em eventos mistos para ambos os gêneros, uma vez que todas as equipes brasileiras ganhadoras de medalhas incluíam atletas homens e mulheres.

Durante os JP Rio 2016, a delegação brasileira exibiu um excedente de 28% de atletas homens, que conquistaram 44% mais medalhas e obtiveram 26% mais publicações centradas exclusivamente neles. Em Tóquio 2020, os atletas homens representaram 26% a mais da equipe,

garantiram 21% mais medalhas e foram destaque em 13% mais publicações. Os homens garantiram nove medalhas de ouro a mais que as mulheres nos JP Rio 2016 e outras oito em Tóquio 2020.

Nem a composição de gênero dos atletas nem a quantidade de medalhas alcançadas em ambas as edições foram suficientes para explicar o menor percentual de imagens protagonizadas por atletas mulheres. Nos JP Rio 2016, as mulheres representaram 36% da equipe, garantiram 28% das medalhas e foram retratadas em 24% das imagens. Em paralelo, em Tóquio 2020, as mulheres representaram 37% da equipe, obtiveram 39% das medalhas e mais uma vez apareceram em apenas 24% das imagens. Mesmo com o aumento do número de mulheres na equipe e do número de medalhas conquistadas por elas, não houve mudança no percentual de imagens delas.

6.4.2 Critérios de noticiabilidade

As publicações abordaram diversos temas, incluindo agendamento de eventos para o dia seguinte, resumos de provas e partidas, pontuações e tempos finais alcançados pelas/pelos atletas, recordes anteriores, recordes estabelecidos naquela edição dos JP, resultados anteriores das/dos atletas, resultados das/dos atletas nas etapas classificatória e final e medalhas obtidas pelas/pelos atletas.

A maioria dos temas abordados se enquadrava nos mesmos critérios de noticiabilidade mais importantes apontados por Santos, Solves e Souza (2020b): expectativa de medalhas, resultados e número de medalhas. Note-se que o critério de resultados pode ou não corresponder ao critério de número de medalhas, uma vez que engloba também os resultados em etapas classificatórias. De acordo com os jornalistas entrevistados por Santos, Solves e Souza (2020b), quando havia expectativa de medalhas para as/os atletas que competiam no dia seguinte, eles se organizavam para cobrir os eventos que essas/esses atletas estariam participando.

6.4.2.1 Critério expectativa de medalhas

Verificamos que o critério de expectativa de medalhas foi aplicado consistentemente aos atletas homens na cobertura dos JP Rio 2016. Entretanto, esse nem sempre foi o caso das atletas mulheres. Houve casos em que homens receberam destaque, enquanto as mulheres foram mencionadas apenas brevemente nas seções finais das publicações. Por exemplo, em uma publicação relatando os resultados das finais da natação em 10 de setembro de 2016 (CPB,

2016b), o atleta André Brasil, apesar de não ter subido ao pódio, recebeu destaque com espaço de fala. Notoriamente, este atleta conquistou várias medalhas nos JP Pequim 2008 e Londres 2012, aumentando assim as expectativas para o seu sucesso. Por outro lado, uma situação paralela envolvendo a corredora Terezinha Guilhermina – medalhista nos JP Atenas 2004 e multimedalhista nos JP Pequim 2008 e Londres 2012 – não rendeu o mesmo nível de atenção na cobertura. Não observamos casos semelhantes no contexto dos JP Tóquio 2020, onde apenas atletas que conquistaram medalhas ganharam destaque nas publicações.

6.4.2.2 Critério de número de medalhas

Em relação ao critério de número de medalhas, cinco medalhas conquistadas por mulheres não receberam publicação exclusiva e nem destaque em publicações abrangendo ambos os gêneros nos JP Rio 2016. Em contrapartida, não observamos a ocorrência de situações semelhantes na cobertura dos atletas homens, independentemente do ranking, suas medalhas foram consistentemente destacadas, inclusive em publicações exclusivas. Nos JP Rio 2016, das 19 medalhas femininas, apenas 14 receberam destaque da cobertura. Por outro lado, no caso dos homens, houve um número maior de destaques na cobertura (54) do que de medalhas conquistadas (51).

Um exemplo ilustrativo pertence à mesatenista Bruna Alexandre, que se tornou a primeira mulher brasileira a garantir um lugar no pódio em provas individuais da modalidade nos JP. Sua conquista foi noticiada por duas publicações que abrangeram várias conquistas brasileiras. Logo na primeira publicação, o protagonista foi o halterofilista Evânio Rodrigues, que, assim como Bruna Alexandre, garantiu uma medalha inédita em sua modalidade (CPB, 2016c). Evânio Rodrigues ganhou destaque em mais três publicações anunciando sua conquista, tratamento que não se estendeu à Bruna Alexandre.

Cenário semelhante ocorreu com a atleta Joana da Silva Neves, que conquistou duas medalhas de prata (50 m livre S5 e 4x50 m livre misto) e uma medalha de bronze (100 m livre S5). Uma de suas medalhas de prata foi mencionada em apenas uma publicação por meio de uma única frase: “Com a prata de Joana Silva nos 50 m livre S5, o Brasil fechou o dia” (CPB, 2016d). Já o nadador Matheus Rhein (bronze nos 400 m livre S11), por exemplo, teve sua única medalha destacada em duas publicações. Uma dessas publicações trazia sua imagem e espaço de fala do atleta. A cobertura de Tóquio 2020 exibiu com destaque todas as medalhas conquistadas pelas/pelos atletas brasileira/brasileiros, apresentando resultados e premiações de

acordo com a sequência cronológica dos eventos. Isso contribuiu para a mitigação de algumas hierarquias de gênero nas publicações.

6.4.2.3 Critério Resultados

O critério resultados nos JP Rio 2016 também favoreceu os atletas homens. As vitórias das atletas mulheres receberam comparativamente menos visibilidade do que conquistas menos significativas de seus contrapartes homens. Um exemplo ilustrativo é a cobertura do atleta Rodolpho Riskala, que terminou em 10º lugar no hipismo, e obteve uma publicação exclusiva discutindo seus resultados (CPB, 2016e).

Da mesma forma, Bruno Carra no halterofilismo e Luciano Resende no tiro com arco, ambos terminaram em 4º lugar em suas respectivas modalidades, também foram destaque em publicações exclusivas discutindo seus resultados (CPB, 2016f, 2016g). Esse tipo de situação não ocorreu com as mulheres. Apenas as mulheres que conquistaram medalhas receberam esse tipo de reconhecimento e, mesmo assim, nem todas as medalhas femininas foram destacadas nas publicações.

Em Tóquio 2020, a cobertura foi focada exclusivamente em resultados envolvendo medalhas, tanto para atletas homens quanto atletas mulheres, marcando uma melhora em relação à cobertura da edição anterior. O destaque dado a um/uma atleta foi diretamente proporcional ao nível de realização, com resultados mais altos ganhando mais atenção. Só houve uma exceção: em uma publicação que apresentou alguns resultados de atletas da natação, entre eles a prata de Cecília Araújo e o bronze de Thalysson Glock (CPB, 2021b). Mesmo com o resultado melhor, apenas Thalysson teve espaço de fala na publicação. Na cobertura de Tóquio 2020, as publicações exclusivas foram reservadas apenas para resultados que levaram à conquista da medalha de ouro, significando um maior equilíbrio da cobertura dos resultados obtidos por atletas de ambos os gêneros.

6.4.3 Aspectos da composição textual

Nesta sessão, analisamos os seguintes elementos: protagonismo, espaço de fala, narrativas comumente associadas à deficiência e destaques de resultados femininos inéditos.

6.4.3.1 Protagonismo

Realizamos uma análise de todas as publicações que abrangeram ambos os gêneros para identificar as/os protagonistas. Analisamos 147 publicações, sendo 86 da cobertura Rio 2016 e 59 de Tóquio 2020. Classificamos como “não identificado” (NI), quando não era possível determinar um/uma protagonista.

TABELA 16 – PROTAGONISTAS POR GÊNERO EM PUBLICAÇÕES QUE ABRANGERAM ATLETAS HOMENS E MULHERES

	Feminino	Masculino	NA
RIO 2016	10 (12%)	33 (38%)	43 (50%)
TÓQUIO 2020	12 (20%)	19 (32%)	28 (48%)

FONTE: Dados da pesquisa.

As mulheres assumiram o papel de protagonistas em apenas 12% das publicações que abordaram ambos os gêneros nos JP Rio 2016. Esse percentual foi inferior a um terço da cobertura dedicada a atletas homens (38%). Por outro lado, durante os JP Tóquio 2020, o percentual de protagonistas mulheres aumentou para 20%, enquanto o percentual dos homens diminuiu para 32% das publicações. Essa mudança provavelmente se deve ao fato de que as atletas mulheres garantiram mais medalhas nos JP Tóquio 2020.

Na cobertura dos JP Rio 2016, considerando as 33 publicações em que homens foram posicionados como protagonistas e mulheres assumiram papéis secundários, aproximadamente 57% (19 casos) empregaram terminologia que reforçou a percepção das mulheres em papéis secundários. Isso pode ser observado, por exemplo, nos seguintes trechos das publicações: “Ainda na pista do Engenhão, Terezinha Guilhermina também entra em ação” (CPB, 2016h); “Além dele, Alana Maldonado pode ser a primeira mulher brasileira a subir ao lugar mais alto do pódio” (CPB, 2016i); “Além deles, Marivana Oliveira também sagrou-se medalhista paralímpica” (CPB, 2016j); “Confira o que Clodoaldo e Joana Neves, outra finalista do dia, falaram após as eliminatórias da manhã” (CPB, 2016k).

O uso de termos como “também”, “além de”, e “outra” reforça a noção de que as atletas foram atribuídas papéis secundários. Essas palavras transmitem a ideia de que há informações mais importantes em primeiro plano e detalhes menos significativos em segundo plano. Não observamos esses termos ou qualquer equivalente em publicações em que os homens desempenharam papéis secundários na cobertura Rio 2016. Em contrapartida, nos JP Tóquio

2020, termos como “outros/outras”, “também”, e “além disso”, foram amplamente utilizados para introduzir narrativas secundárias para ambos os gêneros.

6.4.3.2 Espaço de fala

Considerando as 150 publicações voltadas referentes à cobertura do JP Rio 2016, 110 (73%) delas veicularam falas de atletas. Entre as 91 publicações relacionadas aos JP Tóquio 2020, 56 (62%) possuíam espaço de fala.

TABELA 17 – ESPAÇO DE FALA

	Feminino	Masculino	Ambos
RIO 2016	14 (13%)	64 (58%)	32 (29%)
TÓQUIO 2020	8 (14%)	25 (45%)	23 (41%)

FONTE: Dados da pesquisa.

Houve discrepância significativa no espaço de fala de atletas homens e mulheres. Dentro da cobertura dos JP Rio 2016, apenas 13% das publicações apresentavam exclusivamente falas de atletas mulheres, enquanto 58% apresentavam exclusivamente falas de atletas homens. Isso gerou uma diferença substancial de 45%. Em Tóquio 2020, a porcentagem de citações de falas de mulheres aumentou ligeiramente para 14%, enquanto o espaço de fala dos homens diminuiu para 45%.

Apesar disso, os homens ainda mantiveram uma diferença percentual de 31% a mais de espaço de fala, em contraste com as mulheres. A alocação de medalhas por gênero pode ter contribuído para a maior ocorrência veiculação de discursos de atletas homens na cobertura dos JP Rio 2016. Os homens garantiram 44% mais medalhas, o que pode explicar os 45% mais de publicações com suas falas. Entretanto, durante a edição de Tóquio 2020, a contagem de medalhas masculinas foi apenas 20% maior do que a femininas, mas os homens ainda obtiveram 31% a mais de espaço de fala. Nesse contexto, a distribuição de medalhas não forneceu uma explicação suficiente para essa diferença percentual de 31% de publicações com espaço de fala exclusivamente de atletas homens.

Na cobertura dos JP Rio 2016, entre as 32 publicações que traziam citações de atletas de ambos os gêneros, as falas dos homens foram veiculadas primeiro em 24 casos (75%). Por outro lado, as falas das mulheres ficaram em primeiro lugar em apenas oito publicações (25%). Em Tóquio 2020, das 23 publicações que apresentaram discursos de ambos os gêneros, os

discursos dos homens ficaram em primeiro lugar em 13 casos (57%). As falas das mulheres ficaram em primeiro lugar em 10 publicações (43%). O melhor equilíbrio na distribuição de protagonistas homens e mulheres nesta edição provavelmente teve uma influência positiva nesses casos.

Além disso, durante a cobertura dos JP Rio 2016, houve três casos em que atletas homens receberam espaço para falar por si mesmos e comentar as conquistas de suas contrapartes femininas. Um caso ilustrativo diz respeito a uma publicação sobre o remo, onde Michel Pessanha falou sobre sua companheira, Josiane Lima: “Há dois anos vivo só do esporte, e é um prazer remar com uma pessoa tão experiente como a Josiane” (CPB, 2016l), disse Michel, referindo-se à experiência de sua parceira de barco.

Josiane Lima estreou em Pequim 2008, onde garantiu a medalha de bronze na categoria dupla mista. Desde então, ela participou de todas as edições subsequentes dos JP, acumulando experiência substancial no esporte. Entretanto, nem a publicação citada nem qualquer outra que abordasse os JP Rio 2016 lhe deram a oportunidade de se expressar. Em vez de ser concedido espaço e visibilidade para a atleta, a habilidade de Josiane Lima como atleta foi afirmada pelas palavras de um atleta homem, seu parceiro de dupla e estreante em JP.

6.4.3.3 Narrativas comumente associadas à deficiência

Não encontramos casos de trivialização, vitimização ou *supercrip*. A instituição focou principalmente nos aspectos esportivos das/dos atletas e não se aprofundou em suas questões pessoais, histórias de vida, narrativas de superação da deficiência ou qualquer coisa não relacionada ao esporte. As/Os atletas foram consistentemente referidas/referidos como atletas e descritas/descritos a partir de expressões que as/os retratavam como esportistas (por exemplo, a/o halterofilista, a/o nadadora/nadador, a/o mesatenista).

Verificamos casos de infantilização apenas com atletas mulheres. Elas foram referidas como meninas em 10 publicações relacionadas aos JP Rio 2016 e em cinco publicações relacionadas aos JP Tóquio 2020. Apresentamos a seguir dois exemplos dessas ocorrências: “o time masculino joga às 9h e as meninas às 10h30” (CPB, 2016m); “o próximo compromisso das meninas será diante da Turquia [...] já a partida da Seleção masculina aconteceu na manhã desta sexta-feira” (CPB, 2021c). Apenas as mulheres foram infantilizadas. Nas mesmas publicações em que os atletas homens foram referidos como time ou seleção, as atletas mulheres foram referidas como meninas.

6.4.3.4 Destaques de resultados femininos inéditos

Dez publicações relacionadas aos JP Rio 2016 e oito publicações relacionadas aos JP Tóquio 2020 destacaram resultados femininos inéditos, favorecendo o processo de empoderamento e visibilidade do esporte feminino.

Por exemplo, uma publicação resumindo os resultados da natação Rio 2016 citou a fala da atleta Joana Neves, destacando seu sucesso e a progressão das mulheres nos esportes paralímpicos: “Fui a única mulher que levou duas medalhas individuais, e saber que as mulheres estão crescendo no mundo paralímpico, evoluindo, é uma satisfação tremenda para mim” (CPB, 2016k). Aqui, a atleta é colocada como uma figura central e uma duplamente medalhista. Por outro lado, como mencionamos anteriormente, em outra publicação, seu papel foi minimizado e uma de suas medalhas foi negligenciada.

Vejamos outro exemplo ilustrativo da cobertura do Rio 2016: “Mais de 8.000 torcedores estiveram presentes [...] para acompanhar a conquista da primeira medalha paralímpica da história do Vôlei Sentado brasileiro. E ela veio com a equipe feminina, que deu um show em quadra” (CPB, 2016n). A publicação menciona fatos que dão visibilidade à conquista da medalha feminina e destaca o fato de a disputa ter tido um público expressivo. Vale ressaltar, no entanto, que enquanto a publicação celebra a conquista feminina, sua manchete infantilizava as atletas: “Meninas do Brasil são bronze no vôlei sentado”.

A cobertura de Tóquio 2020 inclui duas publicações que mencionavam a meta do Planejamento Estratégico 2017/2024 do CPB, que estabelece o compromisso da instituição em aumentar a participação das mulheres nos esportes Paralímpicos. Além disso, também inclui uma publicação intitulada “Agora é que são elas: Força feminina garante três dos quatro ouros para o Brasil neste domingo, 29”. A publicação destaca alguns dos resultados alcançados pelas mulheres no evento e começa com a frase: “As mulheres brilharam neste quinto dia de competições dos Jogos Paralímpicos de Tóquio. Das sete medalhas conquistadas pelo Brasil, quatro foram de ouro, e, três delas, vieram no feminino” (CPB, 2021d).

6.5 DISCUSSÃO

Verificamos que não houve equidade de gênero na distribuição de publicações, imagens, protagonistas, espaço de fala, aplicação de critérios de noticiabilidade e uso de narrativas comumente associadas à deficiência.

6.5.1 (In)equidade na Distribuição das Publicações e Imagens

As mulheres estiveram sub-representadas nas publicações e imagens nas duas edições, tendência consistentemente identificada em estudos relacionados aos JP. Outros dois estudos revelaram a sub-representação das mulheres na cobertura dos JP Rio 2016. Cheong *et al.* (2020) analisaram a cobertura de meios de comunicação em 11 países (China, Irã, Japão, Malásia, Omã, Arábia Saudita, Cingapura, África do Sul, Coreia do Sul, Taiwan e Reino Unido). Houghton, Pieper e Smith (2017) analisaram veículos de comunicação nos EUA. Ambos os estudos concluíram que o menor número de mulheres participando dos JP influenciou esse cenário.

Houghton, Pieper e Smith (2017, 2022) analisaram a cobertura de quatro sites norte-americanos (ESPN, NBC Sports, The New York Times e USA Today) sobre os JP Rio 2016 (Houghton; Pieper; Smith, 2017) e Tóquio 2020 (Houghton; Pieper; Smith, 2022). As autoras apontaram que, nos JP Rio 2016, as mulheres constituíam apenas 38,6% da equipe dos EUA. Em Tóquio 2020, esse percentual subiu para 52%. Elas também observaram que, nos JP Rio 2016, 52,1% das publicações se concentraram exclusivamente em atletas homens, 42,3% em atletas mulheres e 5,6% em ambos os gêneros. Em Tóquio 2020, os percentuais foram de 30,5% para homens, 37,5% para mulheres e 32% para ambos os gêneros. Além disso, Houghton, Pieper e Smith (2022) observaram que em Tóquio 2020, as atletas mulheres tiveram mais imagens do que os homens, com 49,1% e 45,2%, respectivamente. Segundo essas autoras, esse aumento de visibilidade para as mulheres provavelmente se deve ao maior percentual de atletas mulheres (52%) na delegação dos EUA em Tóquio 2020.

Cheong, Khoo e Razman (2016) exploraram a cobertura fotográfica em oito jornais da Malásia durante os JP Londres 2012. Seus resultados revelaram que apenas 14,9% das imagens apresentavam atletas mulheres, enquanto 63,9% representavam predominantemente atletas homens. As mulheres constituíram 35,4% dos atletas da delegação da Malásia naquele ano, levando as/os autoras/autores a concluir que a distribuição de atletas por gênero não poderia explicar a disparidade representação delas nas imagens.

Na mesma linha, Hilgemberg, Araújo e Lima (2019) realizaram uma análise da cobertura fotográfica em três jornais brasileiros durante os JP Rio 2016. Estas/estes autoras/autores descobriram que 70% das imagens mostravam atletas homens, enquanto apenas 24% retratavam atletas mulheres. Para as/os autoras/autores, esse resultado demonstra que a cobertura não quebra a estrutura convencional esportiva, apenas o mantém como um espaço hegemonicamente masculino.

Nossos dados, em consonância com os achados de Hilgemberg, Araújo e Lima (2019) sobre a cobertura brasileira, enfatizam que a hiper-representação de imagens de atletas homens não pode ser justificada pelo percentual deles em ambos os eventos. Além disso, nossos dados indicam uma possível correlação entre o maior número de medalhas masculinas nos JP Rio 2016 e a prevalência de imagens de atletas homens. Entretanto, nem a distribuição de atletas por gênero nem a distribuição das medalhas por gênero foram suficientes para justificar a sub-representação das mulheres na cobertura de Tóquio 2020.

6.5.2 (In)equidade nos Critérios de Noticiabilidade e Papéis de Protagonista

Os critérios de noticiabilidade – expectativa de medalhas, resultados e número de medalhas – não foram aplicados de forma consistente para ambos os gêneros. Além disso, o destaque da cobertura das conquistas femininas foi inferior à dos resultados masculinos. A escolha por destacar apenas os resultados de atletas medalhistas na cobertura de Tóquio 2020 reduziu a disparidade de gênero na aplicação dos critérios de noticiabilidade. No entanto, essa escolha acaba sendo fundamentalmente desigual, já que não há equidade de gênero na participação das mulheres no evento.

Essa disparidade também ficou evidente no uso da linguagem, com termos como “outras/outros”, “além de” e “também” reservados exclusivamente para referências as atletas mulheres. Essa distinção linguística sugere uma desvalorização de sua participação a um status secundário na cobertura. Essas situações só ocorreram na cobertura dos JP Rio 2016.

Houve menor proporção de protagonistas mulheres e/ou publicações exclusivas sobre elas em ambas as edições. Essa mesma questão foi verificada por Ramon e Rojas-Torrijos (2023). Estes autores analisaram postagens no Twitter vinculadas às contas de 15 páginas esportivas europeias oficialmente credenciadas pelo IPC para a cobertura dos JP Tóquio 2020. Os países envolvidos neste estudo foram: Bélgica, República Tcheca, Finlândia, França, Alemanha, Irlanda, Itália, Letônia, Holanda, Noruega, Polônia, Espanha, Suécia, Suíça e Reino Unido. Os autores constataram que em apenas quatro deles (Irlanda, Noruega, Suécia e Suíça) havia maior percentual de protagonistas mulheres.

Tais situações contribuem para reforçar a percepção da mulher como o “outro” ou como tendo uma presença secundária na sociedade, particularmente no campo esportivo. Essa noção foi abordada anteriormente por Beauvoir (2016) que concluiu que as mulheres são percebidas e tratadas como se tivessem um papel secundário na sociedade. Essa ideia foi reforçada por Rubin (1993) e posteriormente por Scott (1986) em seus estudos sobre questões

de gênero. As situações que mencionamos acima são contraproducentes para o empoderamento das mulheres, tanto na sociedade quanto em instâncias como o esporte paralímpico.

6.5.3 Narrativas comumente associadas à deficiência: infantilização, trivialização, vitimização e *supercrip*

As publicações infantilizaram apenas as atletas mulheres. Como apontam Pappous, Marcellini e Léseleuc (2011), as mulheres com deficiência tendem a ser mais infantilizadas devido a uma percepção da fragilidade e dependência feminina. Embora Poffo *et al.* (2017) tenham observado que, no Brasil, é comum jornalistas referirem-se carinhosamente às/aos atletas como meninas e meninos, nossa análise revela que, na cobertura do CPB, apenas as mulheres foram infantilizadas, indicando uma aplicação seletiva sexista dessa prática.

As publicações da assessoria de imprensa do CPB não reproduziam as narrativas trivialização, vitimização e *supercrip*. Eles se concentraram em resultados e medalhas, em vez de histórias de vida ou desafios das/dos atletas decorrentes de suas deficiências. Esse achado difere de outro estudo realizado no Brasil que investigou a cobertura de um dos maiores veículos de comunicação do país, a *Folha de São Paulo*, entre 1992 e 2012. Este outro estudo encontrou exemplos dessas três categorias nas publicações (Poffo *et al.*, 2017).

O CPB provavelmente não reproduz esse tipo de narrativa, pois sua missão institucional é promover o esporte paralímpico no país (CPB, 2023b). Divulgar as histórias de vida das/dos atletas fora do contexto esportivo e retratá-las/retratá-los como vítimas e heroínas/heróis não contribuiria para esse objetivo. Outro fator que pode ter influenciado esse cenário foi o “Guia de Mídia: Como cobrir os Jogos Paralímpicos Rio 2016” (Pappous; Souza, 2016), que foi distribuído para a mídia brasileira em 2016. Este guia teve como objetivo promover uma cobertura mais adequada dos JP, com foco nas habilidades e conquistas das/dos atletas e não em suas deficiências, histórias de vida pessoal, fofocas e outras questões não relacionadas ao esporte.

É um passo importante e positivo que o CPB não trivializa, nem vitimize as/os atletas, nem as/os retrate como *supercrips*. Entretanto, a contínua infantilização das atletas pelo CPB permanece problemática, pois pode influenciar esta prática em outros veículos de comunicação que utilizam a instituição como fonte de informação.

6.5.4 Rumo à equidade na cobertura paralímpica do CPB?

Houve uma ligeira melhora na cobertura dos resultados femininos nos JP Tóquio 2020 em comparação com a cobertura Rio 2016. Essa mudança positiva pode ser atribuída ao Planejamento Estratégico 2017/2024 do CPB (CPB, 2017c), que incorporou o objetivo de aumentar a participação feminina no paradesporto. Esse objetivo específico foi referenciado em diversas publicações que discutiram as conquistas femininas durante os JP Tóquio 2020. Como apontado por Carvalho (2016), as assessorias de imprensa normalmente visam alinhar suas publicações com os valores e objetivos das organizações que representam.

O esporte pode perpetuar ou desafiar as normas de gênero estabelecidas (Antunovic; Whiteside, 2018; Fitzgerald; Drury; Stride, 2017; Kirakosyan, 2021; Pearson; Misener, 2022). Contudo, a cobertura do CPB de ambas as edições dos JP não conseguiu oferecer visibilidade equitativa às atletas mulheres. Isso solidifica ainda mais o domínio masculino no campo esportivo (Ramon; Rojas-Torrijos, 2023) e mantém a baixa visibilidade das mulheres brasileiras nos esportes Paralímpicos (Kirakosyan, 2021). Para alterar esse panorama, precisamos contar as histórias de uma maneira diferente (Cooky; Antunovic, 2022). É importante que as atletas não apenas tenham suas histórias contadas, mas também assumam o papel de protagonistas nas narrativas sobre suas próprias histórias e conquistas.

Alguns fatores podem influenciar a cobertura jornalística, como a programação dos eventos, a sobreposição de eventos de diferentes modalidades, o número de profissionais que cobrem os eventos, o acesso restrito às/aos atletas e os prazos editoriais dos veículos de comunicação (Solves *et al.*, 2019). Contudo, em muitos casos, jornalistas e, principalmente, editoras/editores têm a poder de escolher o que publicar (Ramon; Rojas-Torrijos, 2023; Santos; Solves; Souza, 2020b; Solves *et al.*, 2019).

A assessoria de imprensa do CPB privilegiou publicações relacionadas a atletas homens em ambas as edições dos JP. Além disso, infantilizou apenas atletas mulheres em ambas as edições, e também lhes atribuiu um status secundário. Outro fator que pode influenciar as questões de gênero na cobertura é o gênero da/do jornalista (Solves *et al.*, 2019). Como todas as publicações foram assinadas como “Assessoria de Imprensa do CPB”, não pudemos analisar se o gênero das/dos jornalistas de fato pode ter interferido nessas questões.

O discurso do CPB ainda é permeado por sexismos. As disparidades de gênero evidentes nas publicações do CPB contradizem o objetivo da organização de aumentar o envolvimento das mulheres no paradesporto. É importante ressaltar que o tratamento desigual de atletas homens pela instituição pode não ser necessariamente intencional. Alguns tipos de

preconceitos, como o sexismo, são condições estruturais profundamente inserida nas sociedades, formando um aspecto fundante do pensamento social e permeando as relações sociais (Collins; Bilge, 2021).

A superação de tais tendências discriminatórias é uma tarefa complexa, que exige a transformação de valores sociais profundamente arraigados que foram perpetuados ao longo da história e inseridos na base do pensamento social (Collins; Bilge, 2021). Seja realizado de forma consciente ou inconsciente, o alinhamento com as ideologias dominantes dentro do esporte impacta desproporcionalmente as mulheres. Fornece às atletas com deficiência uma plataforma para compartilhar suas narrativas é crucial para que outras mulheres com deficiência possam se sentir representadas. Essas atletas podem servir como exemplos, empoderando mulheres com deficiência para vislumbrar novas possibilidades para si mesmas (Kirakosyan, 2021).

6.6 Considerações Finais

As mulheres estiveram sub-representadas na cobertura do CPB durante os dois eventos. Embora tenha havido uma melhora na distribuição por gênero nas publicações durante os JP Tóquio 2020, ainda ficou aquém de alcançar a equidade de gênero. Os critérios de noticiabilidade não foram aplicados igualmente a ambos os gêneros na cobertura dos JP Rio 2016. As mulheres receberam menos espaço de fala e menos papéis de protagonista. Além disso, ambas as coberturas do CPB não reproduziram as narrativas de vitimização ou *supercrip* comumente reforçadas por outros veículos de comunicação, também não trivializaram as conquistas esportivas das/dos atletas. Porém, infantilizou atletas, especificamente mulheres. A instituição continua reproduzindo uma cobertura sexista, secundarizando as mulheres.

As assessorias de imprensa dos NPCs fornecem conteúdo e servem de exemplo para outros meios de comunicação. Como representantes oficiais do Movimento Paralímpico em seus países, eles devem desempenhar um papel de liderança no avanço da equidade de gênero na cobertura dos esportes paralímpicos. Um passo inicial significativo envolveria suas assessorias de imprensa adotarem uma postura antissexista. Isso pode ser alcançado reconsiderando alguns elementos, incluindo: garantir uma distribuição equitativa de resultados com um maior alinhamento com o número de atletas e/ou resultados alcançados; padronizar o processo de divulgação dos resultados para evitar favoritismos de gênero; e criar e distribuir diretrizes para ajudar outros meios de comunicação a eliminar abordagens sexistas.

Esta pesquisa teve como foco exclusivo a intersecção entre gênero e deficiência. Pesquisas futuras devem considerar outras variáveis que impactam a produção da mídia,

incluindo as interseções entre gênero e deficiência com outros marcadores sociais, como raça, etnia, classe social, identidade de gênero e orientação sexual; as características e o status das diferentes modalidades esportivas; tipos e grau de deficiência das/dos atleta; influências econômicas e comerciais; preferências do público; e os atributos pessoais das/dos jornalistas e os objetivos estratégicos do CPB.

Apesar das limitações deste estudo, suas principais contribuições são a introdução de categorias até então inexploradas que podem auxiliar na compreensão das nuances de gênero na cobertura esportiva: protagonismo, secundarização e espaço de fala. Além disso, lançou alguma luz sobre como o CPB, e talvez outros NPCs, vêm favorecendo atletas homens em detrimento de suas contrapartes mulheres em suas publicações, sugerindo a necessidade de ações que promovam a equidade de gênero na cobertura. Demonstra também que ações isoladas, como destacar alguns resultados femininos, não resolvem o problema da sub-representação das mulheres. Análises como as que fornecemos observam detalhes que precisam ser abordados para maior equidade nas coberturas. Mais estudos sobre como os NPCs abordam questões de gênero em sua cobertura são vitais, pois suas narrativas, sendo a voz oficial do Movimento Paralímpico dentro de suas nações, influenciam outros veículos de mídia perpetuando e/ou desafiando a inequidade de gênero na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ser mulher em espaços hegemonicamente masculinos é transgredir diariamente. Muitas vezes não é necessário estar à frente da militância pelos direitos das mulheres nesses espaços. Apenas a nossa presença já é transgressora. Se considerarmos ainda as diferentes intersecções presentes nesse ser mulher, encontramos outras formas de transgressão: ser mulher com deficiência em um espaço masculino e sem deficiência, ser mulher preta em um espaço masculino e branco, ser mulher transgênero em um espaço masculino cisgênero e assim por diante, em tantas quantas intersecções os diferentes marcadores identitários sociais puderem gerar. Assim, estudos sobre mulheres no esporte realizados por pesquisadoras mulheres se constituem em estudos de e sobre transgressoras.

Destacaremos aqui os principais achados de nosso estudo a fim de responder aos objetivos aos quais nos propusemos investigar no início dessa jornada. Considerando o formato que utilizamos, iniciaremos pelos objetivos específicos, delineando o caminho que nos levou a responder nosso objetivo principal. Inicialmente buscamos verificar se – e de que forma – o IPC e o CPB vêm tratando de questões de gênero em suas políticas institucionais e, se os planejamentos estratégicos e ações destas instituições têm buscado viabilizar as possíveis mudanças previstas por essas políticas. Verificamos que nem o IPC e nem o CPB possuem políticas para equidade de gênero. Nenhuma destas instituições utilizou o termo equidade. Entretanto, o IPC está alguns passos à frente do CPB no conjunto de tentativas de endereçar questões de gênero no Movimento Paralímpico.

Como explicitamos no capítulo 2, encontramos indícios no estatuto e nas políticas do IPC que demonstram que a instituição começou a olhar para as demandas de mulheres há um pouco mais de duas décadas. Isto pode ser observado por meio de seis iniciativas: (1) a concepção do Comitê de Mulheres no Esporte em 2003; (2) a criação em 2003 da primeira versão da Política de Diversidade e Inclusão, tendo como uma de suas metas atingir uma cota de 30% de mulheres na gestão; (3) O aumento da meta de 30% para 50% de mulheres na gestão do Movimento Paralímpico em 2017; (4) A estruturação da Missão e Visão Paralímpica em 2003, afirmando que a missão da instituição é promover o esporte paralímpico sem nenhuma discriminação, inclusive a de gênero; (5) O crescimento numérico progressivo da participação de mulheres nos Jogos Paralímpicos (JP), que em Tóquio 2020 atingiu o recorde de 42%; (6) A diminuição de modalidades exclusivamente dedicadas para homens no Programa Paralímpico. Nesta última edição o futebol para cegos foi a única modalidade exclusivamente masculina.

Todos os planejamentos da instituição entre 2010 e 2024 envolveram alguma meta endereçando a questão das mulheres no esporte, havendo uma mudança ao longo dos anos na utilização de termos que denotavam objetivos relacionados a questões de gênero. No planejamento 2010/2014, o IPC afirmou que almejava uma “representação justa de mulheres”. No planejamento 2015/2018, a instituição declarou que buscava “encorajar a participação de mulheres”. Já no planejamento 2019/2024, estabeleceu que os JP deveriam ser um evento equitativo com condições iguais para homens e mulheres. Contudo, nenhum destes documentos estabeleceu estratégias para o alcance destas metas.

Os relatórios do IPC revelam que a entidade realizou diversas ações para aumentar e incentivar a participação de mulheres no Movimento Paralímpico ao longo dos anos abrangidos por esta pesquisa. Todavia, os dados divulgados indicam que essas ações beneficiaram principalmente mulheres do Norte Global. Isso levanta questões sobre a eficácia das estratégias adotadas, uma vez que as metas da instituição são traçadas para o Movimento Paralímpico como um todo. A concentração dessas ações em apenas algumas regiões não condiz com as expectativas institucionais e contribui para com a perpetuação das desigualdades regionais. Os relatórios da entidade são incompletos e não fornecem informações sobre se as ações implementadas alcançaram os resultados esperados. Eles não apresentam prestação de contas dos resultados das ações institucionais e não revelam se estas conseguiram ou não atingir os objetivos estabelecidos.

O CPB não incorporou em seus estatutos as projeções e metas relativas à paridade de gênero do IPC, mesmo sendo sua obrigação como um Comitê Nacional seguir as políticas e normativas da instituição maior. Os estatutos do CPB tiveram apenas uma única cláusula endereçando gênero, na qual afirmava atuar sem discriminações, incluindo a de gênero. Estes também não revelaram nenhuma política relativa à participação de mulheres na gestão.

Os planejamentos estratégicos do CPB apresentaram algumas metas dirigidas às mulheres, utilizando termos como “oportunidades”, “valorização”, “inclusão” e “aumento” para tratar a presença delas no Movimento Paralímpico Brasileiro. No entanto, a instituição não falou sobre – e não se comprometeu – com a meta de paridade de gênero instituída pelo IPC. Da mesma forma que o IPC, o CPB também não especificou estratégias para viabilizar as suas metas que diziam respeito às mulheres.

Nenhuma das ações do CPB que constavam nos relatórios foram voltadas especificamente para as mulheres. Os relatórios também são incompletos, não havendo prestação de contas sobre o alcance – ou não – de algumas de suas metas e sobre os resultados de suas ações institucionais. Nos poucos casos onde os relatórios disponibilizaram dados de

gênero nas ações institucionais, foi possível verificar uma progressão, mesmo que pequena, no percentual de participação feminina. Contudo, não temos como saber qual foi o papel da instituição nesse aumento.

As ações tanto IPC quanto do CPB estiveram embebidas de um tokenismo, criando uma ilusão de igualdade de gênero, enquanto na prática seguiram sem equidade. O tokenismo é uma prática que ocorre quando uma pessoa ou um grupo é incluído em uma situação dando a aparência de diversidade ou inclusão, sem realmente dar-lhes poder real ou influência significativa. A falta de alinhamento entre políticas, planejamentos e ações de ambas as instituições foi notável e influenciou diretamente nesse processo. Por exemplo, há mais de 20 anos o IPC tem criado metas de cotas na gestão do Movimento Paralímpico, mas elas não foram alcançadas. O estabelecimento de determinadas políticas dá a ilusão da inclusão. Contudo, a falta de alcance dessas metas, adicionada à falta de prestação de contas sobre isso, não dá às mulheres o poder e a influência concreta de participar da gestão do Movimento Paralímpico. Esse tokenismo foi reproduzido pelo CPB que, quando estabeleceu metas endereçando a demanda de mulheres, não criou ações para efetivar essas metas.

Nenhuma das instituições explicita em seus documentos metas em relação a ação de suas assessorias de imprensa visando proporcionar maior visibilidade às mulheres no esporte paralímpico. Ao verificarmos as convergências e divergências nas formas de retratação de atletas homens e mulheres na cobertura do IPC e do CPB durante as edições dos JP Rio 2016 e Tóquio 2020, constatamos que não houve equidade na cobertura do IPC e esta realidade foi ainda pior no caso da cobertura do CPB.

Na cobertura do IPC, houve um movimento que tem direcionado a instituição rumo à equidade de gênero. Na maioria das categorias estudadas, a visibilidade conferida às atletas esteve acima do percentual de participação delas nos eventos, o que pode indicar que a instituição está provavelmente buscando alcançar equidade. No caso da edição de Tóquio 2020, o percentual de mulheres protagonistas e representadas nas imagens esteve inclusive acima do percentual de homens. O mesmo não ocorreu na cobertura do CPB. Em ambas as coberturas desta instituição, o percentual de mulheres esteve abaixo da participação delas na equipe brasileira. No caso dos JP Rio 2016, o percentual mais baixo de medalhas conquistadas por mulheres pode talvez justificar este problema. Mas isto não se aplica ao caso dos JP Tóquio 2020 quando as mulheres conquistaram 39% das medalhas, contudo, tiveram apenas 14% de espaço de fala e figuraram em apenas 24% das imagens.

De um modo geral, ambas as instituições se empenharam em dar destaque para os resultados das/dos atletas durante ambos os JP. Na cobertura do IPC, quando havia expectativas

de medalhas e de resultados que culminaram em vitórias, as mulheres tiveram uma visibilidade maior que o percentual da participação delas no evento. No caso dos destaques dado às derrotas ou às atletas sem expectativa de medalhas, o percentual da aparição das mulheres nas publicações esteve abaixo do percentual da participação delas no evento. Já na cobertura do CPB nem sempre a cobertura privilegiou resultados e medalhas igualmente para ambos os gêneros. As medalhas de mulheres ganharam menor destaque que resultados de homens que não obtiveram medalhas.

Ambas as instituições reproduziram alguns estigmas ligados à deficiência e ao gênero. No caso do IPC, verificamos ocorrência das categorias de vitimização, *supercrip* e trivialização. Nas vezes em que estas categorias se fizeram presentes, elas direta ou indiretamente reforçaram alguns estereótipos de gênero como, por exemplo, de homem viril e independente e/ou herói militar e de mulher frágil e dependente, a mulher delicada e/ou a supermãe. Já no caso da cobertura do CPB, estas narrativas não se fizeram presentes, mas verificamos casos de infantilização aplicados apenas às mulheres, reforçando estereótipos de gênero relacionados com a suposta fragilidade e dependência das mulheres.

A cobertura do esporte paralímpico por parte das assessorias de imprensa de instituições tais como o IPC e CPB se constituem em importante fonte – quando não a única fonte – de informação para outros veículos de comunicação que não têm condições de acompanhar todos os eventos do Programa Paralímpico e ou não fazem a cobertura *in loco*. Sendo órgãos máximos de gestão do Movimento Paralímpico, as suas palavras ganham legitimidade. Uma cobertura que é inequitativa e que reproduz sexismos não apenas limita a visibilidade das mulheres com deficiência no esporte paralímpico, como também reforça e perpetua determinados estereótipos de gênero.

Finalizamos este trabalho concluindo que o IPC e o CPB não combateram efetivamente as inequidades de gênero no esporte Paralímpico. As instituições de certa forma buscaram endereçar questões de gênero, mas não demonstraram compromisso com equidade. As políticas sem metas bem definidas, a ausência de estratégias para alcance de metas estabelecidas, e a ausência de prestação de contas quanto às políticas e metas criaram uma “cortina de fumaça”, encobrindo o problema de inequidade, que continua existindo. Houve uma inconsistência expressiva no alinhamento de políticas, planejamento, ações e relatórios de resultados de ambas as instituições. Essas inconsistências se reproduziram na ação das assessorias de imprensa, uma vez que não foram estabelecidas políticas e metas para uma ação antissexista em suas coberturas.

Tanto o IPC quanto o CPB precisam constantemente avaliar as suas políticas e ações para paulatinamente melhorá-las e garantir a efetivação de suas metas. Isso envolve a elaboração de políticas efetivas, objetivos consistentes, estratégias eficazes e mecanismos de avaliação claros, acessíveis e transparentes para garantir a prestação de contas e a análise de resultados. Além disso, o IPC precisa conhecer melhor a realidade das mulheres dos diferentes cantos do Movimento Paralímpico e o CPB das mulheres brasileiras, pois, ações desconexas da realidade não endereçam os problemas reais de mulheres reais. É necessário um olhar interseccional para entender as diferentes demandas das mulheres oriundas de todo o Movimento Paralímpico e, no caso do CPB, das mulheres brasileiras, para então buscar maneiras efetivas de atendê-las.

A criação de políticas que de fato contemplem a realidade das mulheres demanda uma análise e endereçamento dos fatores que as impedem de ocupar espaços no movimento paralímpico, tais como ambientes sexistas, falta de incentivos e de acesso à determinadas posições, bem como falta de preparo e condições para assumir determinados cargos. As políticas institucionais precisam também entender e endereçar os fatores que ainda determinam que o esporte feminino ainda tenha menor destaque e audiência, tais como preferências de espectadores e de patrocinadores, linguagem/discurso sexista. Tais fatores dificultam a criação de uma cultura paradesportiva ligada ao esporte feminino.

As tentativas de traçar políticas e metas ou mesmo as tentativas de mudança nas coberturas, são louváveis e sempre válidas. Denotam um reconhecimento de que existe um problema. Esse processo, no entanto, demanda que grupos hegemônicos, neste caso os homens, reconheçam seus privilégios e entendam como estes privilégios afetam os grupos minorizados, nesse caso, as mulheres. Entretanto, somente o reconhecimento é insuficiente. É necessário que se renuncie aos privilégios. Por exemplo, para que mais mulheres possam participar da gestão, alguns homens terão que sair. Mas quem vai sair? A mesma lógica se aplica ao Programa Paralímpico e à visibilidade midiática.

Por fim, retomamos o objetivo geral deste estudo que não havíamos ainda respondido: mapear as políticas institucionais do IPC e do CPB em relação a questões de gênero durante o período de 2013 a 2021 e verificar se as coberturas das assessorias de imprensa destas instituições têm sido consistentes com estas políticas. As políticas de gênero de ambas as instituições foram inconsistentemente formuladas tanto em sua origem como em seus processos de planejamento e avaliação. As coberturas de ambas as instituições também foram inconsistentes com as suas políticas e metas referentes às mulheres, não havendo alinhamento

entre as políticas e as ações de suas assessorias. Podemos dizer então que houve uma consistência nas inconsistências.

Não houve uma busca efetiva de equidade de gênero nem nas políticas e ações das instituições e nem nas coberturas dos JP. A busca de equidade demanda reconhecimento e renúncia de privilégios pautados nas assimetrias de gênero. Ela também demanda a garantia de condições para que os grupos minorizados ocupem os espaços de maneira igualitária.

O nosso estudo focou apenas na intersecção entre gênero e deficiência. Não endereçamos outros marcadores identitários que podem influenciar a realidade das mulheres com deficiência diariamente, tais como raça, classe social, identidade de gênero, identidade sexual, nível de comprometimento. Temos ciência que os achados deste estudo podem ser agravados pelas intersecções desses marcadores. Por exemplo, dentre as mulheres que tiveram visibilidade na cobertura, quais foram as que mais apareceram, brancas, pretas ou pardas? Qual o nível de comprometimento delas? Futuros estudos devem considerar estas diferentes camadas de intersecções.

Outras limitações deste estudo foram: a ausência de alguns documentos que não estavam publicamente disponíveis, a inconsistência e/ou ausência de prestação de contas e a ausência de relatórios com dados completos. Estes fatores limitaram o nosso entendimento da realidade das ações de ambas as instituições. Ainda outra limitação é que nos detivemos à análise documental para entender as políticas, planejamentos e relatórios. Outras pesquisas fazem-se necessárias para expandir e aprofundar os resultados relativos aos documentos analisados, utilizando, por exemplo, entrevistas com gestoras/gestores, atletas, mulheres envolvidas no Comitê de Mulheres e outros stakeholders para melhor entender as complexidades envolvidas na elaboração, implementação e avaliação das políticas, planejamentos de ações e relatórios das instituições.

Seria importante também o desenvolvimento de outras pesquisas envolvendo membros das assessorias de imprensa de instituições responsáveis pelo esporte paralímpico para melhor entender quais os critérios de noticiabilidade e de que forma diferentes fatores interferem com a produção e publicação de informações e imagens relativas ao esporte paralímpico. Outras pesquisas deveriam considerar as relações de gênero e deficiência com diferentes variáveis que impactam a produção da mídia, tais como: as características e o status das diferentes modalidades esportivas; tipos de deficiência das/dos atletas e seus requisitos específicos de auxílio; influências econômicas e comerciais; preferências do público; atributos pessoais das/dos jornalistas e objetivos estratégicos das instituições. Também se faz importante a

estruturação de estudos que analisem a recepção da cobertura pelo público, a fim de compreender os possíveis impactos dessa cobertura.

Apesar das limitações deste estudo, ele fornece insights que levam à reflexão sobre as limitações de um foco exclusivo em equilíbrio e paridade de gênero e não em equidade de gênero no esporte. Ressaltamos a importância da adoção de políticas e práticas dedicadas ao alcance da equidade. Como uma das análises pioneiras sobre a temática dentro das políticas e ações do Movimento Paralímpico, a metodologia e os achados desta pesquisa podem servir como base para futuras pesquisas que abordem questões de gênero no que diz respeito às políticas e ações do IPC e dos NPCs que visam alterar o atual *status quo* de gênero dentro desse movimento.

Nossas principais contribuições em relação à análise das coberturas dos JP são a introdução de duas categorias até então inexploradas que podem auxiliar na compreensão das nuances de gênero na cobertura esportiva: protagonismo e espaço de fala. Análises como as que fornecemos observam detalhes que precisam ser abordados para maior equidade na cobertura e podem se aplicar a outras NPCs que se pautam nas normas do IPC ou mesmo com realidades semelhantes à do CPB. Mais estudos sobre como os NPCs abordam questões de gênero em sua cobertura são vitais, pois suas narrativas, sendo a voz oficial dos esportes paralímpicos dentro de suas nações, influenciam outros retratos da mídia perpetuando e/ou desafiando a disparidade de gênero na sociedade.

Nosso estudo foi o primeiro a analisar políticas, planejamentos e ações institucionais incluindo a ação das assessorias de imprensa. Colocamos em foco a simbiose existente entre participação de mulheres em eventos esportivos e visibilidade midiática, destacando a importâncias das instituições gestoras do esporte na transformação dessa relação para a construção de equidade de gênero seja na participação esportiva, gestão, e divulgação do esporte.

REFERÊNCIAS

- ABAJO, J. M. *et al.* Sports programming, what place do women occupy? **Revista Estudos Feministas**, v. 28, n. 2, p. 1-15, 2020.
- ADELMAN, M. **A voz e a escuta**: Encontros e desencontros entre a teoria feminista e a sociologia contemporânea. 2. ed. [s.l.] Blucher Open Access, 2016.
- ADICHIE, C. N. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.
- ALVES, J. B. Critérios de noticiabilidade no Brasil e no mundo. **Revista Observatório**, v. 4, n. 4, p. 468-499, 2018.
- ALVES, J. E. D. Desafios da equidade de gênero no século XXI. **Revista Estudos Feministas**, v. 24, n. 2, p. 629-638, 2016.
- AMARAL, C. M. dos S. *et al.* Women in collective sports modalities: An overview of technical and management positions in Brazilian Confederations. **Revista Intercontinental de Gestão Desportiva**, p. 1-11, 2021.
- ANTUNOVIC, D.; WHITESIDE, E. Feminist Sports Media Studies: State of the Field. *In*: **Feminist Approaches to Media Theory and Research**. [s.l.] Routledge, 2018. v. 1, p. 111-130.
- AYVAZOGLU, N. R. Gender parity in media coverage of athletes with disabilities in Turkey. **Journal of International Women's Studies**, v. 16, n. 3, p. 220-236, 2015.
- AYVAZOGLU, N. R. The coverage of female athletes at London 2012 summer games in Turkish sports media. **The Anthropologist**, v. 27, n. 1-3, p. 49-57, 2017.
- AZEVEDO, M. L. N. de. Igualdade e equidade: qual é a medida da justiça social? **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), v. 18, n. 1, p. 129-150, 2013.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 8. ed. Lisboa: Lisboa edições, 2009.
- BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- BOTELHO, L. C. Panorama de indicadores sobre as mulheres com deficiência no mercado de trabalho. (SYN) **THESIS**, v. 15, n. 1, p. 45-57, 2022.
- BRAH, A. **Diferença, diversidade, diferenciação ***. [s.l.: s.n.].
- BRANDOLIN, F.; BARRETO, M. A. Movimento paralímpico: um breve panorama. *In*: SERON, B. B.; BRANDOLIN, F. (Eds.). **Experiências no esporte paralímpico: um passo a favor da inclusão**. Rio de Janeiro: Instituto Benjamin Constant, 2020. v. 1, p. 12-35.

BRAUNER, V. L. Desafios emergentes acerca do empoderamento de mulheres através do esporte. **Movimento**, v. 21, n. 2, p. 521-532, 2015.

BRITTAIN, I.; BEACOM, A. Leveraging the London 2012 Paralympic Games: What Legacy for Disabled People? **Journal of Sport and Social Issues**, v. 40, n. 6, p. 499-521, 20 jun. 2016.

BRITTAIN, I.; BEACOM, A. **The Palgrave handbook of Paralympic studies**. Londres: Palgrave Macmillan, 2018.

BROOKE, M. The Singaporean Paralympics and Its Media Portrayal: Real Sport? Men-Only? **Communication and Sport**, v. 7, n. 4, p. 446-465, 2019.

BURTON, L. J. Underrepresentation of women in sport leadership: A review of research. **Sport Management Review**, v. 18, n. 2, p. 155-165, 1 maio 2015.

BUYSSE, J. A. M.; BORCHERDING, B. Framing Gender and Disability: A Cross-Cultural Analysis of Photographs from the 2008 Paralympic Games. **International Journal of Sport Communication**, v. 3, n. 3, p. 308-321, 2010.

CAMARGO, W. X. de; ALTMANN, H. Deslocamentos políticos e de gênero no esporte. **Revista Estudos Feministas**, v. 29, n. 2, p. 1-11, 2021.

CAMPBELL, F. K. **Contours of Ableism: The Production of Disability and Abledness**. [s.l.] Palgrave Macmillan, 2009.

CAMPESTRINI, G. R. H. Planejamento Estratégico/Eficácia e Eficiência. In: MEZZADRI, F. M.; SONODA-NUNES, R. J. (Eds.). **Gestão e Governança do Esporte Brasileiro**. Francisco Beltrão: Berzon Gráfica e Editora, 2021. v. 1, p. 181-195.

CARDOSO, B. L. C.; SAMPAIO, T. M. V.; SANTOS, D. S. dos. Dimensões socioculturais do boxe: Percepção e trajetória de mulheres atletas. **Movimento**, v. 21, n. 1, p. 139-154, 2015.

CARDOSO, V. D. *et al.* Entry of Brazilian paralympic athletes in high performance sport. **Journal of Physical Education (Maringá)**, v. 31, n. 1, 2020.

CARLOS, N. M. **A imagem da atleta feminina com deficiência pelo olhar da imprensa brasileira nos Jogos Paralímpicos Rio 2016**. Bauru: Unesp, 2021.

CARVALHO, C. Quem determina a agenda jornalística? Seleção e construção da notícia na relação entre assessoria de imprensa e jornalismo. **Estudos de jornalismo**, v. 2, n. 5, p. 19-38, 2016.

CHEONG, J. P. G. *et al.* An 11-country analysis of newspaper coverage of the 2016 Rio Paralympic Games. **Disability and Society**, v. 0, n. 0, p. 1-17, 2020.

CHEONG, J. P. G.; KHOO, S.; RAZMAN, R. Spotlight on athletes with a disability: Malaysian newspaper coverage of the 2012 London Paralympic Games. **Adapted Physical Activity Quarterly**, v. 33, n. 1, p. 15-32, 2016.

CIDADE, R. E. A. **Atletas paraolímpicas: figurações e sociedade contemporânea**. Doutorado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2004.

CLARINGBOULD, I.; KNOPPERS, A. Paradoxical Practices of Gender in Sport-Related Organizations Paradoxical Practices of Gender in Sport-Related Organizations. **Journal of Sport Management**, v. 26, p. 404-416, 2012.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

COOKY, C.; ANTUNOVIC, D. **Serving equality: Feminism, media, and women's sports**. [s.l.] Peter Lang Publishing, 2022.

CPB. **Agora é que são elas: Força feminina garante três dos quatro ouros para o Brasil neste domingo, 29**. Disponível em: <https://cpb.org.br/noticias/agora-que-sao-elas-forca-feminina-garante-tres-dos-quatro-ouros-para-o-brasil-neste-domingo-29/>. Acesso em: 31 ago. 2021.

CPB. **Brasil encerra sua participação no remo e no triatlo**. Disponível em: <https://www.cpb.org.br/noticia/detalhe/1845/brasil-encerra-sua-participacao-no-remo-e-no-triatlo>. Acesso em: 3 jul. 2022l.

CPB. **Brasil inicia a quinta-feira com chances de medalhas no atletismo, natação e no judô nos Jogos Paralímpicos Rio 2016**. Disponível em: <https://www.cpb.org.br/noticia/detalhe/1877/brasil-inicia-a-quinta-feira-com-chances-de-medalhas-no-atletismo-natacao-e-no-judo-nos-jogos-paralimpicos-rio-2016>. Acesso em: 3 jul. 2022h.

CPB. **Bruno Carra levanta 162 kg e fica fora do pódio no critério de desempate**. Disponível em: <https://www.cpb.org.br/noticia/detalhe/1862/bruno-carra-levanta-162kg-e-fica-fora-do-podio-no-criterio-de-desempate>. Acesso em: 3 jul. 2022f.

CPB. **Com 10 medalhas, sendo três de ouro, Brasil tem melhor dia nas Paralimpíadas até o momento**. Disponível em: <https://www.cpb.org.br/noticia/detalhe/1823/com-10-medalhas-sendo-tres-de-ouro-brasil-tem-melhor-dia-nas-paralimpiadas-ate-o-momento>. Acesso em: 3 jul. 2022d.

CPB. **Comitê Paralímpico Brasileiro**. Disponível em: <https://www.cpb.org.br/>. Acesso em: 8 maio 2023.

CPB. **Daniel Dias é bronze nos 50 m borboleta S5 e chega à 18ª medalha paralímpica**. Disponível em: <https://www.cpb.org.br/noticia/detalhe/1847/daniel-dias-e-bronze-nos-50m-borboleta-s5-e-chega-a-18a-medalha-paralimpica>. Acesso em: 3 jul. 2022.

CPB. **Dobradinha na natação e pódio inédito no halterofilismo marcam o sexto dia do Brasil nos Jogos do Rio**. Disponível em: <https://www.cpb.org.br/noticia/detalhe/1810/dobradinha-na-natacao-e-podio-inedito-no-halterofilismo-marcam-o-sexto-dia-do-brasil-nos-jogos-do-rio>. Acesso em: 3 jul. 2022.

CPB. **Estatuto Social do Comitê Paralímpico Brasileiro**. 2020a.

CPB. **Felipe Gomes, Daniel Mendes e Marivana Oliveira conquistam mais três medalhas**

para o Brasil na Rio 2016. Disponível em:

<https://www.cpb.org.br/noticia/detalhe/1786/felipe-gomes-daniel-mendes-e-marivana-oliveira-conquistam-mais-tres-medalhas-para-o-brasil-na-rio-2016>. Acesso em: 3 jul. 2022j.

CPB. Gestão de recursos. Disponível em: <http://gestaorecursos.cpb.org.br/index.php>. Acesso em: 8 maio 2023.

CPB. Goalball brasileiro sobra na primeira fase do Rio 2016 e fica com a liderança nas duas categorias. Disponível em: <https://www.cpb.org.br/noticia/detalhe/1815/goalball-brasileiro-sobra-na-primeira-fase-do-rio-2016-e-fica-com-a-lideranca-nas-duas-categorias>. Acesso em: 3 jul. 2022m.

CPB. Jogos Paralímpicos. Disponível em:

<https://www.cpb.org.br/competicoes/jogosparalimpicos?onmouseover=closeSubMenu%28%29&onfocus=closeSubMenu%28%29>. Acesso em: 7 maio 2023.

CPB. Judô briga por quatro medalhas. Disponível em:

<https://www.cpb.org.br/noticia/detalhe/1853/judo-briga-por-quatro-medalhas>. Acesso em: 3 jul. 2022i.

CPB. Meninas do Brasil são bronze no vôlei sentado. Disponível em:

<https://cpb.org.br/noticias/meninas-do-brasil-sao-bronze-no-volei-sentado>. Acesso em: 17 set. 2022n.

CPB. No dia do adeus de Daniel Dias, Carol Santiago dá 15º ouro ao Brasil e campanha nos Jogos de Tóquio supera Rio 2016. Disponível em: <https://cpb.org.br/noticias/no-dia-do-adeus-de-daniel-dias-carol-santiago-da-15o-ouro-ao-brasil-e-campanha-nos-jogos-de-toquio-supera-rio-2016/>. Acesso em: 3 set. 2021.

CPB. No hipismo, Rodolpho Riskalla termina em décimo na disputa individual dos Jogos Paralímpicos Rio 2016. Disponível em: <https://www.cpb.org.br/noticia/detalhe/1814/no-hipismo-rodolpho-riskalla-termina-em-decimo-na-disputa-individual-dos-jogos-paralimpicos-rio-2016>. Acesso em: 3 jul. 2022e.

CPB. Planejamento Estratégico 2010-2016. 2010b.

CPB. Planejamento Estratégico 2017-2024. 2017a.

CPB. Relatório Técnico 2017. 2017b.

CPB. Planejamento Estratégico 2017-2024. 2017c. Disponível em: http://gestaorecursos.cpb.org.br/outras_planos.php. Acesso em: 3 jul. 2022.

CPB. Relatório Técnico 2013. 2013.

CPB. Relatório Técnico 2014. 2014b.

CPB. Relatório Técnico 2015. 2015.

CPB. Relatório Técnico 2016. 2016a.

CPB. **Relatório Técnico 2017**. 2017b.

CPB. **Relatório Técnico 2018**. 2018.

CPB. **Relatório Técnico 2019**. 2019.

CPB. **Relatório Técnico 2020**. 2020b.

CPB. **Relatório Técnico 2021**. 2021a.

CPB. **Sextou paralímpico: Brasil fatura 5 ouros em um só dia nos Jogos de Tóquio**. Disponível em: <https://www.cpb.org.br/noticia/detalhe/3512/sextou-paralimpico-brasil-fatura-5-ouros-em-um-so-dia-nos-jogos-de-toquio>. Acesso em: 3 jul. 2022.

CPB. **Tiro com arco tem seu melhor resultado em Jogos Paralímpicos**. Disponível em: <https://www.cpb.org.br/noticia/detalhe/1812/tiro-com-arco-tem-seu-melhor-resultado-em-jogos-paralimpicos>. Acesso em: 3 jul. 2022g.

CPB. **Último dia de nataação tem ouro, recorde de medalhas e bronze emocionante no revezamento**. Disponível em: <https://www.cpb.org.br/noticia/detalhe/1763/ultimo-dia-de-natacao-tem-ouro-recorde-de-medalhas-e-bronze-emocionante-no-revezamento>. Acesso em: 3 jul. 2022k.

CRENSHAW, K. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991.

DEAN, N. A. *et al.* “It Looks Good on Paper, But It Was Never Meant to Be Real”: Mixed-Gender Events in the Paralympic Movement. **Adapted physical activity quarterly**, v. 1, n. aop, p. 1-24, 2023.

DEAN, N. A. *et al.* Gender Parity, False Starts, and Promising Practices in the Paralympic Movement. **Sociology of Sport Journal**, v. 39, n. 3, p. 221-230, 2022.

DUNCAN, M. C. Gender warriors in sport: Women and the media. *In: Handbook of sports and media*. New York: Routledge, 2006. p. 231-252.

EVANS, A. B.; PFISTER, G. U. Women in sports leadership: A systematic narrative review. **International Review for the Sociology of Sport**, v. 56, n. 3, p. 317-342, 2021.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Mulheres nas Forças Armadas**. Disponível em: https://www.eb.mil.br/oexercito?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_101_struts_action=%2Fasset_publisher%2Fview_content&_101_assetEntryId=7088918&_101_type=content&_101_groupId=16541&_101_urlTitle=presenca-feminina-e-cada-vez-maior-no-meio-militar&inheritRedirect=true. Acesso em: 24 nov. 2023.

FIGUEIREDO, T. H. Gênero e Deficiência: uma análise da cobertura fotográfica dos Jogos Paralímpicos de 2012. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 11, n. 2, p. 484, 2014.

FITZGERALD, H.; DRURY, S.; STRIDE, A. Representations of the sporting female: Queering paralympic barbie. **The Palgrave Handbook of Feminism and Sport, Leisure and Physical Education**, p. 667-680, 2017.

FLINDALL, R. A. Portraying “Paralympism”? An analysis of the evolution of Paralympic athlete media representations since the 1980s. **Diagoras: International Academic Journal on Olympic Studies**, v. 4, n. 2020, p. 75-101, 2020.

GOELLNER, S. V. Corpos, gêneros e sexualidades: em defesa do direito das mulheres ao esporte. **Revista do centro de pesquisa e formação**, v. 13, p. 99-112, 2021.

GOELLNER, S. V. Histórias das mulheres no esporte: o gênero como categoria analítica. **Revista Brasileira de Ciência do Esporte**, v. 15, 2007.

GOELLNER, S. V. Mulher e esporte no Brasil: Entre incentivos e interdições elas fazem história. **Pensar a Prática**, v. 8, n. 1, p. 85-100, 2005.

GOMES, E. M. DE P. **A participação das mulheres na gestão do esporte brasileiro: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: Quartet, 2008.

GOODLEY, D. **Dis/ability Studies**. New York: Routledge, 2014.

HAIACHI, M. de C. *et al.* Different views of (dis)ability: Sport and its impact on the lives of women athletes with disabilities. **Journal of Physical Education and Sport**, v. 18, n. 1, p. 55-61, 2018.

HANISCH, C. O pessoal é político. **Tradução livre. Fevereiro**, 1969.

HANLON, C.; TAYLOR, T. Workplace Experiences of Women With Disability in Sport Organizations. **Frontiers in Sports and Active Living**, v. 4, 27 jan. 2022.

HARDIN, M. M.; HARDIN, B. “The supercrip; in sport media: wheelchair athletes discuss hegemony’s disabled hero. **Sociology of Sport Online-SOSOL**, v. 7, n. 1, 2004.

HARDIN, M.; HARDIN, B. Performance or Participation... Pluralism or Hegemony? Images of Disability and Gender in Sports’n Spokes Magazine. **Disability Studies Quarterly**, v. 25, n. 4, p. 1-18, 2005.

HARDING, S. G. **Feminism and methodology: Social science issues**. [s.l.] Indiana University Press, 1987.

HARTMANN-TEWS, I.; PFISTER, G. **Sport and women: Social issues in international perspective**. [s.l.] Psychology Press, 2003.

HILGEMBERG, T.; ARAÚJO, B. C. DA C.; LIMA, A. DOS S. Gênero, esporte e deficiência na cobertura fotográfica dos Jogos Paralímpicos Rio-2016. **Revista Cadernos de Comunicação**, v. 23, n. 1, p. 2-21, 2019.

HOOKS, BELL. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. 13. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

HOUGHTON, E. J.; PIEPER, L. P.; SMITH, M. M. **Women in the Olympic and Paralympic Games: an analysis of participation, leadership and media coverage.** Women's Sports Foundation, 2017.

HOUGHTON, E. J.; PIEPER, L.; SMITH, M. **Women in the 2020 Olympic and Paralympic Games: an analysis of participation, leadership, and media coverage.** Women's Sports Foundation, 2022.

IPC. **Al Hussein to open much-awaited Refugee Paralympic Team participation at Tokyo 2020.** Disponível em: <https://www.paralympic.org/news/al-hussein-open-much-awaited-refugee-paralympic-team-participation-tokyo-2020>. Acesso em: 22 jul. 2022.

IPC. **Anastasia Pagonis speaks out about panic attack ahead of world record win in swimming.** Disponível em: <https://www.paralympic.org/feature/anastasia-pagonis-speaks-out-about-panic-attack-ahead-world-record-win-swimming#:~:text=Pagonis%20admitted%20that%20she%20was,part%20of%20being%20a%20human>. Acesso em: 20 mar. 2024d.

IPC. **Annual Report 2013.** 2013. Disponível em: <https://www.paralympic.org/publications>. Acesso em: 24 jul. 2022.

IPC. **Annual Report 2014.** 2014. Disponível em: <https://www.paralympic.org/publications>. Acesso em: 24 jul. 2022.

IPC. **Annual Report 2015.** 2015b. Disponível em: <https://www.paralympic.org/publications>. Acesso em: 24 jul. 2022.

IPC. **Annual Report 2016.** 2016a. Disponível em: <https://www.paralympic.org/publications>. Acesso em: 24 jul. 2022.

IPC. **Annual Report 2017.** 2017b. Disponível em: <https://www.paralympic.org/publications>. Acesso em: 24 jul. 2022

IPC. **Annual Report 2019/2020.** 2020b. Disponível em: <https://www.paralympic.org/publications>. Acesso em: 29 jun. 2021.

IPC. **Annual Report 2020/2021.** 2021a. Disponível em: <https://www.paralympic.org/publications>. Acesso em: 29 jun. 2021.

IPC. **Crochet and ice aides USA's sitting volleyball player Bethany Zummo's mental health.** Disponível em: <https://www.paralympic.org/feature/crochet-and-ice-aides-usa-sitting-volleyball-player-bethany-zummo-s-mental-health>. Acesso em: 20 mar. 2024.

IPC. **Day One preview: Shooting.** Disponível em: <https://www.paralympic.org/news/day-one-preview-shooting>. Acesso em: 20 mar. 2024c.

IPC. **Governing Board.** 2015c. Disponível em: <https://www.paralympic.org/ipc-handbook>. Acesso em: 29 jun. 2021.

IPC. **International Paralympic Committee**. Disponível em: <https://www.paralympic.org/>. Acesso em: 19 mar. 2024.

IPC. **IPC Award Selection Policy**. 2018. Disponível em: <https://www.paralympic.org/ipc-handbook>. Acesso em: 29 jun. 2021.

IPC. **IPC Constitution**. 2020a. Disponível em: <https://www.paralympic.org/ipc-handbook>. Acesso em: 29 jun. 2021.

IPC. **IPC Diversity and Inclusion Policy**. 2017a. Disponível em: <https://www.paralympic.org/ipc-handbook>. Acesso em: 29 jun. 2021.

IPC. **IPC Strategic Plan 2011-2014**. 2011. Disponível em: www.paralympic.org. Acesso em: 24 jul. 2022.

IPC. **IPC Strategic Plan 2015-2018**. 2015a.

IPC. **Love in the air for judoka pair Ben Goodrich and Nicolina Pernheim**. Disponível em: <https://www.paralympic.org/news/love-air-judoka-pair-ben-goodrich-and-nicolina-pernheim>. Acesso em: 20 mar. 2024f.

IPC. **Paralympic Games chapter**. Disponível em: <https://www.paralympic.org/ipc-handbook>. Acesso em: 29 jun. 2021a.

IPC. **Paralympic vision and mission**. 2003. Disponível em: <https://www.paralympic.org/ipc-handbook>. Acesso em: 29 jun. 2021.

IPC. **Peacock victory crowns GB's night at Olympic Stadium**. Disponível em: <https://www.paralympic.org/news/peacock-victory-crowns-gb-s-night-olympic-stadium>. Acesso em: 20 mar. 2024d.

IPC. **Preamble Handbook IPC**. 2006. Disponível em: <https://www.paralympic.org/ipc-handbook>. Acesso em: 29 jun. 2021.

IPC. **Rights and Obligations of IPC members**. 2019a. Disponível em: <https://www.paralympic.org/ipc-handbook>. Acesso em: 29 jun. 2021.

IPC. **Rio 2016 Paralympic Games**. Disponível em: <https://www.paralympic.org/rio-2016>. Acesso em: 30 mar. 2024b.

IPC. **Strategic Plan 2019-2024**. 2019c.

IPC. **Tokyo 2020 Day 3: Ones to Watch**. Disponível em: <https://www.paralympic.org/news/tokyo-2020-day-3-ones-watch>. Acesso em: 20 mar. 2024.

IPC. **Tokyo 2020 Day 4: Ones to Watch**. Disponível em: <https://www.paralympic.org/news/tokyo-2020-day-4-ones-watch>. Acesso em: 20 mar. 2024.

IPC. **USA wheelchair rugby star Adam Scaturro hit heights in Everest adventure.**

Disponível em: <https://www.paralympic.org/news/usa-wheelchair-rugby-star-adam-scaturro-hit-heights-everest-adventure>. Acesso em: 29 jun. 2021.

IPC. **Women in Sport Committee bylaws.** Disponível em: <https://www.paralympic.org/ipc-handbook>. Acesso em: 29 jun. 2021.

IPC. **Women in Sport Committee: Strategy 2019-2022.** 2019b. Disponível em: <https://www.paralympic.org/ipc-bodies>. Acesso em: 29 jun. 2021.

ITOH, M.; BOWER, G. G.; HUMS, M. A. Career Experiences of Women Working in Paralympic Sport Organizations Internationally. **Advancing Women in Leadership Journal**, v. 37, p. 20-28, 2017.

IWG. **International Working Group on Women & Sport.** Disponível em: <https://iwgwomenandsport.org/>. Acesso em: 24 set. 2022.

JOHN, V. M. Jornalismo esportivo e equidade de gênero: a ausência das mulheres como fonte de notícias na cobertura dos jogos olímpicos de Londres 2012. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 11, n. 2, p. 498-509, 2014.

KIRAKOSYAN, L. Challenging gender and disability stereotypes: Narrative identities of Brazilian female Paralympians. **Disabilities**, v. 1, n. 4, p. 420-437, 2021.

KRAHENBÜHL, T. *et al.* The sports career of paralympic women: the case of the brazilian sitting volleyball team. **Movimento**, v. 28, 2022.

LAURETIS, T. de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, H. B. de (Ed.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. p. 121-156.

LEBEL, K. *et al.* Re-thinking Women's Sport Research: Looking in the Mirror and Reflecting Forward. **Frontiers in Sports and Active Living**, v. 3, 2021.

LÉSÉLEUC, E. de; PAPPOUS, A.; MARCELLINI, A. The media coverage of female athletes with disability. Analysis of the daily press of four European countries during the 2000 Sidney Paralympic Games. **European Journal for Sport and Society**, v. 7, n. 3-4, p. 283-296, 2010.

LISBOA, T. K.; MAFRINI, D. B. Cidadania e equidade de gênero: políticas públicas para mulheres excluídas dos direitos mínimos. **Revista Katálysis**, v. 8, n. 1, p. 67-77, 2005.

LORDE, A. Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença. In: HOLLANDA, H. B. (Ed.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

MARCONDES, I. M.; HILGEMBERG, T.; SOUZA, D. L. de. A cobertura dos Jogos Paralímpicos Rio 2016 pelo Comitê Paralímpico Brasileiro: investigando questões de gênero. **Comunicação & Sociedade**, v. 45, n. 1, p. 113-143, 2023.

MARIANO, S. A. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. **Revista Estudos Feministas**, v. 13, n. 3, p. 483-505, 2005.

MCGILLIVRAY, D. *et al.* Repurposing the (Super)Crip: Media Representations of Disability at the Rio 2016 Paralympic Games. **Communication and Sport**, p. 1-30, 2019.

MELÉNDEZ-LABRADOR, S. Narrativa paralímpica latinoamericana ¿un proyecto identitario y mediático en construcción? *In*: URANGA, W.; MELÉNDEZ-LABRADOR, S. (Eds.). **Reivindicar el cambio**: comunicación popular, comunitaria y ciudadanía en América Latina. Buenos Aires: Huvaite, 2022. p. 229-247.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Feminismo e Política**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MORRIS, J. **Pride against prejudice**: transforming attitudes to disability. London: The Women's Press, 1991.

MORRIS, J. Feminism and disability. **Routledge Handbook of Disability Studies**, n. 43, p. 421-435, 2019.

OGOURA, K. The Olympics, Paralympics, and gender participation of female athletes and the principle of an inclusive society. **Journal of Paralympic Research Group**, v. 17, p. 115–136, 2022.

OLIVEIRA, A. P. V. de; POFFO, B. N.; SOUZA, D. L. de. “É melhor ser super-herói do que ser a vítima”: um estudo sobre a percepção de atletas e ex-atletas com deficiência visual sobre a cobertura midiática. **Movimento**, v. 24, p. 1179-1190, 2018.

OLIVEIRA, J. R. de. **Turismo esportivo**: a estruturação do Futbol Club Barcelona como atrativo da cidade de Barcelona. Curitiba: [s.n.].

ORDWAY, C. Gender equality achieved through crisis: Football Federation of Australia (now FA). **International Journal of Sport Policy and Politics**, p. 1-19, 2023.

PAPE, M. Gender Segregation and Trajectories of Organizational Change: The Underrepresentation of Women in Sports Leadership. **Gender and Society**, v. 34, n. 1, p. 81-105, 1 fev. 2020.

PAPPOUS, A. S.; BROWN, C. Paralympic legacies: a critical perspective. *In*: BRITTAIN, IAN; BEACON, A. (Eds.). **The Palgrave Handbook of Paralympic Studies**. [s.l.] Palgrave Macmillan, 2018. p. 647-664.

PAPPOUS, A. S.; MARCELLINI, A.; DE LÉSELEUC, E. From Sydney to Beijing: The evolution of the photographic coverage of Paralympic Games in five European countries. **Sport in Society**, v. 14, n. 3, p. 345-354, 2011.

PAPPOUS, A.; MARCELLINI, A.; DE LÉSELEUC, E. Contested issues in research on the media coverage of female Paralympic athletes. **Sport in Society**, v. 14, n. 9, p. 1.182-1.191, 2011.

PAPPOUS, A.; SOUZA, D. **Guia para Midia:** Como cobrir os Jogos Paralimpicos/Media Guide: How to cover the Rio 2016 Paralympic Games. 22 jul. 2016.

PEARSON, E.; MISENER, L. Informing future paralympic media approaches: The perspective of Canadian paralympic athletes. **Communication & Sport**, v. 12, n. 2, p. 254-276, 2022.

PEERS, D. *et al.* An intersectional Foucauldian analysis of Canadian national sport organisations” “equity, diversity, and inclusion” (EDI) policies and the reinscribing of injustice. **International Journal of Sport Policy and Politics**, v. 15, n. 2, 2023.

PELÚCIO, L. Desfazendo o gênero. *In*: MISKOLCI, R.; LEITE, J. J. (Eds.). **Diferenças na educação:** outros aprendizados. São Carlos: Editora UFSCAR, 2014. p. 98-146.

POFFO, B. N. *et al.* Mídia e jogos paralímpicos no Brasil: investigando estigmas na cobertura jornalística da Folha de S. Paulo. **Movimento**, v. 23, n. 4, p. 1.353-1.366, 2017.

POFFO, B. N. *et al.* A cobertura midiática dos jogos paralímpicos de Londres/2012 no portal Globoesporte. com. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 26, n. 2, p. 92-102, 2018.

QUINN, N.; YOSHIDA, K. More than Sport: Representations of Ability and Gender by the Canadian Broadcasting Corporation (CBC) of the 2004 Summer Paralympic Games. **Canadian Journal of Disability Studies**, v. 5, n. 4, p. 103, 2016.

RAGO, M. **Epistemologia feminista, gênero e história.** Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998. p. 25-37.

RAMON, X.; ROJAS-TORRIJOS, J. L. European Public Service Media, Disability Sports and Cultural Citizenship in the Digital Age: An Analysis of Agenda Diversity in the Tokyo 2020 Paralympic Games. **Journalism and Media**, v. 4, n. 1, p. 289-303, 2023.

RAWLS, J. **A theory of justice.** [s.l.] The Belknap, 1971.

REES, L.; ROBINSON, P.; SHIELDS, N. Media portrayal of elite athletes with disability—a systematic review. **Disability and Rehabilitation**, v. 41, n. 4, p. 374-381, 2019.

ROCHA, C. R. N. da C. **O consumo simbólico do esporte e o jornalismo feminista:** entrecruzamentos discursivos na representação da mulher esportista na imprensa feita por e para mulheres. [s.l.] Escola Superior de Propaganda e Marketing, 2020.

RUBIN, G. **O tráfico de mulheres:** Notas sobre a “Economia Política” do sexo. Tradução de Christine Rufino Dabat. Recife: SOS Corpo, 1993.

RYAN, I.; DICKSON, G. The invisible norm: An exploration of the intersections of sport, gender and leadership. **Leadership**, v. 14, n. 3, p. 329-346, 1º jun. 2018.

SAFFIOTI, H. **Gênero, Patriarcado e Violência.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SANTOS, S. M. dos *et al.* Mídia e Jogos Paralímpicos no Brasil: a cobertura da Folha de S.Paulo entre 1992 e 2016. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 41, n. 2, p. 190-197, 2019.

SANTOS, S. M. dos. **O processo de produção de notícias dos jogos paralímpicos 2016: rotinas, critérios e valores do jornalismo esportivo paraolímpico**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2018.

SANTOS, S. M. dos; SOLVES, J.; SOUZA, D. L. de. A influência dos direitos de transmissão no jornalismo esportivo: um estudo com jornalistas sobre a cobertura dos Jogos Paralímpicos Rio/2016. **Movimento**, v. 26, n. e26010, p. 1-16, 2020a.

SANTOS, S. M. dos; SOLVES, J.; SOUZA, D. L. de. A participação das instituições esportivas na mediação da cobertura jornalística dos Jogos Paralímpicos de 2016. **Novos Olhares Sociais**, v. 3, n. 1, p. 235–261, 2020b.

SANTOS, S. M. dos; SOLVES, J.; SOUZA, D. L. de. The news production process in the Brazilian journalistic coverage of the 2016 Rio Paralympic Games. **Journalism**, v. 00, n. 0, p. 1-19, 16 out. 2020b.

SCOTT, J. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, n. 20, p. 71-99, 1995.

SETH, N.; DHILLON, M. Intersections of disability and gender in sports: Experiences of Indian Female Athletes. **Disability, CBR & Inclusive Development**, v. 30, n. 3, p. 65-81, 2020.

SILVA, C. F.; HOWE, P. D. The (in) validity of supercrip representation of Paralympian athletes. **Journal of sport and social issues**, v. 36, n. 2, p. 174-194, 2012.

SILVA, G. Para pensar critérios de noticiabilidade. **Estudos em jornalismo e mídia**, v. 2, n. 1, p. 95-107, 2005.

SMITH, M.; WRYNN, A. History of gender and gender equality in the Olympics and Paralympics. **Routledge Handbook of Sport, Gender and Sexuality**, p. 77-85, 2014.

SOLVES, J. *et al.* Framing the Paralympic Games: A Mixed-Methods Analysis of Spanish Media Coverage of the Beijing 2008 and London 2012 Paralympic Games. **Communication and Sport**, v. 7, n. 6, p. 729-751, 2019.

SOUZA, D. L. de *et al.* A cobertura da Folha de São Paulos dos Jogos Paralímpicos entre 1972 e 2020. **Motrivivência**, v. 35, n. 66, 2023.

SOUZA, D. L. de; BRITAIN, I. The Rio 2016 Paralympic Games: The Visibility of People With Disabilities in Brazil as a Possible Legacy. **Communication and Sport**, 2020.

SUSMAN, J. Disability, Stigma and Deviance. **Sot. Sri. Med**, v. 38, n. I, p. 15–22, 1994.

TOMAZETTI, T. P. Por um mapa das dissidências: os estudos de gênero nas teses e dissertações em comunicação do Brasil (1972-2015). **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 43, n. 3, p. 57-81, 2020.

TRAUSTADOTTIR, R. **Obstacles to equality**: The double discrimination of women with disabilities. Nova York: Center on Human Policy, 1990.

UNITED NATION. **The empowerment of women and girls with disability**: Towards full and effective participation and gender equality. 2018.

WENDELL, S. Toward a feminist theory of disability. *In*: **Women, Medicine, Ethics and the Law**. [s.l.] Taylor and Francis, 2020. p. 373-394.

WOLBRING, G. The politics of Ableism. **Development**, jun. 2008.

WOLF, M. **Teorias da Comunicação**. 8. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018.